Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 8

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 17

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024 18

Demonstração de Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 32

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 215

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 216

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 217

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 219

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não) 220

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 222

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 223

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	205.064
Preferenciais	203.909
Total	408.973
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	155.796.328	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.350.609	0
1.01.01	Caixa	1.316.610	0
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	1.316.610	0
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.033.999	0
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	799.999	0
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	0
1.02	Ativos Financeiros	142.919.895	0
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	12.473.048	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.969.133	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.877.056	0
1.02.02.02	Derivativos	92.077	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	19.557.387	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	19.557.387	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	107.920.327	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.232.591	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	42.989.743	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	63.997.769	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-3.391.574	0
1.02.04.06	Operações de Arrendamento	6.504	0
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-85	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	3.085.379	0
1.03	Tributos	3.898.133	0
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	218.245	0
1.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	218.245	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	3.679.888	0
1.03.02.01	Imposto de Renda e Congtribuição Social - Diferidos	3.679.888	0
1.04	Outros Ativos	629.114	0
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	109.525	0
1.04.03	Outros	519.589	0
1.04.03.01	Outros Ativos	519.589	0
1.05	Investimentos	3.934.363	0
1.05.01	Participações em Coligadas	157.746	0
1.05.03	Participações em Controladas	3.776.617	0
1.06	Imobilizado	688.997	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	1.610.614	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-921.617	0
1.07	Intangível	375.217	0
1.07.01	Intangíveis	1.909.614	0
1.07.03	Amortização Acumulada	-1.534.397	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	155.796.328	0
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	1.664.457	0
2.01.10	Dívida Subordinadas	1.663.277	0
2.01.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	138.257.228	0
2.02.01	Depósitos	93.475.998	0
2.02.01.01	Depósitos à Vista	2.821.843	0
2.02.01.02	Depósitos Poupança	11.201.622	0
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	2.062.485	0
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	67.522.991	0
2.02.01.05	Judiciais e Administrativos	9.852.809	0
2.02.01.06	Outros Depósitos	14.248	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	23.816.027	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	10.116.348	0
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	10.116.348	0
2.02.04	Outras Captações	10.848.855	0
2.02.04.01	Obrigações por Emprestimos	2.421.038	0
2.02.04.02	Obrigações por Repasses	3.870.359	0
2.02.04.03	Outros Passivos Financeiros	4.101.073	0
2.02.04.04	Dívida Subordinadas - (LFSN)	456.385	0
2.03	Provisões	3.084.342	0
2.03.01	Provisão para Perda Esperada (Comprom de Crédito e Créditos a Liberar)	91.515	0
2.03.02	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.992.827	0
2.04	Passivos Fiscais	444.536	0
2.04.01	Correntes	142.918	0
2.04.02	Diferidas	301.618	0
2.05	Outros Passivos	1.700.083	0
2.05.01	Outros Passivos	1.700.083	0
2.07	Patrimônio Líquido	10.645.682	0
2.07.01	Capital Social Realizado	8.300.000	0
2.07.02	Reservas de Capital	5.098	0
2.07.04	Reservas de Lucros	2.488.738	0
2.07.04.01	Reserva Legal	836.051	0
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.560.731	0
2.07.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	25.551	0
2.07.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	66.405	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-148.154	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	5.240.664	10.046.254	0	0
3.01.01	Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	2.707.487	5.265.717	0	0
3.01.03	Resultado de Operações com Titulos e Valores Mobiliários	2.184.959	4.028.934	0	0
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-116.891	-276.248	0	0
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	36.802	231.300	0	0
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	428.307	796.551	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.685.683	-7.021.774	0	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-3.587.380	-6.609.131	0	0
3.02.02	Operações de Emprestimos Cessões Repasses	-98.303	-412.643	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.554.981	3.024.480	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-1.114.248	-2.377.262	0	0
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-183.743	-518.281	0	0
3.04.01.01	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	-182.966	-603.343	0	0
3.04.01.02	Outros Ativos Financeiros	-777	85.062	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	254.612	504.446	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-669.455	-1.303.833	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-494.797	-986.405	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-101.634	-202.146	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	170.758	284.315	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-293.780	-552.447	0	0
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-161.873	-297.841	0	0
3.04.07.02	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	-131.907	-254.606	0	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	203.791	397.089	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	440.733	647.218	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-63.172	-28.339	0	0
3.06.01	Corrente	-26.007	-26.010	0	0
3.06.02	Diferido	-37.165	-2.329	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	377.561	618.879	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	377.561	618.879	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	377.561	618.879	0	0
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,92	1,51	0	0
3.99.01.02	PNA	0,92	1,54	0	0
3.99.01.03	PNB	0,92	1,51	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,92	1,51	0	0
3.99.02.02	PNA	0,92	1,54	0	0
3.99.02.03	PNB	0,92	1,51	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	377.561	618.879	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-52.496	-41.940	0	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	679	11.235	0	0
4.02.01.01	Títulos Disponíveis para Venda	679	11.235	0	0
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-53.175	-53.175	0	0
4.02.02.03	Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-53.175	-53.175	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	325.065	576.939	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	10.898.947	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.074.216	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	647.218	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	426.998	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	9.824.731	0
6.01.02.01	Depósitos Compulsórios no Banco Central	-756.118	0
6.01.02.02	Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	763.835	0
6.01.02.03	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.369.502	0
6.01.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	233.401	0
6.01.02.06	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	-1.795.109	0
6.01.02.08	Outros Ativos Financeiros	1.980.707	0
6.01.02.09	Ativos Fiscais	-122.453	0
6.01.02.10	Depósitos	4.829.763	0
6.01.02.11	Captação no Mercado Aberto	1.479.796	0
6.01.02.12	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.421.730	0
6.01.02.13	Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.017.374	0
6.01.02.14	Passivos Fiscais	152.509	0
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-126.035	0
6.01.02.16	Outros Passivos	315.731	0
6.01.02.17	Outros Ativos	-81.022	0
6.01.02.18	Outros Passivos Financeiros	-1.701.934	0
6.01.02.19	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	-156.946	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.956.485	0
6.02.01	Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	214.885	0
6.02.02	(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	-1.209.223	0
6.02.03	(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	-7.898.908	0
6.02.04	Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas	4.302	0
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	9.037	0
6.02.06	Alienação do Intangível	186	0
6.02.07	Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	-4.505	0
6.02.08	Aquisição de Imobilizado de Uso	-53.944	0
6.02.09	Aquisição de Intangível	-18.315	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-326.270	0
6.03.02	Liquidação de Arrendamentos	-53.401	0
6.03.04	Pagamento Juros das Dívidas Subordinadas	-56.891	0
6.03.05	Dividendos Pagos	-35.978	0
6.03.06	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-180.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.616.192	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.734.417	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.350.609	0
6.05.02.02	Caixa e Equivalente a Caixa no Final do Semestre	3.350.609	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.000.000	5.098	2.511.118	0	-164.160	-106.214	10.245.842
5.01.01	Saldos Iniciais	8.000.000	5.098	2.511.118	0	0	-106.214	10.410.002
5.01.02	Implementação de novas normas cont (Res CMN n° 4.966/21, Res BCB n° 352/23 e Res CMN n° 4.975/21	0	0	0	0	-164.160	0	-164.160
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.000.000	5.098	2.511.118	0	-164.160	-106.214	10.245.842
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-233.595	0	-246.405	0	-180.000
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	66.405	0	-66.405	0	0
5.04.06.01	Dividendos Provisionados	0	0	66.405	0	-66.405	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-180.000	0	-180.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	618.879	-41.940	576.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	618.879	0	618.879
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-41.940	-41.940
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	211.215	0	-208.314	0	2.901
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	211.215	0	-208.314	0	2.901
5.06.01.01	Constituição de Reservas Lucros	0	0	211.215	0	-211.215	0	0
5.06.01.02	Realização no Diferimento Contrato de Exclusividade	0	0	0	0	2.901	0	2.901
5.07	Saldos Finais	8.300.000	5.098	2.488.738	0	0	-148.154	10.645.682

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Justificativa: O Banrisul optou pela isenção facultada pelo art 79º da Resolução CMN nº 4.966/21 para instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que permite a não reapresentação de informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referentes aos períodos do ano de 2025.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	10.316.734	0
7.01.01	Intermediação Financeira	10.046.254	0
7.01.02	Prestação de Serviços	504.446	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-518.281	0
7.01.04	Outras	284.315	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-7.021.774	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.342.895	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.017.122	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-325.773	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.952.065	0
7.05	Retenções	-177.173	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-177.173	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.774.892	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	397.089	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	397.089	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.171.981	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.171.981	0
7.09.01	Pessoal	1.139.536	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	792.751	0
7.09.01.02	Benefícios	296.296	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	50.489	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	394.782	0
7.09.02.01	Federais	368.485	0
7.09.02.02	Estaduais	9	0
7.09.02.03	Municipais	26.288	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	18.784	0
7.09.03.01	Aluguéis	18.784	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	618.879	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	180.000	0
7.09.04.02	Dividendos	66.405	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	372.474	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	156.338.226	147.936.515
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.435.018	1.792.236
1.01.01	Caixa	1.316.612	1.126.982
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	1.316.612	1.126.982
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.118.406	665.254
1.01.02.01	Aplicação no Mercado Abero	799.999	599.996
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	7.400
1.01.02.03	Cotas de Fundos de Investimento	84.407	57.858
1.02	Ativos Financeiros	146.627.096	140.073.425
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	12.473.048	11.716.930
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	3.379.091	5.127.550
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	3.287.014	4.803.252
1.02.02.02	Derivativos	92.077	324.298
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	19.557.387	18.350.048
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	19.557.387	18.350.048
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	111.217.570	104.878.897
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.232.591	1.985.332
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	42.998.161	35.077.029
1.02.04.04	Operações de Crédito	64.059.444	62.218.722
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-3.205.103	-2.552.249
1.02.04.06	Operações de Arrendamento	6.504	6.919
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-85	-622
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	6.126.058	8.143.766
1.03	Tributos	4.094.152	3.853.213
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	356.226	158.520
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	3.737.926	3.694.693
1.04	Outros Ativos	711.566	617.910
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	110.092	129.672
1.04.01.01	Bens Destinados à Venda	110.092	129.672
1.04.03	Outros	601.474	488.238
1.04.03.01	Outros	601.474	488.238
1.05	Investimentos	194.866	199.602
1.05.01	Participações em Coligadas	194.866	199.602
1.06	Imobilizado	900.794	934.546
1.06.01	Imobilizado de Uso	1.909.754	1.931.204
1.06.03	Depreciação Acumulada	-1.008.960	-996.658
1.07	Intangível	374.734	465.583
1.07.01	Intangíveis	1.911.063	1.893.179
1.07.03	Amortização Acumulada	-1.536.329	-1.427.596

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	156.338.226	147.936.515
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	1.664.457	1.880.714
2.01.01	Dívida Subordinada	1.663.277	1.880.714
2.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	138.245.847	130.511.316
2.02.01	Depósitos	92.711.902	88.194.890
2.02.01.01	Depósitos à Vista	2.811.985	4.387.034
2.02.01.02	Depósitos Poupança	11.201.622	11.402.348
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	2.062.485	1.697.092
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	66.546.388	62.213.911
2.02.01.05	Depósitos Judiciais e Administrativos	9.852.536	8.221.103
2.02.01.06	Outros Depósitos	236.886	273.402
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	23.698.954	22.238.994
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	9.286.453	6.936.464
2.02.03.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.286.453	6.936.464
2.02.04	Outras Captações	12.548.538	13.140.968
2.02.04.01	Obrigações por Repasses	3.870.359	3.065.190
2.02.04.02	Obrigações por Emprestimos	2.425.019	2.513.508
2.02.04.03	Outros Passivos Financeiros	5.705.260	6.969.934
2.02.04.04	Provisão para Perdas Esperadas	91.515	170.524
2.02.04.05	Dívidas Subordinadas - (LFSN)	456.385	421.812
2.03	Provisões	3.000.471	2.902.896
2.03.01	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	3.000.471	2.902.896
2.04	Passivos Fiscais	758.327	660.285
2.04.01	Correntes	347.025	252.765
2.04.02	Diferidos	411.302	407.520
2.05	Outros Passivos	1.832.076	1.562.551
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	10.837.048	10.418.753
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	10.833.866	10.415.047
2.07.01.01	Capital Social Realizado	8.300.000	8.000.000
2.07.01.02	Reservas de Capital	5.098	5.098
2.07.01.04	Reservas de Lucros	2.672.086	2.519.308
2.07.01.04.01	Reserva Legal	836.051	805.107
2.07.01.04.02	Reserva Estatutária	1.560.731	1.430.430
2.07.01.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	208.899	283.771
2.07.01.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	66.405	0
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-143.318	-109.359
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	3.182	3.706

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	5.360.805	10.313.126	4.041.172	7.849.982
3.01.01	Receita com Juros e Similares	5.354.288	10.112.111	3.947.858	7.729.347
3.01.02	Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	6.517	201.015	93.314	120.635
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.728.087	-7.156.989	-2.547.066	-4.951.507
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-3.620.705	-6.903.461	-2.685.714	-5.068.342
3.02.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	-107.382	-253.528	138.648	116.835
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.632.718	3.156.137	1.494.106	2.898.475
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-1.046.641	-2.313.310	-1.175.842	-2.349.719
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-113.401	-470.779	-223.336	-526.390
3.04.01.01	(Perda)/Reversão Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	-112.078	-580.553	-228.236	-530.037
3.04.01.02	Perda)/Reversão Esperada com Demais Ativos Financeiros	-1.323	109.774	4.900	3.647
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	525.460	1.046.943	511.516	1.028.790
3.04.03	Despesas com Pessoal	-674.616	-1.314.131	-630.632	-1.236.599
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-535.546	-1.056.329	-502.521	-1.011.283
3.04.05	Despesas Tributárias	-141.805	-281.509	-135.590	-275.514
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	201.301	337.336	155.101	291.559
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-331.284	-626.329	-377.857	-689.442
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-199.618	-371.787	-234.755	-424.690
3.04.07.02	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	-131.666	-254.542	-143.102	-264.752
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	23.250	51.488	27.477	69.160
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	586.077	842.827	318.264	548.756
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-178.847	-212.646	-72.964	-119.950
3.06.01	Corrente	-127.346	-219.982	-176.533	-266.692
3.06.02	Diferido	-51.501	7.336	103.569	146.742
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	407.230	630.181	245.300	428.806
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	407.230	630.181	245.300	428.806
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	407.230	630.181	245.300	428.806

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	407.087	629.877	245.197	428.538
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	143	304	103	268
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1	1,54	0,6	1,05
3.99.01.02	PNA	1	1,57	0,6	1,05
3.99.01.03	PNB	1	1,54	0,6	1,05
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1	1,54	0,6	1,05
3.99.02.02	PNA	1	1,57	0,6	1,05
3.99.02.03	PNB	1	1,54	0,6	1,05

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	407.230	630.181	245.300	428.806
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-49.681	-33.959	99.635	97.959
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	3.494	19.216	-1.179	-2.855
4.02.01.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3.494	19.216	-1.179	-2.855
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-53.175	-53.175	100.814	100.814
4.02.02.01	Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-53.175	-53.175	100.814	100.814
4.04	Resultado Abrangente do Período	357.549	596.222	344.935	526.765
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	357.406	595.918	344.832	526.497
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	143	304	103	268

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	11.788.968	15.957.089
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.592.556	1.778.492
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	842.827	548.756
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	749.729	1.229.736
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.196.412	14.178.597
6.01.02.01	Aplicações em depósitos Interfinanceiros	763.835	1.032.770
6.01.02.02	Depósito Compulsório no Banco Central	-756.118	579.884
6.01.02.03	Ativos Financeiros designados ao Valor Justo no Resultado	1.516.238	3.803.358
6.01.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	233.401	-155.789
6.01.02.05	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiros	-1.077.651	-1.411.513
6.01.02.06	Outros Ativos Financeiros	2.015.620	-720.402
6.01.02.07	Ativos Fiscais	-233.603	95.637
6.01.02.08	Outros Ativos	-93.656	-247.318
6.01.02.09	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	-156.967	-148.515
6.01.02.10	Depósitos	4.517.012	8.305.799
6.01.02.11	Captações no Mercado Aberto	1.459.960	1.590.234
6.01.02.12	Recuros de Aceites e Emissão de Títulos	2.349.989	219.069
6.01.02.13	Obrigações por Emprestimos e Repasses	770.825	497.636
6.01.02.14	Outros Passivos Financeiros	-1.264.674	553.237
6.01.02.15	Outros Passivos	61.495	123.474
6.01.02.16	Passivos Fiscais	421.605	178.445
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-330.899	-117.409
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.818.690	-16.714.170
6.02.01	Dividendos Recebidos de Coligadas	64.614	7.186
6.02.02	(Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justos por meio de Outros Resultados Abrangentes	-1.207.339	-17.319.799
6.02.03	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Custos Amortizados Títulos e Valores Mobiliarios	-8.590.307	724.882
6.02.04	Alienação de Investimento em Coligada	2.946	0
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	14.677	6.352
6.02.06	Aquisição de Investimentos em Coligadas	-11.336	0
6.02.07	Aquisição de Imobilizado de Uso	-73.816	-93.653
6.02.08	Aquisição no Intangível	-18.315	-39.226
6.02.09	Alienação de Intangível	186	88
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-327.538	-225.646
6.03.01	Dividendos Pagos	-35.978	-74.926
6.03.02	Pagamento/Resgate Juros das Dívidas Subordinadas	-56.891	-47.345
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-180.000	-100.000
6.03.04	Variação na Participação doa Acionistas Não Controladores	-524	-3.375
6.03.05	Liquidação de Arrendamentos	-54.145	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.642.740	-982.727
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.792.278	5.665.478
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.435.018	4.682.751
6.05.02.02	Caixa e Equivalente a caixa no Final do Período	3.435.018	4.682.751

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.000.000	5.098	2.519.308	0	0	-109.359	10.415.047	3.706	10.418.753
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.000.000	5.098	2.519.308	0	0	-109.359	10.415.047	3.706	10.418.753
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-233.595	0	-246.405	0	-180.000	0	-180.000
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	66.405	0	-66.405	0	0	0	0
5.04.06.01	Dividendos Provisionados	0	0	66.405	0	-66.405	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-180.000	0	-180.000	0	-180.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	629.877	-33.959	595.918	304	596.222
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	629.877	0	629.877	304	630.181
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-33.959	-33.959	0	-33.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	386.373	0	-383.472	0	2.901	-828	2.073
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	386.373	0	-383.472	0	2.901	-828	2.073
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	386.373	0	-386.373	0	0	0	0
5.06.01.02	Realização Diferimento Contrato de Exclusividade	0	0	0	0	2.901	0	2.901	0	2.901
5.06.01.03	Variação na Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	0	-828	-828
5.07	Saldos Finais	8.300.000	5.098	2.672.086	0	0	-143.318	10.833.866	3.182	10.837.048

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.200.000	5.098	4.957.377	0	0	-303.505	9.858.970	6.803	9.865.773
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.200.000	5.098	4.957.377	0	0	-303.505	9.858.970	6.803	9.865.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.800.000	0	-2.728.881	0	-171.119	0	-100.000	0	-100.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.800.000	0	-2.800.000	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	71.119	0	-71.119	0	0	0	0
5.04.06.01	Dividendos Provisionados	0	0	71.119	0	-71.119	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-100.000	0	-100.000	0	-100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	428.538	97.959	526.497	268	526.765
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	428.538	0	428.538	268	428.806
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	97.959	97.959	0	97.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	260.320	0	-257.419	0	2.901	-3.643	-742
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	260.320	0	-257.419	0	2.901	-3.643	-742
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucro	0	0	260.320	0	-260.320	0	0	0	0
5.06.01.02	Realização Diferimento Contrato de Exclusividade	0	0	0	0	2.901	0	2.901	0	2.901
5.06.01.03	Variação na Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	0	-3.643	-3.643
5.07	Saldos Finais	8.000.000	5.098	2.488.816	0	0	-205.546	10.288.368	3.428	10.291.796

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	10.973.098	8.760.776
7.01.01	Intermediação Financeira	10.059.598	7.966.817
7.01.01.01	Juros e Similares	10.059.598	7.966.817
7.01.02	Prestação de Serviços	1.046.943	1.028.790
7.01.02.01	Prestação de Serviços e Rendas e Tarifas Bancárias	1.046.943	1.028.790
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-470.779	-526.390
7.01.03.01	Perdas Esperadas de Ativos de Ativos Financeiros	-470.779	-526.390
7.01.04	Outras	337.336	291.559
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-6.903.461	-5.068.342
7.02.01	Juros e Similares	-6.903.461	-5.068.342
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.454.270	-1.480.476
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.107.041	-1.268.208
7.03.02	Serviços de Terceiros	-347.229	-212.268
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.615.367	2.211.958
7.05	Retenções	-201.869	-201.968
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-201.869	-201.968
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.413.498	2.009.990
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.488	69.160
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.488	69.160
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.464.986	2.079.150
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.464.986	2.079.150
7.09.01	Pessoal	1.149.242	1.080.090
7.09.01.01	Remuneração Direta	800.208	749.874
7.09.01.02	Benefícios	297.761	282.908
7.09.01.03	F.G.T.S.	51.273	47.308
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	659.044	551.973
7.09.02.01	Federais	618.021	506.957
7.09.02.02	Estaduais	196	86
7.09.02.03	Municipais	40.827	44.930
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.519	18.281
7.09.03.01	Aluguéis	26.519	18.281
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	630.181	428.806
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	180.000	100.000
7.09.04.02	Dividendos	66.405	71.119
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	383.472	257.419
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	304	268

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao primeiro semestre de 2025, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

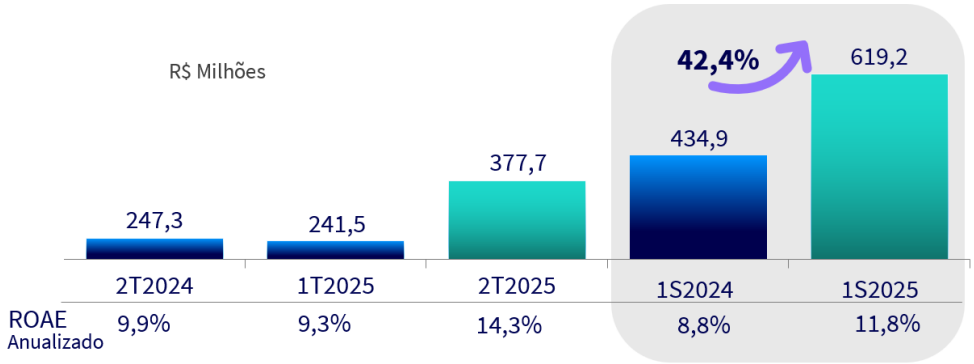
Cenário Econômico

O cenário econômico global em 2025 tem sido marcado por um aumento das incertezas, com destaque para os impactos das novas políticas tarifárias dos Estados Unidos (EUA). Nesse contexto, o crescimento econômico mundial deve desacelerar para 2,5% em 2025 (vs. 2,9% em 2024). EUA, China e zona do euro mostram sinais de moderação. Em contrapartida, a Argentina surpreende positivamente, com crescimento acima de 4%, o que pode beneficiar as exportações brasileiras, especialmente as do Rio Grande do Sul.

No Brasil, a economia mostra resiliência, em que pese alguma expectativa de desaceleração, com previsão de crescimento de 2,1% em 2025 (vs. 3,4% em 2024). O setor agropecuário, impulsionado por uma safra recorde no primeiro trimestre, provavelmente encerrará 2025 com forte crescimento em relação ao ano anterior. Já a indústria, que estimamos possa se expandir próximo de 2,0% ante 2024, deve refletir a desaceleração em bens de consumo não duráveis. Ainda, o setor de serviços deve crescer 1,8%, abaixo de 2024, refletindo impactos defasados e graduais de uma política monetária restritiva. A inflação elevada, pressionada pela desvalorização cambial de 2024, pelo impulso fiscal e pela resiliência da atividade econômica e do mercado de trabalho doméstico, levou o Banco Central (Bacen) a adotar uma política monetária restritiva, com a taxa Selic definida em 15,0% ao ano a partir de junho.

No Rio Grande do Sul, no primeiro trimestre de 2025 o PIB cresceu 1,3% em relação ao trimestre anterior, desempenho semelhante ao da média nacional. O destaque foi a agropecuária, com alta de 27,3%, impulsionada pelas produções de arroz, milho, fumo e uva, apesar da queda na soja. A indústria teve leve crescimento de 0,2%, enquanto o setor de serviços registrou retração. Na comparação com o mesmo período de 2024, o PIB estadual cresceu 1,8%, abaixo dos 2,9% da economia brasileira. O mercado de crédito apresentou crescimento interanual de 15,7%, acima da média nacional de 11,8%. Esse avanço foi impulsionado principalmente pelas concessões às empresas (+19,0%) e também pelo aumento do crédito às famílias (+14,1%). A taxa média de inadimplência no Estado avançou para 3,0% e, apesar da expansão, permanece abaixo da média nacional de 3,5%.

Desempenho Consolidado



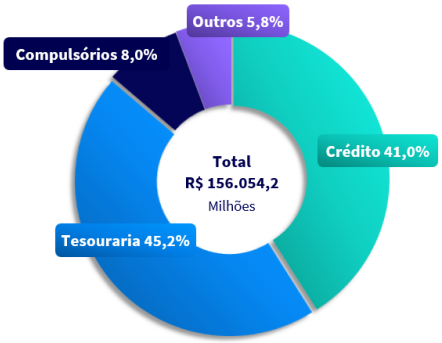
O lucro líquido no 1S2025 totalizou R$619,2 milhões, crescimento de 42,4% ou R$184,3 milhões frente ao 1S2024. A variação no exercício reflete especialmente: (i) o incremento da margem financeira, (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) o crescimento das receitas de prestação de serviços, (iv) o moderado aumento das despesas administrativas, (v) o resultado favorável de outras receitas e despesas operacionais e (vi) o consequente efeito tributário.

A riqueza gerada pelo Banrisul no 1S2025, medida pelo conceito de valor adicionado, totalizou R$2.440,5 milhões, dos quais 47,1% foram destinados ao pagamento de pessoal, 26,8% ao pagamento de impostos, taxas e contribuições, 25,4% à remuneração de capitais próprios e 0,7% à remuneração de capitais de terceiros.

Comentário do Desempenho

O patrimônio líquido alcançou R$10.648,9 milhões no final de junho de 2025, 2,3% superior a dezembro de 2024, refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e o provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21 do CMN. O total em ativos alcançou R$156.054,2 milhões em junho de 2025, crescimento de 5,9% frente a dezembro de 2024. As aplicações em tesouraria totalizaram R$70.510,2 milhões em junho de 2025, incremento de 13,7% frente a dezembro de 2024.

Composição dos Ativos



Produtos e Serviços

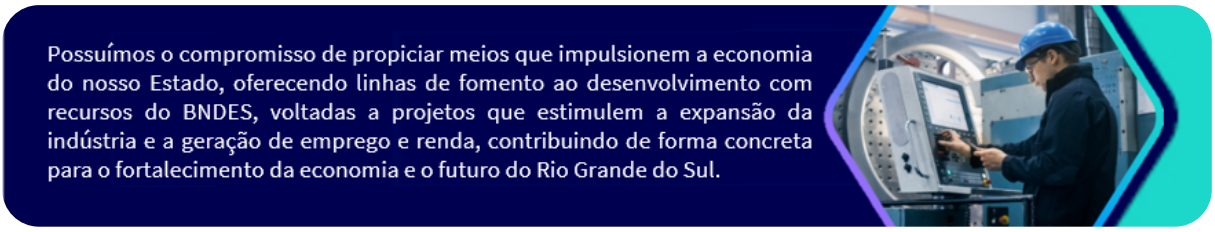
Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R$64.018,3 milhões em junho de 2025, alta de 3,2% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo em crédito comercial, financiamentos de longo prazo e carteira de câmbio. O crédito comercial, nossa maior carteira, totalizou R$39.144,9 milhões, e corresponde a 61,1% do total de operações de crédito.

Ao longo do segundo trimestre de 2025 mantivemos nosso compromisso com a inovação e a proximidade com os clientes, promovendo avanços significativos no portfólio de crédito através de iniciativas que refletem a busca contínua por soluções mais acessíveis, modernas e alinhadas às necessidades dos diferentes perfis de clientes, tanto no segmento de pessoas físicas quanto jurídicas.

No segmento Pessoa Física reabrimos o CDC Educação - linha de crédito voltada ao financiamento de cursos de graduação. Acompanhando o mercado, passamos a oferecer o Crédito Consignado CLT tanto na rede de agências quanto de forma digital, via App Banrisul ou aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, ampliando nossa atuação no segmento de consignado.

No segmento Pessoa Jurídica, a Conta Única Banrisul (limite de crédito rotativo e recorrente, gerenciado pelo próprio empresário) mantém sua posição de destaque como principal produto voltado às empresas. No portfólio de crédito, no 2T2025 implementamos uma nova modalidade de capital de giro flexível e multigarantias para empresas de todos os portes, que conta com opção de pagamento parcelado ou em parcela única e que permite a composição de diferentes garantias em uma mesma operação.



No agronegócio, o primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente desafiador no Rio Grande do Sul devido à estiagem severa registrada nos primeiros meses, que comprometeu a produtividade principalmente da cultura da soja. Trabalhamos para viabilizar a prorrogação excepcional de parcelas de custeio, autorizadas pela Resolução CMN n.º 5.220/25, e implementamos ações complementares como a recontratação de operações para clientes adimplentes, visando manter a liquidez do segmento, garantir a próxima safra e apoiar a retomada sustentável da produção agropecuária. Seguimos oferecendo linhas de crédito com recursos equalizados, com liberações no montante de R$1,3 bilhão no 2T2025 principalmente para custeio e pré-custeio. Mesmo diante de um cenário adverso mantivemos nosso compromisso com a gestão prudente do crédito rural, observando os princípios de seletividade, segurança e rentabilidade, reforçando nossa atuação como agente promotor do desenvolvimento do agronegócio gaúcho, com responsabilidade e aderência às melhores práticas de governança.

Comentário do Desempenho

Com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade financeira, reestruturamos nossa área de cobrança de ativos financeiros e criamos o projeto “Finanças em Dia”: uma iniciativa institucional com foco na redução da inadimplência e no fortalecimento da saúde financeira desses ativos. Como parte desse movimento, no segundo trimestre disponibilizamos uma nova solução digital simples, transparente e eficaz voltada à renegociação de dívidas e ao apoio na organização financeira pessoal de nossos clientes. A iniciativa, além de oferecer autonomia e praticidade para que o cliente resolva sua situação financeira diretamente pelo app, também se traduz na redução de custos operacionais e contribui significativamente para a recuperação de créditos, que no 1S2025 alcançou R$217,0 milhões.

Soluções em Câmbio

Trabalhamos com soluções completas em câmbio para pessoas físicas e jurídicas, como Conta Internacional, Câmbio Pronto, Cartas de Crédito e Financiamentos à Importação e Exportação.

Nossa carteira de câmbio tem apresentado um desempenho notável, refletido no crescimento expressivo de 51,1% em comparação a junho de 2024 e de 9,7% em comparação a dezembro de 2024. Esse crescimento foi impulsionado pela expansão da atuação comercial e pelo aumento significativo nas operações de câmbio pronto, cujo volume foi de R$9,1 bilhões - R$3,0 bilhões a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. A qualidade da carteira fica evidente pelo baixo índice de inadimplência que se manteve em 0,15%, reflexo do cuidado na gestão, atendimento personalizado e profundo conhecimento dos negócios dos clientes. O desempenho reforça o compromisso do Banrisul com a inovação e com o apoio à forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul.

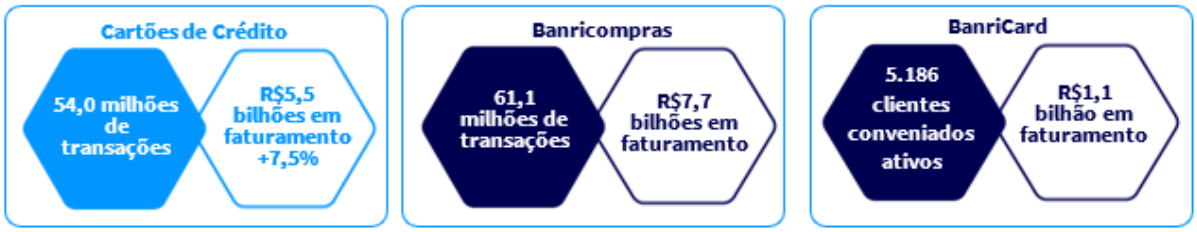
Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Recursos Captados e Administrados

No 1S2025, o saldo dos recursos captados e administrados alcançou R$123.982,0 milhões, com crescimento de 6,8% em relação a dezembro de 2024, alavancado especialmente pela captação em depósitos a prazo, depósitos judiciais e administrativos e letras financeiras. O CDB Progressivo Pré, lançado no primeiro trimestre de 2025, destacou-se com crescimento de 128,4% em relação ao trimestre anterior, chegando ao saldo de R$974,0 milhões ao final de junho. As captações em LCI e LCA cresceram 17,1% e 11,7% respectivamente em relação a dezembro de 2024, e a captação em Letras Financeiras, incluindo subordinadas, cresceu 101,2% no mesmo período.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,4 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de junho de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R$441,5 milhões no 1S2025.



Ao longo do 1S2025 mantivemos vantagens nos cartões de crédito como a isenção de anuidade e de mensalidade da Tag Banisul, em parceria com a Veloe, reforçando nosso compromisso com a valorização dos clientes. Com foco na fidelização de clientes e no posicionamento do Banriclube em oferecer vantagens personalizadas, em abril lançamos a funcionalidade “Crédito em Fatura”: clientes pessoa física com cartões Mastercard e Visa (Gold, Platinum, Black e Infinite) passaram a poder converter seus pontos acumulados em valores monetários, creditados diretamente na fatura do cartão. Para aprimorar a experiência digital do

Comentário do Desempenho

cliente, o Banricompras passou a contar com um extrato detalhado no app, que permite ao cliente visualizar suas compras de forma detalhada e acompanhar a previsão de gastos futuros.

O Banricompras também tem se destacado como solução de pagamento para pessoas jurídicas, com limites para compras pré-datadas e parceladas que podem substituir os pagamentos com boleto ou cartão de crédito, diferenciando-se pelos prazos flexíveis e parametrizáveis: os pagamentos podem ser diluídos ao longo do mês, evitando picos de despesas e integrando uma excelente ferramenta de gestão de fluxo de caixa.

Consórcio

Oferecemos soluções completas em consórcio para aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola e veículos pesados, com segurança, credibilidade e atendimento presencial e digital. No 1S2025 foram contempladas 5.874 cotas nas modalidades de veículos e imóveis.

No mesmo período lançamos o grupo de imóveis voltado ao público de alta renda e perfil investidor - Clube do Milhão, obtendo ótimo resultado a partir de uma estratégia comercial com planejamento e integração entre as áreas da empresa, reforçando o protagonismo da instituição no setor de consórcio imobiliário como alternativa de investimento patrimonial.

Rede de Adquirencia Vero

A Vero encerrou o 1S2025 com 146,2 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 277,2 milhões de transações, incremento de 3,2% em relação ao 1S2024, sendo 192,1 milhões com cartões de débito e 85,1 milhões com cartões de crédito. O volume financeiro transacionado totalizou R$25,6 bilhões, refletindo crescimento de 6,2% frente ao mesmo período do ano anterior, sendo R$13,6 bilhões com cartões de débito e R$12,0 bilhões com cartões de crédito. A antecipação do recebimento de vendas alcançou R$5,2 bilhões no 1S2025 representando 40,6% do volume passível de antecipação, 20,9% superior ao 1S2024.

Seguridade

Nosso segmento de seguros e previdência privada possui produtos pensados para assegurar o futuro e a tranquilidade de nossos clientes e seus familiares. No primeiro semestre, avançamos significativamente na estratégia de crescimento, com iniciativas voltadas à melhoria da experiência do cliente e ao fortalecimento da força de venda. Entre os destaques do período estão as melhorias nas jornadas de contratação e pagamento com a ampliação das funcionalidades via aplicativo, incluindo a contratação digital e novas opções de pagamento via Pix e cartão de crédito, e o desenvolvimento de ferramentas comerciais para apoiar nossos colaboradores na geração de novos negócios, incluindo um guia prático com argumentos estratégicos para superar resistências e aumentar a conversão em vendas.

A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R$1,2 bilhão no 1S2025. As receitas totais atingiram R$191,7 milhões; destas, as receitas de comissões de corretagem corresponderam a R$149,4 milhões, 4,9% maiores que no 1S2024. Em junho de 2025, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,4 milhões de contratos.

Comentário do Desempenho

Relacionamento com o Cliente

Como parte da estratégia para expandir nossa carteira comercial, no primeiro semestre de 2025 inauguramos em Pelotas, Santa Cruz do Sul, Bento Gonçalves, São Leopoldo e na Zona Sul de Porto Alegre novos espaços Banrisul Empresas, destinados exclusivamente a negócios desse segmento com foco na especialização, eficiência e oferta de produtos e serviços, de maneira ágil e aderente ao segmento, reforçando a expansão da presença institucional em regiões com elevado potencial econômico.

Como diferencial do nosso relacionamento com empresários, o segmento oferece iniciativas inovadoras de colaboração com os clientes, como a **Consultoria Financeira Banrisul Empresas**: um conjunto de vantagens e serviços especializados e de forma integrada, destinados a micro e pequenas empresas para auxiliar no entendimento de suas contas e na melhoria contínua dos negócios. A consultoria conta com uma ferramenta de dados e diagnóstico financeiro do cliente com a qual criamos soluções personalizadas e estratégias de negócios através dos nossos produtos e serviços.

Paralelamente, o processo de otimização da rede de agências segue em ritmo consistente, mantendo a qualidade do atendimento nas localidades onde já foi implementado e fortalecendo ainda mais o pilar de estratégia de eficiência operacional.

Seguimos com a modernização dos equipamentos de autoatendimento (ATMs) e, no primeiro semestre, instalamos e disponibilizamos 117 ATMs Recicladores, que contam com tecnologia de recirculação local de cédulas, em estabelecimentos comerciais de várias cidades do RS e também em agências de Porto Alegre. Até o final desse ano serão ao todo mil equipamentos distribuídos em pontos externos e na rede de agências, que possibilitam transações de saques e depósitos online para mais de 150 bancos interligados à Rede Banco24Horas, ampliando a base de usuários e impulsionando a geração de receitas recorrentes de serviços bancários. Somos o 1º banco no Brasil a compartilhar nossa rede de autoatendimento.

Entre as opções de atendimento presencial, contamos ainda com 931 Banripontos em 67% dos municípios do RS. Essa rede tem se consolidado como canal estratégico para negócios como consórcios, crédito consignado e abertura de contas, com horários diferenciados e presença em áreas com baixa cobertura bancária ou pontos estratégicos urbanos. Em 2025, a meta é ampliar a cobertura para 100% dos municípios e diversificar o portfólio, reforçando o compromisso com a inclusão financeira e a capilaridade da marca.

926
Pontos de Atendimento

498
Agências

479 no Rio Grande do Sul
15 em Santa Catarina
4 em outros Estados

313 pontos de Atendimento eletrônico - PAEs
115 postos de Atendimento - PAs

931
banri ponto

Comentário do Desempenho

Nossa Ouvidoria analisa e busca a solução das demandas de clientes/usuários como atendimento complementar aos canais primários de atendimento.

Canais Digitais

87,8% das operações no 1s2025 ocorreram em canais digitais

Contamos com cinco canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul; além do Office e do Home Banking, acessíveis via web. No 1S2025 todos os canais somaram 360,3 milhões de acessos, 11,1% superior ao mesmo período de 2024, resultando em uma média de 2,0 milhões de acessos diários. O total de operações realizadas por meio desses canais cresceu 14,4%, enquanto a quantidade de transações financeiras aumentou 11,4% e o volume transacionado teve alta de 15,3% na comparação com o 1S2024.

Nesse segundo trimestre mantivemos o foco na evolução da experiência dos clientes usuários dos nossos canais digitais com o desenvolvimento de novas funcionalidades no Aplicativo Banrisul. Além das melhorias na experiência em contratação de empréstimos implementadas no primeiro trimestre, disponibilizamos também a gestão de produtos de crédito e a possibilidade de amortização e quitação de contratos de financiamento imobiliário com recursos próprios. Na jornada Pix, disponibilizamos pagamentos para chaves internacionais.

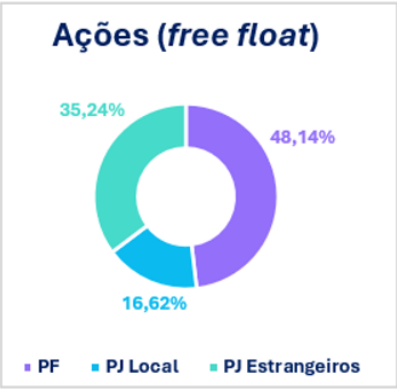
A expansão da marca Banrisul para todo o território nacional com a abertura da Conta Digital para pessoa física chegou a 200 mil novos clientes, e a abertura de conta digital para microempreendedores individuais (MEI) residentes no Rio Grande do Sul atraiu 1,7 mil novos clientes, contribuindo com o fortalecimento da carteira pessoa jurídica e com a jornada de transformação digital do Banrisul.

Governança Corporativa

Possuímos uma Governança Corporativa estabelecida, com atribuições bem definidas, que busca constantemente aprimorar os métodos, políticas e processos decisórios, alinhado às melhores práticas de mercado. Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 2007, o Banrisul atende integralmente aos requisitos desse nível de listagem e aspectos adicionais que são exigências para companhias com ações listadas no Novo Mercado, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando gerar valor aos acionistas e reforçar a credibilidade junto aos investidores e clientes.

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Governança Corporativa).

Estrutura Acionária



Nossas ações são negociadas sob os *tickers* BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Comentário do Desempenho

Nossa base acionária conta ainda com aproximadamente 146 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25%, respectivamente. A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:

Ratings Banrisul

O rating corporativo é uma avaliação da solidez financeira da instituição e de sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. Neste quesito somos monitorados pelas três principais agências de classificação de risco de crédito do mercado: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings.

Em abril de 2025, a agência Moody´s Local Brasil elevou a nota de crédito do Banrisul para AA-, com perspectiva estável na escala local. De acordo com o relatório publicado em 29 de abril de 2025, "A elevação dos ratings do Banrisul reflete o histórico de operações resilientes do banco, mesmo em meio a desafios regionais. Consideramos como pontos positivos a preservação dos níveis de capital elevados, mesmo diante de um crescimento relevante dos ativos, a manutenção do amplo acesso a captação de depósitos de seus clientes, ainda que os indicadores de rentabilidade permaneçam pressionados."

A seguir, apresentamos uma tabela com as notas de longo prazo atribuídas ao Banrisul:

	Banrisul (Escala Nacional)	Banrisul (Escala Global)	Brasil – Risco Soberano (Escala Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	AA-.br	Ba3	Ba1

Todas as informações sobre ratings podem ser encontradas no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Informações ao Mercado/ Ratings).

Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) e, historicamente, remuneramos os acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. No 1S2025 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R$246,4 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando informações financeiras da Companhia, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas do Banrisul, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal Fale com o RI e Cadastre-se no *mailling* para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Comentário do Desempenho

Gestão de Capital e de Risco

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e os riscos aos quais o Banco está sujeito:

- Risco de Crédito: melhorias constantes no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWACPAD;
- Risco de Mercado: no 2T2025 os processos de monitoramento não detectaram eventos ou crises que indicassem aumento do risco, tendo permanecido em níveis adequados de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS;
- Risco de Liquidez: no 2T2025 manteve-se controlado e os cenários projetados, inclusive de estresse, não apontaram ameaças relevantes;
- Risco Operacional: implementada a nova metodologia (RWAOPAD) baseada em dados contábeis e nas perdas líquidas e provisões referentes a eventos de risco, conforme Resolução BCB n.º 356/23;
- Riscos ESG (Ambientais, Sociais e Climáticos): Monitoramento da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

O índice de Basileia atingiu 16,2% em 30 de junho de 2025, 5,7 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

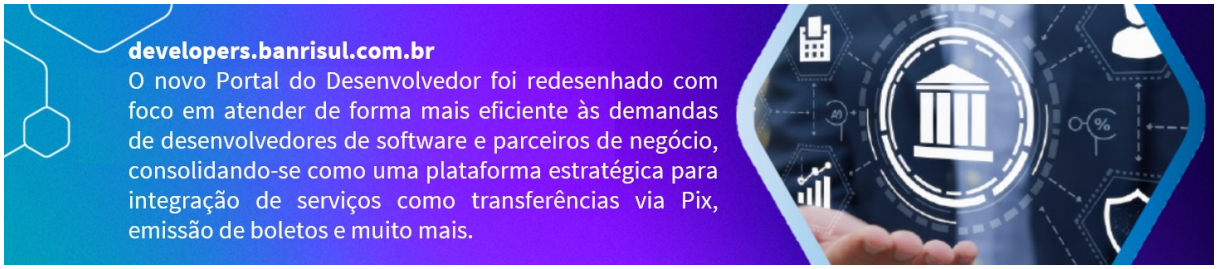
Investimento e Inovação

Trabalhamos permanentemente no ecossistema de inovações para proporcionar produtos e serviços que combinem qualidade, confiança e tecnologia, centrados na experiência do cliente.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R$177,9 milhões no semestre, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI e de Segurança Patrimonial.

Ações e Iniciativas

No 2T2025 lançamos o serviço BaaS, que promove a abertura tecnológica e amplia as fronteiras de acesso às nossas soluções financeiras digitais - etapa inicial de uma ampla estratégia de expansão do uso de nossas APIs (Interface de Programação de Aplicações) voltada à ampliação das oportunidades de negócios para clientes pessoa jurídica e empresas parceiras.



Comentário do Desempenho

Nas soluções de pagamentos, fomos pioneiros na disponibilização do Pix Automático em nossos canais digitais desde novembro de 2024. Com a interoperabilidade bancária plena implementada pelo Bacen em junho de 2025, a solução passa a permitir o cadastramento de pagadores de qualquer instituição financeira, ampliando significativamente seu alcance e potencial de uso. O produto já permite integração via API, ideal para empresas que desejam incorporar a cobrança recorrente aos seus sistemas de gestão. Complementando o portfólio de meios de pagamento, o Pix Parcelado manteve o ritmo de contratações, atingindo mais de vinte mil clientes.

No avanço da estratégia de digitalização, lançamos no aplicativo a funcionalidade de simulação e parcelamento do saldo total do cartão de crédito. A solução, inicialmente voltada a clientes inadimplentes e posteriormente estendida aos adimplentes, permite maior autonomia na gestão financeira e teve adesão expressiva, resultando na duplicação do número de contratações até o final de junho em relação a março de2025. A iniciativa exigiu o desenvolvimento de soluções tecnológicas robustas, com foco em estabilidade, escalabilidade e segurança operacional.

No App Banrisul, destacamos:

- Transformação da experiência do cliente com a reorganização e otimização de menus de Segurança, Configurações, Limites e Autorizações na tela inicial, bem como na área de Investimentos uma nova jornada mais simples, intuitiva e alinhada aos objetivos dos clientes;
- Nova jornada de contratação e gestão de empréstimos no aplicativo;
- Melhorias na jornada Pix com suporte a chaves internacionais;
- Melhorias em *onboarding* digital com a inclusão de novas camadas de segurança para a abertura de conta MEI; e
- App Vero Gestão, com novas funcionalidades para gestão de vendas e padronização de taxas para credenciados.

Como parte da estratégia de modernização e eficiência operacional, avançamos na implantação do projeto Colabora 365 (adoção da ferramenta Microsoft 365 para colaboração integrada entre as equipes) que se encontra em fase de expansão para todas as áreas da organização, com potencial de gerar ganhos expressivos em produtividade, colaboração, eficiência operacional e redução de custos com infraestrutura de TI.

Banritech

Em consonância com a cultura da inovação e transformação, o ciclo de aceleração de Startups 2025 - Banritech FLY - encerrou o 1S2025 com importantes resultados para nossas necessidades estratégicas internas. Por meio de workshops colaborativos com diversas áreas, mapeamento de problemas estratégicos e estudo de mais de quarenta propostas, seis foram selecionadas para o edital do programa, considerando critérios de relevância estratégica, aderência às áreas demandantes e potencial de inovação. São elas: Gestão de Imóveis, Performance Interna, Inteligência de Mercado, Agregador Financeiro PJ, Programa de Fidelidade e Garantia Tokenizada. O processo reforça nosso compromisso com a inovação e a busca por soluções que gerem impacto real no Banco.

Nos meses de abril e maio, integrantes da equipe participaram de eventos de inovação, GOV Tech Summit e Web Summit Rio, que lhes permitiram ampliar a rede de relacionamentos no ecossistema de inovação, bem como realizar *scouting* de startups que possam participar no ciclo de aceleração Banritech Fly.

Sustentabilidade

No âmbito da gestão social, ambiental e climática, destacamos a evolução da análise e diagnóstico da Carteira de Crédito Sustentável e a elaboração do Framework de Finanças Sustentáveis, documento que possibilita a captação de recursos para financiamentos com viés social ou ambiental. Estes projetos contaram com assessoria de consultoria técnica em Finanças Sustentáveis e possibilitam novas oportunidades de negócios, além do aprimoramento de produtos já existentes.

Em 2025, as ações do Banrisul foram incluídas no Índice Carbono Eficiente B3 (ICO2 B3), na carteira de janeiro a abril.

Comentário do Desempenho

No 1S2025 concluímos o inventário de gases de efeito estufa (GEE) do Programa Brasileiro GHG (*Greenhouse Gas Protocol*) referente ao exercício de 2024, apuração que foi verificada por terceira parte externa e pelo qual recebemos, mais uma vez, o Selo Ouro. Comparado o ano de 2024 ao ano base 2020, reduzimos em 60,1% nossas emissões de escopos 1 (GEE mensurados na atividade direta) e 2 (emissões decorrentes do consumo de energia do Banco, considerando a abordagem de escolha de compra). Dentre as ações que contribuíram para a redução das emissões, destacamos a migração de 94 ambientes consumidores para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), processo iniciado em 2022 e que ao final do ano de 2024 alcançou cerca de 46% de toda energia consumida.

Pessoas

Reafirmamos nosso compromisso com a valorização contínua de nosso capital humano e com o desenvolvimento social por meio de políticas estruturadas de gestão de pessoas, educação corporativa e inclusão.

No segundo trimestre de 2025 lançamos um novo processo seletivo público para estagiários, promovendo oportunidades estratégicas de incorporação de ideias inovadoras alinhadas às transformações do mercado.

No mesmo período realizamos treinamentos presenciais e online com destaque para o programa Banrisul Nosso Jeito, que promove jornadas de desenvolvimento profissional em âmbito técnico e comportamental para todas as funções, incluindo lideranças, equipes comerciais e áreas técnicas. A educação corporativa é um de nossos recursos estratégicos para alcançar nosso propósito e objetivos, promover a cultura e reforçar os valores organizacionais.

Ações e Programas Culturais e Sociais

Nossas iniciativas refletem a estratégia de promover um ambiente de trabalho cada vez mais qualificado, inclusivo e alinhado às melhores práticas de responsabilidade social.

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, como o Projeto Pescar, que atende jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Jovem Aprendiz Legal voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; e iniciativas de educação financeira por meio da plataforma Banrieduca, com ações presenciais em escolas, universidades e empresas.

No escopo da diversidade e acessibilidade, além de ações voltadas à conscientização sobre o autismo e orgulho LGBTQIAP+, contamos com 1.284 colaboradores habilitados em Libras.

Em junho/2025 anunciamos publicamente a proposta de criação do Banrisul Cultural, um braço institucional dedicado exclusivamente ao fomento, apoio e difusão de projetos culturais e sociais em todo o Estado, em uma iniciativa que tem como objetivo principal estimular a inclusão social, apoiar a formação de profissionais da área cultural, preservar o patrimônio histórico e

Comentário do Desempenho

incentivar novas linguagens artísticas, consolidando nosso compromisso histórico com o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado, buscando sempre apoiar aqueles que tem capacidade de retornar valor à sociedade.

Reconhecimentos

Janeiro/2025.

Banrisul estreia na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3.

O Banrisul foi incluído, pela primeira vez, na 16ª carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), conforme detalhado no capítulo Sustentabilidade.

Março/2025.

Banrisul conquista Prêmio Ouvidorias Brasil pela quinta vez.

A Ouvidoria do Banrisul foi novamente reconhecida pela sua excelência no atendimento ao cliente ao conquistar o Prêmio Ouvidorias Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC). O Banco recebeu a premiação pela quinta vez na categoria Melhores Cases, com um projeto inovador voltado para a gestão de clientes vulneráveis. O prêmio reconhece empresas e profissionais que se destacam na inovação e excelência no atendimento por meio de suas ouvidorias, há mais de 20 anos.

Banrisul é a marca líder em Empresa Pública Gaúcha no Marcas de Quem Decide.

O Banrisul é a marca líder em Lembrança e Preferência dos executivos gaúchos na categoria Empresa Pública Gaúcha, além de obter destaque como a segunda empresa em Marca Símbolo da Retomada Econômica e a sexta companhia em Grande Marca Gaúcha do Ano, em ambos os quesitos. Os reconhecimentos integram a 27ª edição do Marcas de Quem Decide, promovido pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO). A instituição também está entre as cinco primeiras companhias em Lembrança e Preferência nas categorias Banco e Consórcio.

O diretor de Crédito, Ivanor Duranti, representou o Banrisul na entrega da premiação.

Abril/2025.

Moodys eleva o rating do Banrisul para AA-.br.

A agência de classificação Moody's Local Brasil elevou os ratings de emissor e de depósitos de longo prazo do Banrisul de A+.br para AA-.br. O rating de depósito de curto prazo foi reafirmado em ML A-1.br, com perspectiva estável, conforme descrito no capítulo Ratings Banrisul deste Relatório.

Banrisul conquista um dos prêmios mais importantes em gestão de pessoas do País.

O Banrisul conquistou o Prêmio ESARH – Doralício Siqueira 2025, na categoria Gestão Estratégica de Pessoas, concedido pela Associação Serrana de Recursos Humanos (ARH Serrana). O projeto premiado foi Programa de Integração Banrisul: Experiência de coprodução para acolher, orientar e inovar, tem como foco integrar novos colaboradores concursados, acolhendo e orientando sobre os valores, estratégias e negócios do Banco.

Banrisul é destaque no Top of Mind e reforça conexão com os gaúchos.

O Banrisul reafirmou sua força e conexão com a sociedade gaúcha ao conquistar posições de destaque na 35ª edição do Prêmio Top of Mind RS, a mais tradicional pesquisa de lembrança de marcas do Estado. Neste ano, a instituição alcançou o 1º lugar na categoria Banco e o 4º lugar na categoria Grande Empresa, confirmando sua relevância no setor financeiro e sua presença marcante na lembrança dos gaúchos.

Comentário do Desempenho

Maio/2025.

Banrisul é destaque como um dos três agentes financeiros que mais concederam crédito na reconstrução do Estado devido aos eventos climáticos de 2024.

A premiação foi entregue pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante a 4ª edição do Evento de Reconhecimento dos Agentes Financeiros, realizada em São Paulo. O evento valorizou o papel das instituições parceiras na ampliação do crédito e de concessão de garantias no âmbito do modelo indireto do BNDES, sob a ótica de temas relevantes para a instituição: inovação, sustentabilidade, apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e ao setor de bens de capital, entre outros.

Fitch confirma ratings do Banrisul em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável.

A Fitch Ratings confirmou os ratings do Banrisul de longo prazo e nacional de longo prazo, respectivamente em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável. Segundo a agência, o Banrisul apresenta estabilidade do perfil de negócios, com controles de risco comparáveis aos dos bancos de grande porte, mantendo um perfil financeiro adequado. A Fitch ainda elevou o score do perfil de negócios do Banrisul de bb- para bb, reflexo do crescimento da receita operacional total e resiliência do Banco frente ao recente período de estresse. Para a agência de riscos, a instituição mantém um perfil equilibrado, com apetite moderado por risco. O Banrisul tem uma qualidade de ativos adequada, mantida mesmo após as enchentes de 2024, motivo pelo qual a Fitch elevou o score do banco gaúcho de b para b+.

O presidente da Fundação Theatro São Pedro, Antonio Hohlfeldt; o presidente do Banrisul, Fernando Lemos; e o presidente da Associação dos Amigos do Theatro São Pedro, José Roberto Goldim, durante a entrega da placa em homenagem ao Banrisul.

Banrisul recebe homenagem pelo patrocínio à programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto.

O Banrisul foi homenageado com a entrega de uma placa em reconhecimento ao patrocínio da programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto, em Porto Alegre. O ato foi realizado no próprio espaço e celebrou o encerramento da temporada inaugural que, entre março e maio, apresentou espetáculos de teatro, dança, circo e música. O Teatro integra o Multipalco Eva Sopher, que teve sua construção viabilizada pelo apoio do Banrisul desde o início das obras, em 2003.

Agradecimentos

O resultado obtido no período demonstra o acerto das ações que empreendemos. O desempenho positivo contou com a dedicação e empenho de nossos funcionários e a parceria de nossos clientes, investidores e fornecedores.

A Diretoria

Notas Explicativas

banrisul

Demonstrações Financeiras

De acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil
aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar
pelo Banco Central do Brasil

Junho de 2025

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
Ativo	**Nota**	**30/06/2025**	**30/06/2025**
Disponibilidades	6	1.316.610	1.316.612
Ativos Financeiros		144.953.894	148.510.974
Ao Custo Amortizado		122.427.374	125.490.089
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	12.473.048	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	3.266.590	3.266.590
Títulos e Valores Mobiliários	9	42.989.743	42.998.161
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.004.273	64.018.274
Outros Ativos Financeiros	11	3.136.619	6.179.737
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.442.899)	(3.445.721)
(Operações de Crédito)	10	(3.391.659)	(3.392.042)
(Outros Ativos Financeiros)		(51.240)	(53.679)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		19.557.387	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	12	19.557.387	19.557.387
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		2.969.133	3.463.498
Títulos e Valores Mobiliários	13	2.877.056	3.371.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	92.077	92.077
Ativos Fiscais		3.898.133	4.116.017
Correntes		218.245	356.226
Diferidos	15a	3.679.888	3.759.791
Outros Ativos	14	629.114	711.566
Investimentos		3.934.363	157.746
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	3.934.363	157.746
Imobilizado de Uso	17	688.997	866.104
Imobilizações de Uso		1.610.614	1.909.754
(Depreciação Acumulada)		(921.617)	(1.043.650)
Intangível	18	375.217	375.217
Ativos Intangíveis		1.909.614	1.911.063
(Amortização Acumulada)		(1.534.397)	(1.535.846)
Total do Ativo		**155.796.328**	**156.054.236**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
Passivo	**Nota**	**30/06/2025**	**30/06/2025**
Passivos Financeiros		140.013.200	139.910.304
Ao Custo Amortizado		138.257.228	138.154.332
Depósitos	19	93.475.998	92.711.902
Captações no Mercado Aberto	19	23.816.027	23.698.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	10.116.348	9.286.453
Dívidas Subordinadas	19	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	19	2.421.038	2.425.019
Obrigações por Repasses	19	3.870.359	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	20	4.101.073	5.705.260
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.664.457	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.180	1.180
Dívidas Subordinadas	21	1.663.277	1.663.277
Provisão para Perda Esperada		91.515	91.515
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		86.013	86.013
Garantias Financeiras Prestadas		5.502	5.502
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	2.992.827	3.000.471
Passivos Fiscais		444.536	662.521
Correntes		142.918	347.025
Diferidos	15b	301.618	315.496
Outros Passivos	24	1.700.083	1.832.076
Total do Passivo		**145.150.646**	**145.405.372**
Patrimônio Líquido	**25**		
Capital Social		8.300.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.488.738	2.488.738
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		(148.154)	(148.154)
Participação de Não Controladores		-	3.182
Total do Patrimônio Líquido		**10.645.682**	**10.648.864**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**155.796.328**	**156.054.236**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
	Nota	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Receitas de Intermediação Financeira		**10.046.254**	**10.084.664**
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		5.265.717	5.265.717
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.028.934	4.067.344
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(276.248)	(276.248)
Resultado de Operações de Câmbio		231.300	231.300
Resultado das Aplicações Compulsórias		796.551	796.551
Despesas de Intermediação Financeira		**(7.021.774)**	**(6.901.675)**
Operações de Captação no Mercado		(6.609.131)	(6.488.850)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(412.643)	(412.825)
Resultado de Intermediação Financeira		**3.024.480**	**3.182.989**
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		**(518.281)**	**(519.083)**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(603.343)	(603.399)
Outros Instrumentos Financeiros		85.062	84.316
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(1.858.981)**	**(1.836.689)**
Receitas de Prestação de Serviços	26	504.446	1.046.943
Despesas de Pessoal	27	(1.303.833)	(1.314.131)
Outras Despesas Administrativas	28	(986.405)	(1.045.362)
Despesas Tributárias		(202.146)	(281.273)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	397.089	46.127
Outras Receitas Operacionais	29	284.315	337.336
Outras Despesas Operacionais	30	(297.841)	(371.787)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	(254.606)	(254.542)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		**647.218**	**827.217**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**31**	**(28.339)**	**(208.034)**
Corrente		(26.010)	(217.813)
Diferido		(2.329)	9.779
Lucro Líquido do Período		**618.879**	**619.183**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		618.879	618.879
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	304
Lucro por Ação	**32**		
Lucro Básico e Diluído por Ação– R$			
Ação Ordinária		1,51	1,51
Ação Preferencial A		1,54	1,54
Ação Preferencial B		1,51	1,51

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido do Período	**618.879**	**619.183**
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	**11.235**	**11.235**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	11.235	11.235
Variação de Valor Justo	20.429	20.429
Efeito Fiscal	(9.194)	(9.194)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração do Resultado	**(53.175)**	**(53.175)**
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(53.175)	(53.175)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(96.559)	(96.559)
Efeito Fiscal	43.384	43.384
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	**(41.940)**	**(41.940)**
Resultado Abrangente Líquido do Período	**576.939**	**577.243**
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	576.939	576.939
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	304

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

		Atribuível aos Acionistas da Controladora										
				Reservas de Lucros								
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	ORA	Lucros Acumulados	Total Individual	Participação de Não Controladores	Total Consolidado
Saldo em 31/12/2024		**8.000.000**	**5.098**	**805.107**	**1.430.430**	**275.581**	**-**	**(106.214)**	**-**	**10.410.002**	**3.706**	**10.413.708**
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21)		-	-	-	-	-	-	-	(164.160)	(164.160)	-	(164.160)
Saldo de Abertura 01/01/2025		**8.000.000**	**5.098**	**805.107**	**1.430.430**	**275.581**	**-**	**(106.214)**	**(164.160)**	**10.245.842**	**3.706**	**10.249.548**
Aumento de Capital		300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
ORA												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	11.235	-	11.235	-	11.235
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(53.175)	-	(53.175)	-	(53.175)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	618.879	618.879	304	619.183
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	30.944	154.720	25.551	-	-	(211.215)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
Dividendos Provisionados		-	-	-	-	-	66.405	-	(66.405)	-	-	-
Saldo em 30/06/2025		**8.300.000**	**5.098**	**836.051**	**1.560.731**	**25.551**	**66.405**	**(148.154)**	**-**	**10.645.682**	**3.182**	**10.648.864**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**647.218**	**827.217**
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	**426.998**	**801.102**
Depreciação e Amortização	177.173	199.577
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(397.089)	(46.127)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	(125.973)	(125.973)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	518.281	519.083
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	254.606	254.542
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	**1.592.743**	**1.637.939**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	763.835	763.835
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(756.118)	(756.118)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.369.502	1.516.238
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	233.401	233.401
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.795.109)	(1.795.395)
Outros Ativos Financeiros	1.980.707	2.015.582
Ativos Fiscais	(122.453)	(245.948)
Outros Ativos	(81.022)	(93.656)
Aumento/(Redução) em Passivos	**8.231.988**	**7.823.838**
Depósitos	4.829.763	4.517.012
Captações no Mercado Aberto	1.479.796	1.459.960
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.421.730	2.349.989
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.017.374	770.824
Outros Passivos Financeiros	(1.701.934)	(905.759)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(156.946)	(156.967)
Passivos Fiscais	152.509	429.101
Outros Passivos	315.731	(309.423)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(126.035)	(330.899)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**10.898.947**	**11.090.096**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	214.885	64.614
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(1.209.223)	(1.207.339)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(7.898.908)	(7.899.416)
Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas	4.302	2.946
Alienação de Imobilizado de Uso	9.037	14.677
Alienação de Intangível	186	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(4.505)	(3.355)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(53.944)	(73.816)
Aquisição de Intangível	(18.315)	(18.315)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimento	**(8.956.485)**	**(9.119.818)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(56.891)	(56.891)
Dividendos Pagos	(35.978)	(35.978)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(180.000)	(180.000)
Liquidação de Arrendamentos	(53.401)	(54.145)
Variação na Participação de Não Controladores	-	(524)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	**(326.270)**	**(327.538)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	**1.616.192**	**1.642.740**
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.734.417	1.792.278
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.350.609	3.435.018

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Receitas (a)	**10.316.734**	**10.949.860**
Receitas de Intermediação Financeira	10.046.254	10.084.664
Prestação de Serviços	504.446	1.046.943
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(518.281)	(519.083)
Outras	284.315	337.336
Despesas (b)	**(7.021.774)**	**(6.901.675)**
Despesas de Intermediação Financeira	(7.021.774)	(6.901.675)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	**(1.342.895)**	**(1.454.231)**
Materiais, Energia e Outros	(1.017.122)	(1.107.002)
Serviços de Terceiros	(325.773)	(347.229)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	**1.952.065**	**2.593.954**
Depreciação e Amortização (e)	**(177.173)**	**(199.577)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	**1.774.892**	**2.394.377**
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	**397.089**	**46.127**
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	397.089	46.127
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	**2.171.981**	**2.440.504**
Distribuição do Valor Adicionado	**2.171.981**	**2.440.504**
Pessoal	**1.139.536**	**1.149.242**
Remuneração Direta	792.751	800.208
Benefícios	296.296	297.761
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	50.489	51.273
Impostos, Taxas e Contribuições	**394.782**	**654.196**
Federais	368.485	613.173
Estaduais	9	196
Municipais	26.288	40.827
Remuneração de Capitais de Terceiros	**18.784**	**17.883**
Aluguéis	18.784	17.883
Remuneração de Capitais Próprios	**618.879**	**619.183**
Juros sobre o Capital Próprio	180.000	180.000
Dividendos	66.405	66.405
Lucros Retidos do Período	372.474	372.474
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	304

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas da seguinte forma:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o artigo 77º da Resolução CMN nº 4.966/21, que faculta às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen de elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) adicionalmente às demonstrações financeiras em padrão internacional (IFRS) até o exercício de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e instrumentos de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nesse sentido, determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a

Notas Explicativas

funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 também trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

Conforme estabelecido no artigo 70º da Resolução CMN nº 4.966/21 e artigo 94º da Resolução BCB nº 352/23, as mudanças nos critérios e políticas contábeis decorrentes da adoção desses normativos foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial em 01 de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária. Os novos critérios estabelecidos pela norma são aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro 2025.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e as demonstrações financeiras consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (ORA) e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 08 de agosto de 2025.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação em 30/06/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. (1)	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Notas Explicativas

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação em 30/06/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Transações com Participações de Não Controladores: o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

(b) Informações da Adoção Inicial

Tendo em vista que as Resoluções BCB nº 92/21, em vigor desde 01 de janeiro de 2022, e nº 390/24, que dispõem sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), as Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21, que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025, foi operacionalizada transferência de saldo entre contas do Balanço Patrimonial, assim como a abertura de contas novas. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e a reclassificação e remensuração em 01 de janeiro 2025.

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial – Ativo					Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025	
Disponibilidades	1.126.979	-	-	1.126.979	
Ativos Financeiros	139.669.659	-	(6.193)	139.663.466	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728	Custo Amortizado
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-		11.716.930	Custo Amortizado
Títulos e Valores Mobiliários	57.685.558	(22.594.722)	(60)	35.090.776	Custo Amortizado
	-	4.246.558	-	4.246.558	Ao Valor Justo por meio do Resultado
	-	18.348.164	-	18.348.164	Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298	Ao Valor Justo por meio do Resultado
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.045.229	-	5.056	62.050.285	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	5.293.727	(87.116)	-	5.206.611	Custo Amortizado
	-	87.116	-	87.116	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.650.553)	-	(116.459)	(2.767.012)	Custo Amortizado
(Operações de Crédito)	(2.600.094)	-	(116.459)	(2.716.553)	
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	-	-	(50.459)	
Ativos Fiscais	3.644.538	-	133.471	3.778.009	
Correntes	143.649	-	-	143.649	
Diferidos	3.500.889	-	133.471	3.634.360	
Outros Ativos	545.642	-	2.450	548.092	
Investimentos	3.663.411	-	(740)	3.662.671	
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	3.663.411	-	(740)	3.662.671	
Imobilizado de Uso	481.248	-	231.037	712.285	
Imobilizações de Uso	1.152.022	-	461.899	1.613.921	
(Depreciação Acumulada)	(670.774)	-	(230.862)	(901.636)	
Intangível	466.066	-	-	466.066	
Ativos Intangíveis	1.891.692	-	-	1.891.692	
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	-	-	(1.425.626)	
Total do Ativo	**146.946.990**	**-**	**243.566**	**147.190.556**	

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido					Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025	
Passivos Financeiros	131.508.923	-	407.726	131.916.649	
Depósitos	88.646.235	-	-	88.646.235	Custo Amortizado
Captação no Mercado Aberto	22.336.231	-	-	22.336.231	Custo Amortizado
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	-	-	7.694.618	Custo Amortizado
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812	Custo Amortizado
	-	1.880.714	-	1.880.714	Ao Valor Justo por meio do Resultado
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	246.950	2.509.184	Custo Amortizado
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190	Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	Ao Valor Justo por meio do Resultado
Outros Passivos Financeiros	5.201.889	(4.741)	-	5.197.148	Custo Amortizado
	-	4.741	160.776	165.517	Provisão para Perda Esperada
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.895.167	-	-	2.895.167	
Obrigações Fiscais	420.391	-	-	420.391	
Correntes	132.452	-	-	132.452	
Diferidas	287.939	-	-	287.939	
Outros Passivos	1.712.507	(359.555)	-	1.352.952	
	-	643	-	643	Provisão para Perda Esperada
	-	358.912		358.912	Outros Passivos Financeiros
Total do Passivo	**136.536.988**	**-**	**407.726**	**136.944.714**	
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000	
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098	
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118	
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(106.214)	-	-	(106.214)	
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)	
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	
Total do Patrimônio Líquido	**10.410.002**	**-**	**(164.160)**	**10.245.842**	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**146.946.990**	**-**	**243.566**	**147.190.556**	

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial – Ativo					Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025	
Disponibilidades	1.126.982	-	-	1.126.982	
Ativos Financeiros	143.296.100	-	(6.193)	143.289.907	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728	Custo Amortizado
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930	Custo Amortizado
Títulos e Valores Mobiliários	58.309.904	(23.211.158)	(60)	35.098.686	Custo Amortizado
	-	4.861.110	-	4.861.110	Ao Valor Justo por meio do Resultado
	-	18.350.048	-	18.350.048	Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298	Ao Valor Justo por meio do Resultado
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.058.943	-	5.056	62.063.999	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	-	8.194.992	Custo Amortizado
	-	87.116	-	87.116	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.651.713)	-	(116.991)	(2.768.704)	Custo Amortizado
(Operações de Crédito)	(2.600.487)	-	(116.393)	(2.716.880)	
(Outros Ativos Financeiros)	(51.226)	-	(598)	(51.824)	
Ativos Fiscais	3.726.655	-	133.635	3.860.290	
Correntes	158.520	-	-	158.520	
Diferidos	3.568.135	-	133.635	3.701.770	
Outros Ativos	615.460	-	2.450	617.910	
Investimentos	175.824	-	-	175.824	
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	175.824	-	-	175.824	
Imobilizado de Uso	662.574	-	234.990	897.564	
Imobilizações de Uso	1.462.657		468.547	1.931.204	
(Depreciação Acumulada)	(800.083)		(233.557)	(1.033.640)	
Intangível	466.066	-	-	466.066	
Ativos Intangíveis	1.893.179	-	-	1.893.179	
(Amortização Acumulada)	(1.427.113)	-	-	(1.427.113)	
Total do Ativo	**147.417.948**	**-**	**247.891**	**147.665.839**	

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido					Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21		Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025	
Passivos Financeiros	131.616.061	-	412.051	132.028.112	
Depósitos	88.194.890	-	-	88.194.890	Custo Amortizado
Captação no Mercado Aberto	22.238.994	-	-	22.238.994	Custo Amortizado
Rcursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.936.464	-	-	6.936.464	Custo Amortizado
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812	Custo Amortizado
	-	1.880.714	-	1.880.714	Ao Valor Justo por meio do Resultado
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	251.275	2.513.509	Custo Amortizado
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190	Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	Ao Valor Justo por meio do Resultado
Outros Passivos Financeiros	6.615.763	(4.741)	-	6.611.022	Custo Amortizado
	-	4.741	160.776	165.517	Provisão para Perda Esperada
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.902.896	-	-	2.902.896	
Obrigações Fiscais	554.540	-	-	554.540	
Correntes	252.765	-	-	252.765	
Diferidas	301.775	-	-	301.775	
Outros Passivos	1.930.743	(643)	-	1.930.100	Provisão para Perda Esperada
	-	643	-	643	Outros Passivos Financeiros
Total do Passivo	**137.004.240**	**-**	**412.051**	**137.416.291**	
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000	
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098	
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118	
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(106.214)	-	-	(106.214)	
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)	
Participação de Não Controladores	3.706	-	-	3.706	
Total do Patrimônio Líquido	**10.413.708**	**-**	**(164.160)**	**10.249.548**	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**147.417.948**	**-**	**247.891**	**147.665.839**	

Notas Explicativas

Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	**10.410.002**	**10.413.708**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(60)	(60)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.056	5.056
(Provisões para Perdas Esperadas)	(116.459)	(116.991)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(740)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	**10.245.842**	**10.249.548**

De forma resumida, as tabelas a seguir apresentam o Balanço Patrimonial, Individual e Consolidado, com os saldos contábeis em 01/01/2025 após à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Ativo	**01/01/2025**	**01/01/2025**
Disponibilidades	1.126.979	1.126.982
Ativos Financeiros	136.896.454	140.521.203
Ao Custo Amortizado	113.977.434	116.985.747
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.592.728	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	35.090.776	35.098.686
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.137.401	62.151.115
Outros Ativos Financeiros	5.206.611	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)	(2.767.012)	(2.768.704)
(Operações de Crédito)	(2.716.553)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	(51.824)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.348.164	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	18.348.164	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.570.856	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	4.246.558	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	324.298
Ativos Fiscais	3.778.009	3.860.290
Correntes	143.649	158.520
Diferidos	3.634.360	3.701.770
Outros Ativos	548.092	617.910
Investimentos	3.662.671	175.824
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	3.662.671	175.824
Imobilizado de Uso	712.285	897.564
Imobilizações de Uso	1.613.921	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(901.636)	(1.033.640)
Intangível	466.066	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	(1.427.113)
Total do Ativo	**147.190.556**	**147.665.839**

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Passivo	**01/01/2025**	**01/01/2025**
Passivos Financeiros	132.276.204	132.028.755
Ao Custo Amortizado	130.229.330	129.981.881
Depósitos	88.646.235	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	22.336.231	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	6.936.464
Dívidas Subordinadas	421.812	421.812
Obrigações por Empréstimos	2.509.184	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.556.060	6.611.022
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.880.714	1.880.714
Dívidas Subordinadas	1.880.714	1.880.714
Provisão para Perda Esperada	166.160	166.160
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	165.517	165.517
Garantias Financeiras Prestadas	643	643
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.895.167	2.902.896
Passivos Fiscais	420.391	554.540
Correntes	132.452	252.765
Diferidos	287.939	301.775
Outros Passivos	1.352.952	1.930.100
Total do Passivo	**136.944.714**	**137.416.291**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	8.000.000	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(106.214)	(106.214)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	**10.245.842**	**10.249.548**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**147.190.556**	**147.665.839**

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei nº 14.467/22 e Lei nº 15.078, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: a Lei nº 14.467/22 modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026, podendo ser feita a opção por qual razão será utilizada até 31/12/2025. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

Conforme faculta a legislação, o Banrisul irá optar pela razão utilizada para a dedução da apuração do IR e CSLL até 31 de dezembro de 2025.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde o Banrisul se enquadra.

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2026.

Notas Explicativas

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de *Hedge*: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

O Banrisul irá reclassificar as operações de *hedge* a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante à reestruturação de ativos financeiros, conforme previsto no artigo 95º-A da Resolução BCB nº 352/23 (incluído pela Resolução BCB nº 397/24), é facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o artigo 22º da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme faculta o normativo, o Banrisul irá utilizar da taxa de juros efetiva originalmente contratada a partir de 01 de janeiro de 2027.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
    - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada ORA. No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

- **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. São

Notas Explicativas

inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Notas Explicativas

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;

Notas Explicativas

- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado. A Resolução nº 352/23 enquadra os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

- Carteira 1 (C1):
  - Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
  - Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
- Carteira 2 (C2):
  - Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099/74;
  - Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
  - Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
  - Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
  - Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen; e
  - Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20;
- Carteira 3 (C3):
  - Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
  - Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
  - Créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses nas carteiras C1 e C2;
- Carteira 4 (C4):
  - Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
  - Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

Notas Explicativas

- Carteira 5 (C5):
  - Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas em C4 e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;
  - Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas em C4; e
  - Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteiras C1, C2, C3 e C4.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) *Stop Accrual*

Stop accrual é o procedimento de cessação do reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou outras atividades financeiras de qualquer natureza sobre o ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. O Banrisul realiza esse processo de forma consistente, não reconhecendo no resultado do período receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.7) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. No entanto, deixa-se de reconhecer a receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A partir do momento em que o instrumento financeiro deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas relativas ao instrumento financeiro, assim, toda a renda represada passa a ser reconhecida.

(c.8) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação**: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação**: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação em vez da taxa de juros efetiva originalmente pactuada.

(c.9) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.10) Critérios para *Write-Off*

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um

Notas Explicativas

ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.11) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.12) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados diariamente com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira

Notas Explicativas

linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.13) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.14) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspendidos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao

Notas Explicativas

item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	13,30

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Notas Explicativas

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor e Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul pode fazer a opção até 31/12/2025, por qual razão irá utilizar. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes, dos ativos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na

Notas Explicativas

opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Notas Explicativas

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas periodicamente por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados periodicamente por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Notas Explicativas

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito na Nota item 3c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-

Notas Explicativas

B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com data de referência 30/06/2025.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando

Notas Explicativas

possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Notas Explicativas

	Individual	Consolidado
Composição da Carteira por Setor de Atividade	**30/06/2025**	**30/06/2025**
Setor Público	**179.345**	**188.791**
Administração Pública - Direta e Indireta	179.345	188.791
Setor Privado	**63.824.928**	**63.829.483**
Pessoa Física	48.896.997	48.897.027
Pessoa Jurídica	14.927.931	14.932.456
Agropecuário	261.475	261.535
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.384.330	2.384.538
Automotivo	721.453	721.595
Celulose, Madeira e Móveis	364.555	364.577
Comércio Atacadista – Alimentício	1.076.885	1.077.148
Comércio Atacadista – não Alimentício	883.591	883.734
Comércio Varejista – Outros	1.503.951	1.504.263
Construção e Imobiliário	1.245.331	1.245.951
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.602.868	1.603.741
Eletroeletrônico e Informática	506.140	506.253
Financeiro e Seguro	187.732	187.733
Máquinas e Equipamentos	278.479	278.530
Metalurgia	434.208	434.276
Obras de Infraestrutura	28.069	28.304
Petróleo e Gás Natural	542.626	542.668
Químico e Petroquímico	888.816	889.066
Serviços Privados	582.512	582.927
Têxtil, Confecções e Couro	353.911	353.918
Transportes	453.808	454.043
Outros	627.191	627.656
Total	**64.004.273**	**64.018.274**

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria,

Notas Explicativas

entre outros. As concentrações são observadas periodicamente e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	**125.293.403**	**128.358.940**
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.895.779	11.895.779
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.266.643
Títulos e Valores Mobiliários	42.990.089	42.998.507
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.004.273	64.018.274
Outros Ativos Financeiros	3.136.619	6.179.737
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**19.557.387**	**19.557.387**
Títulos e Valores Mobiliários	19.557.387	19.557.387
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	**2.969.133**	**3.463.498**
Títulos e Valores Mobiliários	2.877.056	3.371.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	92.077	92.077
Off Balance	**23.128.969**	**23.128.969**
Garantias Financeiras	447.318	447.318
Crédito Imobiliário	533.731	533.731
Cheque Especial	6.129.987	6.129.987
Cartão de Crédito	4.713.958	4.713.958
Limites Pré-Datados Eletrônicos – Banricompras	5.861.041	5.861.041
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.910.394	4.910.394
Outros Limites Pré-Aprovados	532.540	532.540
Total	**170.948.892**	**174.508.794**

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

							Individual	
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	**45.835.121**	**792.558**	**616.662**	**125.963**	**2.445.214**	**1.602.747**	**48.896.997**	**2.521.268**
Cartão de Crédito	2.328.236	119.876	49.274	10.067	238.694	182.351	2.616.204	312.294
Crédito Consignado	19.505.034	110.517	134.749	18.221	989.245	621.718	20.629.028	750.456
Crédito Pessoal	2.634.454	32.421	74.790	12.659	323.708	212.604	3.032.952	257.684
Crédito Imobiliário	5.754.041	27.228	79.851	32.037	59.682	34.917	5.893.574	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	362.343	197.912	31.739	396.576	224.177	13.773.102	618.259
Outros	2.434.742	140.173	80.086	21.240	437.309	326.980	2.952.137	488.393
Pessoa Jurídica	**14.015.421**	**246.685**	**138.916**	**32.827**	**952.939**	**590.879**	**15.107.276**	**870.391**
Operações de Câmbio	2.233.392	8.250	171	7	87.010	9.269	2.320.573	17.526
Capital de Giro	4.158.988	29.445	22.509	3.676	202.021	112.828	4.383.518	145.949
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	93.921	23.147	6.792	106.164	76.227	2.418.438	176.940
Crédito Imobiliário	655.077	10.098	3.233	43	223	129	658.533	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	64.687	54.399	13.342	315.312	246.728	3.893.037	324.757
Outros	1.155.511	40.284	35.457	8.967	242.209	145.698	1.433.177	194.949
Total em 30/06/2025	**59.850.542**	**1.039.243**	**755.578**	**158.790**	**3.398.153**	**2.193.626**	**64.004.273**	**3.391.659**

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	**45.835.151**	**792.558**	**616.662**	**125.963**	**2.445.214**	**1.602.747**	**48.897.027**	**2.521.268**
Cartão de Crédito	2.328.236	119.876	49.274	10.067	238.694	182.351	2.616.204	312.294
Crédito Consignado	19.505.034	110.517	134.749	18.221	989.245	621.718	20.629.028	750.456
Crédito Pessoal	2.634.454	32.421	74.790	12.659	323.708	212.604	3.032.952	257.684
Crédito Imobiliário	5.754.041	27.228	79.851	32.037	59.682	34.917	5.893.574	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	362.343	197.912	31.739	396.576	224.177	13.773.102	618.259
Outros	2.434.772	140.173	80.086	21.240	437.309	326.980	2.952.167	488.393
Pessoa Jurídica	**14.024.818**	**246.730**	**141.130**	**32.831**	**955.299**	**591.213**	**15.121.247**	**870.774**
Operações de Câmbio	2.233.392	8.250	171	7	87.010	9.269	2.320.573	17.526
Capital de Giro	4.158.988	29.445	22.509	3.676	202.021	112.828	4.383.518	145.949
Conta Empresarial/ Garantida	2.289.127	93.921	23.147	6.792	106.164	76.227	2.418.438	176.940
Crédito Imobiliário	655.077	10.098	3.233	43	223	129	658.533	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	64.687	54.399	13.342	315.312	246.728	3.893.037	324.757
Outros	1.164.908	40.329	37.671	8.971	244.569	146.032	1.447.148	195.332
Total em 30/06/2025	**59.859.969**	**1.039.288**	**757.792**	**158.794**	**3.400.513**	**2.193.960**	**64.018.274**	**3.392.042**

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	**30/06/2025**
Não vencidos	58.013.341	58.022.689
Vencidos em até 30 dias	1.837.201	1.837.280
Total	**59.850.542**	**59.859.969**

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	**30/06/2025**
Avaliação Coletiva	59.840.384	59.849.811
Avaliação Individual	10.158	10.158
Total	**59.850.542**	**59.859.969**

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	**30/06/2025**
Não Vencidos	71.296	73.427
Vencidos em até 30 dias	9.129	9.204
Vencidos de 31 a 60 dias	432.246	432.253
Vencidos de 61 a 90 dias	242.907	242.908
Total	**755.578**	**757.792**

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	**30/06/2025**
Avaliação Coletiva	753.955	756.169
Avaliação Individual	1.623	1.623
Total	**755.578**	**757.792**

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

Notas Explicativas

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Não Vencidos	1.189.823	1.190.901
Vencidos em até 30 dias	129.659	130.199
Vencidos de 31 a 60 dias	90.080	90.499
Vencidos de 61 a 90 dias	98.571	98.595
Vencidos a mais de 90 dias	1.890.020	1.890.319
Total	**3.398.153**	**3.400.513**

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Avaliação Coletiva	2.895.247	2.897.607
Avaliação Individual	502.906	502.906
Total	**3.398.153**	**3.400.513**

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R$514.687, excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	30/06/2025
Maior Devedor	20,57%
Cinco Maiores Devedores	57,17%
Dez Maiores Devedores	81,25%
Vinte Maiores Devedores	98,67%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociados: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

As tabelas a seguir são apresentadas considerando a segregação de carteiras conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

	Individual e Consolidado					
Instrumentos Financeiros Renegociados	Carteira					Total em
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2025
Write-Off (Nota 10d)	20	7.771	124	794	71.830	**80.539**
Novos Instrumentos Reconhecidos	2.585	172.738	3.882	-	388.537	**567.742**

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R$17.458.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação,

Notas Explicativas

e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado periodicamente aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução CMN nº 4.557/17 a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: https://ri.banrisul.com.br/.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle*/*backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Notas Explicativas

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de *Spread* (*Credit Spread Risk on the Banking Book* – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos

Notas Explicativas

e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o ΔNII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco			Total em 30/06/2025
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	Ações	
1	1%	2.797	4.639	-	**7.436**
2	25%	2.266	115.967	-	**118.233**
3	50%	1.624	231.933	-	**233.557**

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e
- Ações: exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R$5,4571 de 30/06/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda, que representa 37,6% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moedas Estrangeiras” representando respectivamente 98,1% e 99,3%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R$233.557.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/06/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/06/2025.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado em 30/06/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	*Trading*	Alta do dólar	16.644	416.092	832.184
		Item Objeto de Proteção			
Dívida	*Banking*	Alta do dólar	16.653	416.336	832.672
		Efeito Líquido	**(9)**	**(244)**	**(488)**
Operação	**Carteira**	**Risco**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Swap	*Trading*	Baixa do dólar	(16.644)	(416.092)	(832.184)
		Item Objeto de Proteção			
Dívida	*Banking*	Baixa do dólar	(16.653)	(416.336)	(832.672)
		Efeito Líquido	**9**	**244**	**488**

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/06/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	*Trading*	Alta da Taxa Futura de DI	(638)	(15.413)	(30.096)
FUT DI1	*Trading*	Baixa da Taxa Futura de DI	622	16.171	33.200

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	388
Cupom de Índices	IGP-M	-
Total		**388**

A tabela a seguir demonstra o resultado do ΔNII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	(62.864)
Cupom de Índices	TLP	183
	Outros	71
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	8.248
	Euro	35
	Libra Esterlina	10
Cupom de Taxas	TR	(97.194)
	TJLP	(122)
DI	CDI	(2.389.508)
Selic	Selic	3.053.648
Total		**512.507**

Notas Explicativas

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R$365.588. O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R$83.377.

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM}, sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R$1.042.909.

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Individual				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025
Ativos Financeiros	**31.975.308**	**22.741.282**	**75.983.029**	**17.120.304**	**147.819.923**
Ao Custo Amortizado	31.313.912	20.708.509	56.150.678	17.120.304	125.293.403
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.895.779	-	-	-	11.895.779
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.034.026	757.006	475.611	-	3.266.643
Títulos e Valores Mobiliários	4.961.627	5.071.049	25.268.820	7.688.593	42.990.089
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12.422.480	14.266.694	27.883.388	9.431.711	64.004.273
Outros Ativos Financeiros	-	613.760	2.522.859	-	3.136.619
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por meio do Resultado	599.668	2.032.773	336.692	-	2.969.133
Títulos e Valores Mobiliários	599.668	1.940.696	336.692	-	2.877.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	92.077	-	-	92.077
Passivos Financeiros	**55.279.176**	**18.247.435**	**49.791.314**	**13.781.917**	**137.099.842**
Ao Custo Amortizado	55.230.528	16.631.626	49.791.314	13.781.917	135.435.385
Depósitos	28.218.334	5.796.853	43.979.908	12.659.060	90.654.155
Captações no Mercado Aberto	23.793.847	22.180	-	-	23.816.027
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.323.681	4.414.085	3.378.582	-	10.116.348
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	613.317	1.625.385	173.638	8.698	2.421.038
Obrigações por Repasses	281.349	674.219	2.257.017	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	-	4.098.904	2.169	-	4.101.073
Ao Valor Justo por meio do Resultado	48.648	1.615.809	-	-	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.180	-	-	1.180
Dívidas Subordinadas	48.648	1.614.629	-	-	1.663.277
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	**(23.303.868)**	**4.493.847**	**26.191.715**	**3.338.387**	**10.720.081**

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025
Ativos Financeiros	**32.147.097**	**26.095.820**	**76.001.542**	**17.135.366**	**151.379.825**
Ao Custo Amortizado	31.327.913	23.746.552	56.164.171	17.120.304	128.358.940
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.895.779	-	-	-	11.895.779
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.034.026	757.006	475.611	-	3.266.643
Títulos e Valores Mobiliários	4.961.627	5.071.049	25.277.238	7.688.593	42.998.507
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12.436.481	14.266.694	27.883.388	9.431.711	64.018.274
Outros Ativos Financeiros	-	3.651.803	2.527.934	-	6.179.737
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por meio do Resultado	757.456	2.349.268	341.712	15.062	3.463.498
Títulos e Valores Mobiliários	757.456	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	92.077	-	-	92.077
Passivos Financeiros	**55.382.531**	**18.311.027**	**49.531.329**	**13.781.917**	**137.006.804**
Ao Custo Amortizado	55.333.883	16.695.218	49.531.329	13.781.917	135.342.347
Depósitos	28.440.699	4.820.250	43.979.908	12.659.060	89.899.917
Captações no Mercado Aberto	23.676.774	22.180	-	-	23.698.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.321.453	3.849.179	3.115.821	-	9.286.453
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	613.608	1.626.299	176.414	8.698	2.425.019
Obrigações por Repasses	281.349	674.219	2.257.017	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	-	5.703.091	2.169	-	5.705.260
Ao Valor Justo por meio do Resultado	48.648	1.615.809	-	-	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.180	-	-	1.180
Dívidas Subordinadas	48.648	1.614.629	-	-	1.663.277
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	**(23.235.434)**	**7.784.793**	**26.470.213**	**3.353.449**	**14.373.021**

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Notas Explicativas

Mensalmente é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

					Individual
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	**58.285.531**	**18.560.306**	**50.846.820**	**14.062.073**	**141.754.730**
Ao Custo Amortizado	58.241.533	16.879.178	50.846.820	14.062.073	140.029.604
Depósitos	31.141.494	5.883.620	44.642.717	12.850.123	94.517.954
Captações no Mercado Aberto	23.810.138	22.195	-	-	23.832.333
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.361.951	4.486.783	3.434.226	-	10.282.960
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	619.490	1.639.451	223.082	13.506	2.495.529
Obrigações por Repasses	308.460	748.068	2.544.114	742.059	4.342.701
Outros Passivos Financeiros	-	4.099.061	2.681	-	4.101.742
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Dívidas Subordinadas	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	**30.829.447**	**23.637.933**	**91.234.420**	**26.616.189**	**172.317.989**
Disponibilidades	1.316.610	-	-	-	1.316.610
Ativos Financeiros	29.512.837	23.637.933	91.234.420	26.616.189	171.001.379
Ao Custo Amortizado	28.851.441	21.697.237	71.402.069	26.616.189	148.566.936
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	599.668	1.940.696	336.692	-	2.877.056

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	**58.383.645**	**18.606.750**	**50.597.081**	**14.064.877**	**141.652.353**
Ao Custo Amortizado	58.339.647	16.925.622	50.597.081	14.064.877	139.927.227
Depósitos	31.355.222	4.893.305	44.652.404	12.852.927	93.753.858
Captações no Mercado Aberto	23.693.000	22.195	-	-	23.715.195
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.363.103	3.918.239	3.171.723	-	9.453.065
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	619.862	1.640.567	226.159	13.506	2.500.094
Obrigações por Repasses	308.460	748.068	2.544.114	742.059	4.342.701
Outros Passivos Financeiros		5.703.248	2.681	-	5.705.929
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Dívidas Subordinadas	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	**30.987.237**	**26.992.471**	**91.252.933**	**26.631.251**	**175.863.892**
Disponibilidades	1.316.612	-	-	-	1.316.612
Ativos Financeiros	29.670.625	26.992.471	91.252.933	26.631.251	174.547.280
Ao Custo Amortizado	28.851.441	24.735.280	71.415.562	26.616.189	151.618.472
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	757.456	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R$9.895.835. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Individual		
	30/06/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Mensurados ao Valor Justo	**22.375.458**	**151.062**	**22.526.520**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.877.056	-	2.877.056
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.346.783	-	1.346.783
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.530.273		1.530.273
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.495.659	61.728	19.557.387
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.495.659	-	19.495.659
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.759	39.759
Outros	-	21.969	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.743	89.334	92.077
Passivo Mensurado ao Valor Justo	**1.180**	**1.663.277**	**1.664.457**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.180	1.663.277	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	-	1.180
Dívidas Subordinadas	-	1.663.277	1.663.277

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Mensurados ao Valor Justo	**22.868.419**	**151.062**	**1.404**	**23.020.885**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.370.017	-	1.404	3.371.421
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.683.359	-	-	1.683.359
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.530.274	-	-	1.530.274
Cotas de Fundo de Investimento	156.384	-	1.404	157.788
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.495.659	61.728	-	19.557.387
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.495.659	-	-	19.495.659
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.759	-	39.759
Outros	-	21.969	-	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.743	89.334	-	92.077
Instrumentos Financeiros Derivativos (*Swaps*)	2.743	89.334	-	92.077
Passivo Mensurado ao Valor Justo	**1.180**	**1.663.277**		**1.664.457**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.180	1.663.277		1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	-		1.180
Dívidas Subordinadas	-	1.663.277		1.663.277

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Individual	
	30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	**125.870.672**	**123.311.383**
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	12.473.048	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.298.145
Títulos e Valores Mobiliários	42.990.089	42.797.408
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.004.273	61.606.163
Outros Ativos Financeiros	3.136.619	3.136.619
Passivos ao Custo Amortizado	**138.257.228**	**138.041.356**
Depósitos	93.475.998	93.179.180
Captações no Mercado Aberto	23.816.027	23.816.027
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	10.116.348	10.132.332
Dívidas Subordinadas	456.385	521.347
Obrigações por Empréstimos	2.421.038	2.421.038
Obrigações por Repasses	3.870.359	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	4.101.073	4.101.073

	Consolidado	
	30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	**128.936.209**	**126.376.915**
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	12.473.048	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.298.145
Títulos e Valores Mobiliários	42.998.507	42.805.821
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.018.274	61.620.164
Outros Ativos Financeiros	6.179.737	6.179.737
Passivos ao Custo Amortizado	**138.154.332**	**137.938.459**
Depósitos	92.711.902	92.415.083
Captações no Mercado Aberto	23.698.954	23.698.954
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	9.286.453	9.302.437
Dívidas Subordinadas	456.385	521.347
Obrigações por Empréstimos	2.425.019	2.425.019
Obrigações por Repasses	3.870.359	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	5.705.260	5.705.260

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas

Notas Explicativas

pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.

- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Notas Explicativas

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Waited Assets* – RWA), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

Notas Explicativas

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 7,00%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMNN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital ($ICAAP_{SIMP}$) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do $ICAAP_{SIMP}$, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

Notas Explicativas

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o $ICAAP_{SIMP}$ e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Notas Explicativas

Conglomerado Prudencial	30/06/2025
Patrimônio de Referência (PR)	**11.759.426**
Nível 1	**9.639.763**
Capital Principal (CP)	**9.639.763**
Capital Social	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.495.204
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(148.108)
Contas de Resultado Credoras	-
Ajustes Prudenciais	(1.128.192)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	119.000
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	-
Nível 2	**2.119.663**
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.119.663
RWA	**72.709.140**
RWA_{CPAD} (Risco de Crédito)	60.417.901
RWA_{SP} (Serviços de Pagamento)	1.117.867
RWA_{MPAD} (Risco de Mercado)	1.056.354
RWA_{JUR1} (Risco de Juros)	6.761
RWA_{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.042.909
RWA_{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	6.684
RWA_{OPAD} (Risco Operacional)	10.117.018
Carteira *Banking* (IRRBB)	**538.997**
Margem sobre o PR considerando Carteira *Banking* após o Adicional de Capital Principal	3.585.970
Índices de Capital	
Índice de Basileia	16,17%
Índice de Nível 1	13,26%
Índice de Capital Principal	13,26%
Índice de Imobilização	11,70%
Razão de Alavancagem	6,99%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R$11.759.426.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity* – ΔEVE) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – ΔNII).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R$538.997.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 16,17% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram de 13,26% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Notas Explicativas

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	1.316.610	1.316.612
Disponibilidades em Moeda Nacional	851.992	851.994
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	464.618	464.618
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez [1]	2.033.999	2.033.999
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	799.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	1.234.000
Títulos e Valores Mobiliários	-	84.407
Cotas de Fundos de Investimento	-	84.407
Total	**3.350.609**	**3.435.018**

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

		Individual e Consolidado
Tipo de Depósito	**Forma de Remuneração**	**30/06/2025**
Depósitos à Vista	Não Remunerado	577.269
Depósitos de Poupança	Poupança	335.428
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	10.897.436
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	406.841
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	6.075
Outros Depósitos	Taxa Selic	249.999
Total		**12.473.048**

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				Individual e Consolidado
	Até 3 Meses	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**30/06/2025**
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	-	-	799.999
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	799.999	-	-	799.999
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	799.999	-	-	799.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	756.990	475.601	2.466.591
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	756.990	475.601	2.466.591
Total em 30/06/2025	**2.033.999**	**756.990**	**475.601**	**3.266.590**

Notas Explicativas

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									Individual
									30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.545.319	3.733.594	14.077.818	10.712.157	7.399.463	40.468.351	-	40.468.351	40.546.467
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	35.202	-	-	35.202	-	35.202	31.926
Letras Financeiras (LF)	416.308	1.327.157	143.754	105.108	-	1.992.327	(341)	1.991.986	1.802.400
Debêntures	-	10.298	20.157	174.624	287.772	492.851	(5)	492.846	415.363
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.358	1.358	-	1.358	1.252
Total	**4.961.627**	**5.071.049**	**14.276.931**	**10.991.889**	**7.688.593**	**42.990.089**	**(346)**	**42.989.743**	**42.797.408**

									Consolidado
									30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.545.319	3.733.594	14.086.235	10.712.157	7.399.463	40.476.768	-	40.476.768	40.554.880
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	35.202	-	-	35.202	-	35.202	31.926
Letras Financeiras (LF)	416.308	1.327.157	143.755	105.108	-	1.992.328	(341)	1.991.987	1.802.400
Debêntures	-	10.298	20.157	174.624	287.772	492.851	(5)	492.846	415.363
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.358	1.358	-	1.358	1.252
Total	**4.961.627**	**5.071.049**	**14.285.349**	**10.991.889**	**7.688.593**	**42.998.507**	**(346)**	**42.998.161**	**42.805.821**

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Notas Explicativas

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

				Individual
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2025
Pessoa Física	**45.835.121**	**616.662**	**2.445.214**	**48.896.997**
Cartão de Crédito	2.328.236	49.274	238.694	2.616.204
Crédito Consignado	19.505.034	134.749	989.245	20.629.028
Crédito Pessoal	2.634.454	74.790	323.708	3.032.952
Crédito Imobiliário	5.754.041	79.851	59.682	5.893.574
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	197.912	396.576	13.773.102
Outros	2.434.742	80.086	437.309	2.952.137
Pessoa Jurídica	**14.015.421**	**138.916**	**952.939**	**15.107.276**
Operações de Câmbio	2.233.392	171	87.010	2.320.573
Capital de Giro	4.158.988	22.509	202.021	4.383.518
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	23.147	106.164	2.418.438
Crédito Imobiliário	655.077	3.233	223	658.533
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	54.399	315.312	3.893.037
Outros	1.155.511	35.457	242.209	1.433.177
Total	**59.850.542**	**755.578**	**3.398.153**	**64.004.273**
(Provisão)	(1.039.243)	(158.790)	(2.193.626)	(3.391.659)
Total Líquido da Provisão 30/06/2025	**58.811.299**	**596.788**	**1.204.527**	**60.612.614**

				Consolidado
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2025
Pessoa Física	**45.835.151**	**616.662**	**2.445.214**	**48.897.027**
Cartão de Crédito	2.328.236	49.274	238.694	2.616.204
Crédito Consignado	19.505.034	134.749	989.245	20.629.028
Crédito Pessoal	2.634.454	74.790	323.708	3.032.952
Crédito Imobiliário	5.754.041	79.851	59.682	5.893.574
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	197.912	396.576	13.773.102
Outros	2.434.772	80.086	437.309	2.952.167
Pessoa Jurídica	**14.024.818**	**141.130**	**955.299**	**15.121.247**
Operações de Câmbio	2.233.392	171	87.010	2.320.573
Capital de Giro	4.158.988	22.509	202.021	4.383.518
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	23.147	106.164	2.418.438
Crédito Imobiliário	655.077	3.233	223	658.533
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	54.399	315.312	3.893.037
Outros	1.164.908	37.671	244.569	1.447.148
Total	**59.859.969**	**757.792**	**3.400.513**	**64.018.274**
(Provisão)	(1.039.288)	(158.794)	(2.193.960)	(3.392.042)
Total Líquido da Provisão 30/06/2025	**58.820.681**	**598.998**	**1.206.553**	**60.626.232**

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

	Individual	Consolidado
Prazo por Vencimento	**30/06/2025**	**30/06/2025**
Vencidas a partir de 1 dia	1.917.532	1.918.976
A vencer até 3 meses	10.504.948	10.517.505
A vencer de 3 a 12 meses	14.266.694	14.266.694
A vencer acima de 1 ano	37.315.099	37.315.099
Total	**64.004.273**	**64.018.274**

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	Individual e Consolidado	
	30/06/2025	
Concentração dos Maiores Tomadores	**Total**	**% da Carteira**
Maior Devedor	258.181	0,40
10 Maiores Devedores	1.639.788	2,56
20 Maiores Devedores	2.714.739	4,24
50 Maiores Devedores	4.661.916	7,28
100 Maiores Devedores	6.359.597	9,94

Notas Explicativas

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Individual Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**708.288**	**(13.256)**	**(34.886)**	**17.355**	**88.863**	**-**	**26.194**	**792.558**
Cartão de Crédito	108.240	(776)	(12.138)	-	2.691	-	21.859	119.876
Crédito Consignado	104.150	(676)	(2.943)	693	6.358	-	2.935	110.517
Crédito Pessoal	25.078	(943)	(2.553)	407	3.652	-	6.780	32.421
Crédito Imobiliário	23.940	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(24.601)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	34.051	362.343
Outros	118.442	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	(14.830)	140.173
Pessoa Jurídica	**274.240**	**(7.433)**	**(14.618)**	**2.201**	**70.292**	**-**	**(77.997)**	**246.685**
Operações de Câmbio	8.747	-	(273)	-	-	-	(224)	8.250
Capital de Giro	24.914	(468)	(1.692)	31	5.183	-	1.477	29.445
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	(30.604)	93.921
Crédito Imobiliário	8.316	(50)	-	-	-	-	1.832	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(4.050)	(4.709)	1.714	4.776	-	(2.604)	64.687
Outros	32.291	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(47.874)	40.284
Total	**982.528**	**(20.689)**	**(49.504)**	**19.556**	**159.155**	**-**	**(51.803)**	**1.039.243**

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Individual Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**75.036**	**(17.355)**	**(38.057)**	**13.256**	**3.141**	**-**	**89.942**	**125.963**
Cartão de Crédito	2	-	(1)	776	376	-	8.914	10.067
Crédito Consignado	4.952	(693)	(2.569)	676	56	-	15.799	18.221
Crédito Pessoal	6.531	(407)	(3.791)	943	542	-	8.841	12.659
Crédito Imobiliário	19.132	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	25.519	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	18.078	31.739
Outros	15.516	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	12.791	21.240
Pessoa Jurídica	**15.914**	**(2.201)**	**(8.198)**	**7.433**	**1.772**	**-**	**18.107**	**32.827**
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	7	7
Capital de Giro	2.635	(31)	(1.316)	468	48	-	1.872	3.676
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(786)	1.717	21	-	4.577	6.792
Crédito Imobiliário	-	-	-	50	-	-	(7)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	6.857	13.342
Outros	4.411	(389)	(1.488)	1.148	484	-	4.801	8.967
Total	**90.950**	**(19.556)**	**(46.255)**	**20.689**	**4.913**	**-**	**108.049**	**158.790**

Notas Explicativas

								Individual
Estágio 3	**Saldo Inicial 01/01/2025**	**Transferência para Estágio 1**	**Transferência para Estágio 2**	**Transferência do Estágio 1**	**Transferência do Estágio 2**	***Write-Off***	**Constituição/ (Reversão)**	**Saldo Final 30/06/2025**
Pessoa Física	**1.055.927**	**(88.863)**	**(3.141)**	**34.886**	**38.057**	**(71.890)**	**637.771**	**1.602.747**
Cartão de Crédito	104.887	(2.691)	(376)	12.138	1	-	68.392	182.351
Crédito Consignado	423.964	(6.358)	(56)	2.943	2.569	(58.692)	257.348	621.718
Crédito Pessoal	147.414	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	67.195	212.604
Crédito Imobiliário	36.583	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	15.061	34.917
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	76.806	224.177
Outros	211.017	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	152.969	326.980
Pessoa Jurídica	**587.148**	**(70.292)**	**(1.772)**	**14.618**	**8.198**	**(8.649)**	**61.628**	**590.879**
Operações de Câmbio	5.356	-	-	273	-	-	3.640	9.269
Capital de Giro	114.252	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	799	112.828
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	21.660	76.227
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(41)	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(4.776)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	13.543	246.728
Outros	179.293	(59.176)	(484)	2.550	1.488	-	22.027	145.698
Total	**1.643.075**	**(159.155)**	**(4.913)**	**49.504**	**46.255**	**(80.539)**	**699.399**	**2.193.626**

				Individual
Consolidado dos Três Estágios	**Saldo Inicial 01/01/2025**	***Write-Off***	**Constituição/(Reversão) (1)**	**Saldo Final 30/06/2025**
Pessoa Física	**1.839.251**	**(71.890)**	**753.907**	**2.521.268**
Cartão de Crédito	213.129	-	99.165	312.294
Crédito Consignado	533.066	(58.692)	276.082	750.456
Crédito Pessoal	179.023	(4.155)	82.816	257.684
Crédito Imobiliário	79.655	(1.452)	15.979	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(79)	128.935	618.259
Outros	344.975	(7.512)	150.930	488.393
Pessoa Jurídica	**877.302**	**(8.649)**	**1.738**	**870.391**
Operações de Câmbio	14.103	-	3.423	17.526
Capital de Giro	141.801	-	4.148	145.949
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(28)	(4.367)	176.940
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.784	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(8.621)	17.796	324.757
Outros	215.995	-	(21.046)	194.949
Total	**2.716.553**	**(80.539)**	**755.645**	**3.391.659**

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R$603.343 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$152.302.

Notas Explicativas

Consolidado

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**708.288**	**(13.256)**	**(34.886)**	**17.355**	**88.863**	**-**	**26.194**	**792.558**
Cartão de Crédito	108.240	(776)	(12.138)	-	2.691	-	21.859	119.876
Crédito Consignado	104.150	(676)	(2.943)	693	6.358	-	2.935	110.517
Crédito Pessoal	25.078	(943)	(2.553)	407	3.652	-	6.780	32.421
Crédito Imobiliário	23.940	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(24.601)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	34.051	362.343
Outros	118.442	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	(14.830)	140.173
Pessoa Jurídica	**274.280**	**(7.433)**	**(14.618)**	**2.201**	**70.292**	**-**	**(77.992)**	**246.730**
Operações de Câmbio	8.747	-	(273)	-	-	-	(224)	8.250
Capital de Giro	24.914	(468)	(1.692)	31	5.183	-	1.477	29.445
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	(30.604)	93.921
Crédito Imobiliário	8.316	(50)	-	-	-	-	1.832	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(4.050)	(4.709)	1.714	4.776	-	(2.604)	64.687
Outros	32.331	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(47.869)	40.329
Total	**982.568**	**(20.689)**	**(49.504)**	**19.556**	**159.155**	**-**	**(51.798)**	**1.039.288**

Consolidado

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**75.036**	**(17.355)**	**(38.057)**	**13.256**	**3.141**	**-**	**89.942**	**125.963**
Cartão de Crédito	2	-	(1)	776	376	-	8.914	10.067
Crédito Consignado	4.952	(693)	(2.569)	676	56	-	15.799	18.221
Crédito Pessoal	6.531	(407)	(3.791)	943	542	-	8.841	12.659
Crédito Imobiliário	19.132	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	25.519	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	18.078	31.739
Outros	15.516	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	12.791	21.240
Pessoa Jurídica	**15.917**	**(2.201)**	**(8.198)**	**7.433**	**1.772**	**-**	**18.108**	**32.831**
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	7	7
Capital de Giro	2.635	(31)	(1.316)	468	48	-	1.872	3.676
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(786)	1.717	21	-	4.577	6.792
Crédito Imobiliário	-	-	-	50	-	-	(7)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	6.857	13.342
Outros	4.414	(389)	(1.488)	1.148	484	-	4.802	8.971
Total	**90.953**	**(19.556)**	**(46.255)**	**20.689**	**4.913**	**-**	**108.050**	**158.794**

Notas Explicativas

Estágio 3	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Consolidado Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**1.055.927**	**(88.863)**	**(3.141)**	**34.886**	**38.057**	**(71.890)**	**637.771**	**1.602.747**
Cartão de Crédito	104.887	(2.691)	(376)	12.138	1	-	68.392	182.351
Crédito Consignado	423.964	(6.358)	(56)	2.943	2.569	(58.692)	257.348	621.718
Crédito Pessoal	147.414	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	67.195	212.604
Crédito Imobiliário	36.583	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	15.061	34.917
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	76.806	224.177
Outros	211.017	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	152.969	326.980
Pessoa Jurídica	**587.432**	**(70.292)**	**(1.772)**	**14.618**	**8.198**	**(8.649)**	**61.678**	**591.213**
Operações de Câmbio	5.356	-	-	273	-	-	3.640	9.269
Capital de Giro	114.252	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	799	112.828
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	21.660	76.227
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(41)	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(4.776)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	13.543	246.728
Outros	179.577	(59.176)	(484)	2.550	1.488	-	22.077	146.032
Total	**1.643.359**	**(159.155)**	**(4.913)**	**49.504**	**46.255**	**(80.539)**	**699.449**	**2.193.960**

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 01/01/2025	*Write-Off*	Constituição/(Reversão) [1]	Consolidado Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**1.839.251**	**(71.890)**	**753.907**	**2.521.268**
Cartão de Crédito	213.129	-	99.165	312.294
Crédito Consignado	533.066	(58.692)	276.082	750.456
Crédito Pessoal	179.023	(4.155)	82.816	257.684
Crédito Imobiliário	79.655	(1.452)	15.979	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(79)	128.935	618.259
Outros	344.975	(7.512)	150.930	488.393
Pessoa Jurídica	**877.629**	**(8.649)**	**1.794**	**870.774**
Operações de Câmbio	14.103	-	3.423	17.526
Capital de Giro	141.801	-	4.148	145.949
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(28)	(4.367)	176.940
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.784	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(8.621)	17.796	324.757
Outros	216.322	-	(20.990)	195.332
Total	**2.716.880**	**(80.539)**	**755.701**	**3.392.042**

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R$603.399 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$152.302.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R$186.904 refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

Notas Explicativas

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

			Individual e Consolidado
Vencimentos	**Pagamentos Mínimos Futuros**	**Rendas a Apropriar**	**Valor Presente**
Circulante (Até 1 Ano)	2.951	(1.594)	2.582
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	5.653	(2.939)	3.922
Total em 30/06/2025	**8.604**	**(4.533)**	**6.504**

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

			Individual e Consolidado	
			30/06/2025	
Direcionamento do Manual de Crédito Rural	**Subexigibilidade**	**Fonte de Recursos**	**Total da Exigibilidade**	**Total da Exigibilidade (%)**
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	294.597	30%
	Pronamp	Depósito à Vista	441.895	45%
	Demais	Depósito à Vista	245.497	25%
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	431.510	65%
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.686.330	50%

No que se refere eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

			Individual
	Até 12 Meses	**Acima de 12 Meses**	**30/06/2025**
Relações Interfinanceiras	164.251	1.035.010	1.199.261
Créditos Vinculados ao SFH [1]	-	1.035.010	1.035.010
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	154.882	-	154.882
Outros	9.369	-	9.369
Relações Interdependências	9.936	-	9.936
Rendas a Receber	147.110	-	147.110
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.220.296	1.220.296
Pagamentos a Ressarcir	44.881	-	44.881
Títulos e Créditos a Receber [3]	230.503	267.553	498.056
Outros	17.079	-	17.079
Total	**613.760**	**2.522.859**	**3.136.619**

			Consolidado
	Até 12 Meses	**Acima de 12 Meses**	**30/06/2025**
Relações Interfinanceiras	3.236.178	1.035.010	4.271.188
Créditos Vinculados ao SFH [1]	-	1.035.010	1.035.010
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar [2]	3.226.809	-	3.226.809
Outros	9.369	-	9.369
Relações Interdependências	9.936	-	9.936
Rendas a Receber	116.644	-	116.644
Negociação e Intermediação de Valores	9.036	-	9.036
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.225.371	1.225.371
Pagamentos a Ressarcir	22.617	-	22.617
Títulos e Créditos a Receber [3]	240.309	267.553	507.862
Outros	17.083	-	17.083
Total	**3.651.803**	**2.527.934**	**6.179.737**

(1) Créditos vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R$41.005 refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R$991.593 refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e

Notas Explicativas

- R$2.412 refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R$1.032.598. O seu valor de face é de R$1.035.321. Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R$3.071.926 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R$246.589 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R$53.802 relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R$50.025; e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R$128.461.

Notas Explicativas

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual e Consolidado					
	30/06/2025					
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) [1]	-	-	19.495.659	-	19.495.659	19.444.159
Cotas de Fundos de Investimento	39.759	-	-	-	39.759	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total [2]	**61.728**	**-**	**19.495.659**	**-**	**19.557.387**	**19.494.837**

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.
(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual						
	30/06/2025						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.010.091	336.692	-	1.346.783	1.346.542
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	599.668	930.605	-	-	1.530.273	1.543.272
Total	**-**	**599.668**	**1.940.696**	**336.692**	**-**	**2.877.056**	**2.889.814**

	Consolidado						
	30/06/2025						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.326.585	341.712	15.062	1.683.359	1.678.194
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	599.668	930.606	-	-	1.530.274	1.543.272
Cotas de Fundo de Investimento	157.788	-	-	-	-	157.788	157.788
Total	**157.788**	**599.668**	**2.257.191**	**341.712**	**15.062**	**3.371.421**	**3.379.254**

Notas Explicativas

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Adiantamentos a Empregados	48.594	48.868
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	184.968	185.452
Devedores Diversos	154.945	177.918
Bens Destinados à Venda	109.525	110.092
Despesas Antecipadas	121.535	175.643
Outros	9.547	13.593
Total	**629.114**	**711.566**

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

				Individual
	01/01/2025	Constituição	Realização	30/06/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.167	457.254	(346.729)	1.900.692
Provisão para Riscos Fiscais	247.844	8.167	(1.621)	254.390
Provisão para Riscos Trabalhistas	788.737	98.292	(56.568)	830.461
Provisão para Riscos Cíveis	128.515	7.730	(13.414)	122.831
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	200	-	5.442
Benefício Pós-Emprego	170.047	40.837	-	210.884
Outras Provisões Temporárias	234.185	93.772	(96.450)	231.507
Prejuízo Fiscal	136.178	-	(12.471)	123.707
Total dos Créditos Tributários	**3.500.915**	**706.252**	**(527.253)**	**3.679.914**
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	**3.500.889**	**706.252**	**(527.253)**	**3.679.888**
Obrigações Fiscais Diferidas	(287.939)	(36.394)	22.715	(301.618)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**3.212.950**	**669.858**	**(504.538)**	**3.378.270**

				Consolidado
	01/01/2025	Constituição	Realização	30/06/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.799	458.761	(347.683)	1.901.877
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	8.170	(1.622)	254.485
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	98.384	(56.693)	831.491
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	7.844	(13.522)	124.422
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	200	-	5.442
Benefício Pós-Emprego	170.697	41.061	(39)	211.719
Outras Provisões Temporárias	296.802	166.114	(156.242)	306.674
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(13.077)	123.707
Total dos Créditos Tributários	**3.568.161**	**780.534**	**(588.878)**	**3.759.817**
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	**3.568.135**	**780.534**	**(588.878)**	**3.759.791**
Obrigações Fiscais Diferidas	(301.775)	(67.109)	53.388	(315.496)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**3.266.360**	**713.425**	**(535.490)**	**3.444.295**

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

				Individual	Consolidado
Ano	IR	CSLL	Total	Total Registrados	Total Registrado
2025	230.627	184.501	415.128	415.128	431.824
2026	433.631	346.905	780.536	780.536	797.449
2027	332.894	266.315	599.209	599.209	612.483
2028	293.785	235.028	528.813	528.813	538.350
2029	358.800	287.040	645.840	645.840	653.174
2030 a 2032	213.048	170.438	383.486	383.486	399.439
2033 a 2035	181.598	145.278	326.876	326.876	327.072
A partir de 2036	14	12	26	-	-
Total em 30/06/2025	**2.044.397**	**1.635.517**	**3.679.914**	**3.679.888**	**3.759.791**

Notas Explicativas

O valor presente total dos créditos tributários é de R$2.678.833 e no Consolidado R$2.739.981, calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Superveniência de Depreciação	3.705	3.705
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	28.147	28.149
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	-	400
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – *Hedge Accounting*	6.619	6.619
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	163.495	163.495
Superávit Atuarial	99.652	99.817
Outros Débitos Temporários	-	13.311
Total	**301.618**	**315.496**

Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas controladas e coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Participações em Controladas	3.776.617	-
Participações em Coligadas	157.746	157.746
Total	**3.934.363**	**157.746**

						Individual
	Patrimônio Líquido 30/06/2025	Participação do Capital Social (%) 30/06/2025	Valor do Invest. 30/06/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 30/06/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 30/06/2025	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados [1]
Empresas Controladas						
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	84.011	100,00	84.011	6.267	6.246	-
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	150.785	98,98	149.272	15.612	15.453	-
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	520.404	99,68	518.755	45.742	45.597	-
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.734.002	100,00	2.734.002	195.815	195.815	-
Banrisul Seguridade Participações S.A.	290.577	100,00	290.577	87.851	87.851	150.272
Total	**3.779.779**		**3.776.617**	**351.287**	**350.962**	**150.272**
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	64.060	49,90	31.966	7.691	3.838	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	251.610	49,99	125.780	84.596	42.289	62.140
Total	**315.670**		**157.746**	**92.287**	**46.127**	**64.614**

						Consolidado
	Patrimônio Líquido 30/06/2025	Participação do Capital Social (%) 30/06/2025	Valor do Invest. 31/03/2052	Resultado Líquido 01/01/ a 30/06/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 30/06/2025	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados [1]
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	64.060	49,90	31.966	7.691	3.838	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	251.610	49,99	125.780	84.596	42.289	62.140
Total	**315.670**		**157.746**	**92.287**	**46.127**	**64.614**

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Notas Explicativas

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

							Individual
	Imóveis de Uso	**Equip. em Estoque**	**Instalações**	**Equip. em Uso**	**Sistemas de Processamento de Dados**	**Outros**	**Saldo em 30/06/2025**
Total em 01/01/2025							
Custo	182.050	5.111	315.583	177.021	448.214	24.041	1.152.020
Depreciação Acumulada	(98.255)	-	(156.793)	(95.743)	(299.457)	(20.524)	(670.772)
Valor Contábil Líquido	**83.795**	**5.111**	**158.790**	**81.278**	**148.757**	**3.517**	**481.248**
Aquisições – Adoção Inicial CPC 06(R2)	449.235	-	-	-	8.657	4.007	461.899
Aquisições	25.392	820	18.874	6.350	2.400	108	53.944
Alienações – Baixas Custo	(43.772)	-	(3.457)	(1.304)	(8.710)	(6)	(57.249)
Alienações – Baixas da Depreciação	37.691	-	1.838	1.166	7.511	6	48.212
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(224.688)	-	-	-	(5.706)	(468)	(230.862)
Depreciação	(40.129)	-	(5.774)	(3.862)	(17.709)	(721)	(68.195)
Transferências Líquido Custo	(1)	(1.710)	-	1.797	(92)	6	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(292)	270	22	-
Movimentação Líquida no Período	**203.728**	**(890)**	**11.481**	**3.855**	**(13.379)**	**2.954**	**207.749**
Total em 30/06/2025							
Custo	612.904	4.221	331.000	183.864	450.469	28.156	1.610.614
Depreciação Acumulada	(325.381)	-	(160.729)	(98.731)	(315.091)	(21.685)	(921.617)
Valor Contábil Líquido	**287.523**	**4.221**	**170.271**	**85.133**	**135.378**	**6.471**	**688.997**

							Consolidado
	Imóveis de Uso	**Equip. em Estoque**	**Instalações**	**Equip. em Uso**	**Sistemas de Processamento de Dados**	**Outros**	**Saldo em 30/06/2025**
Total em 01/01/2025							
Custo	198.688	39.498	332.644	187.931	678.530	25.366	1.462.657
Depreciação Acumulada	(103.353)	-	(164.588)	(100.982)	(409.405)	(21.755)	(800.083)
Valor Contábil Líquido	**95.335**	**39.498**	**168.056**	**86.949**	**269.125**	**3.611**	**662.574**
Aquisições Adoção Inicial CPC 06(R2)	455.883	-	-	-	8.657	4.007	468.547
Aquisições	25.392	20.472	18.874	6.350	2.400	328	73.816
Alienações – Baixas Custo	(43.773)	(49)	(3.457)	(1.483)	(46.400)	(104)	(95.266)
Alienações – Baixas da Depreciação	37.692	-	1.837	1.345	39.611	104	80.589
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(227.384)	-	-	-	(5.705)	(468)	(233.557)
Depreciação	(40.781)	-	(6.366)	(4.259)	(38.431)	(762)	(90.599)
Transferências Líquido Custo	(1)	(24.648)	-	1.797	22.846	6	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(292)	270	22	-
Movimentação Líquida no Período	**207.028**	**(4.225)**	**10.888**	**3.458**	**(16.752)**	**3.133**	**203.530**
Total em 30/06/2025							
Custo	636.189	35.273	348.061	194.595	666.033	29.603	1.909.754
Depreciação Acumulada	(333.826)	-	(169.117)	(104.188)	(413.660)	(22.859)	(1.043.650)
Valor Contábil Líquido	**302.363**	**35.273**	**178.944**	**90.407**	**252.373**	**6.744**	**866.104**

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os

contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual e Consolidado
	30/06/2025
Até 12 Meses	74.724
De 1 a 5 Anos	147.458
Acima de 5 Anos	8.698
Total [1]	**230.880**

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R$85.513 (Nota 35b).

Nota 18 – Intangível

				Individual
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento [1]	Outros	Saldo em 30/06/2025
Total em 01/01/2025				
Custo	314.697	1.576.337	658	1.891.692
Amortização Acumulada	(196.874)	(1.228.094)	(658)	(1.425.626)
Valor Contábil Líquido	**117.823**	**348.243**	**-**	**466.066**
Aquisições	5.820	12.495	-	18.315
Alienações – Baixas Custo	-	(393)	-	(393)
Alienações – Baixas da Amortização	-	207	-	207
Amortização do Período	(13.669)	(95.309)	-	(108.978)
Movimentação Líquida no Período	**(7.849)**	**(83.000)**	**-**	**(90.849)**
Total em 30/06/2025				
Custo	320.517	1.588.439	658	1.909.614
Amortização Acumulada	(210.543)	(1.323.196)	(658)	(1.534.397)
Valor Contábil Líquido	**109.974**	**265.243**	**-**	**375.217**

				Consolidado
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento [1]	Outros	Saldo em 30/06/2025
Total em 01/01/2025				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.144)	(1.228.094)	(875)	(1.427.113)
Valor Contábil Líquido	**117.823**	**348.243**	**-**	**466.066**
Aquisições	5.820	12.495	-	18.315
Alienações – Baixas Custo	(38)	(393)	-	(431)
Alienações – Baixas da Amortização	38	207	-	245
Amortização do Período	(13.669)	(95.309)	-	(108.978)
Movimentação Líquida no Período	**(7.849)**	**(83.000)**	**-**	**(90.849)**
Total em 30/06/2025				
Custo	321.749	1.588.439	875	1.911.063
Amortização Acumulada	(211.775)	(1.323.196)	(875)	(1.535.846)
Valor Contábil Líquido	**109.974**	**265.243**	**-**	**375.217**

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Notas Explicativas

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

							Individual
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2025
Depósitos	23.890.522	7.149.655	5.796.853	30.224.051	13.755.857	12.659.060	93.475.998
À Vista	2.821.843	-	-	-	-	-	2.821.843
Poupança	11.201.622	-	-	-	-	-	11.201.622
Interfinanceiros	-	1.639.078	179.970	243.437	-	-	2.062.485
A Prazo [1]	-	5.510.577	5.616.883	29.980.614	13.755.857	12.659.060	67.522.991
Judiciais e Administrativos [2]	9.852.809	-	-	-	-	-	9.852.809
Outros Depósitos	14.248	-	-	-	-	-	14.248
Captações no Mercado Aberto	-	23.793.847	22.180			-	23.816.027
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.323.681	4.414.085	3.353.790	24.792	-	10.116.348
Dívidas Subordinadas (LFSN) [3]	-	-	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos [4]	-	613.317	1.625.385	133.882	39.756	8.698	2.421.038
Obrigações por Repasses [5]	-	281.349	674.219	1.377.413	879.604	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros (Nota20)	-	4.098.904	-	2.169	-	-	4.101.073
Total	**23.890.522**	**38.260.753**	**12.532.722**	**35.091.305**	**14.700.009**	**13.781.917**	**138.257.228**

							Consolidado
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2025
Depósitos	24.103.029	7.149.655	4.820.250	30.224.051	13.755.857	12.659.060	92.711.902
À Vista	2.811.985	-	-	-	-	-	2.811.985
Poupança	11.201.622	-	-	-	-	-	11.201.622
Interfinanceiros	-	1.639.078	179.970	243.437	-	-	2.062.485
A Prazo [1]	-	5.510.577	4.640.280	29.980.614	13.755.857	12.659.060	66.546.388
Judiciais e Administrativos [2]	9.852.536	-	-	-	-	-	9.852.536
Outros Depósitos	236.886	-	-	-	-	-	236.886
Captações no Mercado Aberto	-	23.676.774	22.180	-	-	-	23.698.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.321.453	3.849.179	3.091.029	24.792	-	9.286.453
Dívidas Subordinadas (LFSN) [3]	-	-	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos [4]	-	613.608	1.626.299	135.950	40.464	8.698	2.425.019
Obrigações por Repasses [5]	-	281.349	674.219	1.377.413	879.604	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	5.703.091	-	2.169	-	-	5.705.260
Total	**24.103.029**	**39.745.930**	**10.992.127**	**34.830.612**	**14.700.717**	**13.781.917**	**138.154.332**

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,11% e 17,89% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,05% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) Em 16/09/2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R$300.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência (PR) do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Notas Explicativas

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

			Individual
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025
Relações Interfinanceiras	1.074.687	-	1.074.687
Relações Interdependências	686.097	-	686.097
Operações de Câmbio	126.276	-	126.276
Credores por Recursos a Liberar	64.117	-	64.117
Transações com Cartões a Pagar	1.230.816	-	1.230.816
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	757.419	-	757.419
Outros	159.492	2.169	161.661
Total	**4.098.904**	**2.169**	**4.101.073**

			Consolidado
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025
Relações Interfinanceiras	891.417	-	891.417
Relações Interdependências	686.098	-	686.098
Operações de Câmbio	126.276	-	126.276
Negociação e Intermediação de Valores	9.110	-	9.110
Credores por Recursos a Liberar	64.253	-	64.253
Transações com Cartões a Pagar	1.230.816	-	1.230.816
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.401.253	-	2.401.253
Outros	293.868	2.169	296.037
Total	**5.703.091**	**2.169**	**5.705.260**

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado
	30/06/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo (Nota 22) [1]	(90.897)
Operações de Swap	(89.334)
Operações de Câmbio	(1.577)
Operações Futuros DI	14
Dívidas Subordinadas [2]	1.663.277
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota22)	1.660.292
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	2.985
Total	**1.572.380**

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.
(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier* 2) no mercado externo no montante de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01/01/2027.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Notas Explicativas

				Individual e Consolidado
Instrumentos Derivativos	**Valor de Referência**	**Valor de Curva**	**Ajuste ao Valor Justo**	**Valor Justo 30/06/2025**
Swap		**105.017**	**(15.683)**	**89.334**
Ativo	1.493.020	187.032	(15.684)	171.348
Passivo	(1.493.020)	(82.015)	1	(82.014)
Futuros de DI [(1)]	**1.529.895**	**1.131.426**	**398.469**	**1.529.895**

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

				Individual e Consolidado
Instrumentos Derivativos	**Valor de Referência**	**Valor Justo**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**
Swap		**89.334**	**(636)**	**89.970**
Ativo	1.493.020	171.348	4.488	166.860
Passivo	(1.493.020)	(82.014)	(5.124)	(76.890)
Futuros de DI	**1.529.895**	**1.529.895**	**599.670**	**930.225**
Ajuste Líquido *Swap* 30/06/2025		**89.334**	**(636)**	**89.970**

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma "casada" com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset* (*ratio analysis*) para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

						Individual e Consolidado
***Hedge* e Risco de Mercado**	**Valor de Referência (US$)**	**Index Ativo**	**Index Passivo**	**MTM**	**MTM DV1**	**Efeito MTM**
Instrumento de *Hedge*						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	59.384	59.348	36
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	29.950	29.932	18
Total				**89.334**	**89.280**	**54**
Objeto de *Hedge*						
Tier 2	300.000		USD+5,375%	(1.660.292)	(1.660.238)	(54)
DV01						**-99,94%**

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

Notas Explicativas

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R$111.110.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação. A tabela a seguir apresenta as operações de câmbio na data de reporte.

A tabela a seguir apresenta as operações de câmbio na data de reporte:

			Individual e Consolidado
			30/06/2025
Operações de Câmbio	**Nocional**	**Valor Justo**	**MTM**
Compra			
Liquidação Pronta	30.197	29.958	(239)
Liquidação Futura	11.339	10.911	(428)
Subtotal	**41.536**	**40.869**	**(667)**
Venda			
Liquidação Pronta	(126.206)	(124.458)	1.748
Liquidação Futura	(100.979)	(100.483)	496
Subtotal	**(227.185)**	**(224.941)**	**2.244**
Total	**(185.649)**	**(184.072)**	**1.577**

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

					Individual
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial em 01/01/2025	**849.375**	**1.752.748**	**285.589**	**7.455**	**2.895.167**
Constituição e Atualização Monetária	18.897	218.427	28.950	103	266.377
Reversão da Provisão	-	-	(11.771)	-	(11.771)
Baixas por Pagamento	(1.431)	(125.706)	(29.809)	-	(156.946)
Saldo Final em 30/06/2025	**866.841**	**1.845.469**	**272.959**	**7.558**	**2.992.827**
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/06/2025	166.514	902.595	151.187	-	1.220.296

					Consolidado
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial em 01/01/2025	**849.648**	**1.755.876**	**289.917**	**7.455**	**2.902.896**
Constituição e Atualização Monetária	18.905	218.330	29.026	103	266.364
Reversão da Provisão	-	-	(11.822)	-	(11.822)
Baixas por Pagamento	(1.432)	(125.707)	(29.828)	-	(156.967)
Saldo Final em 30/06/2025	**867.121**	**1.848.499**	**277.293**	**7.558**	**3.000.471**
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/06/2025	167.740	906.444	151.187	-	1.225.371

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

Notas Explicativas

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R$838.039; e
- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R$1.519.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R$801.662 e no Consolidado R$840.936. Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R$242.676, classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R$215.393 e como perda provável o montante de R$27.283, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$801.047 e no Consolidado R$802.907. Adicionalmente, o valor de R$101.548 e no Consolidado R$103.537 foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R$1.075.443 e no Consolidado R$1.082.954, que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tíquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

Notas Explicativas

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$151.187 no Individual e no Consolidado.

Existem ainda R$401.719 e no Consolidado R$401.919 relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, houve a reversão da provisão em R$158.929, restando provisionado o valor de R$7.558.

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	181.883	181.883
Obrigações Sociais e Estatutárias	137.332	137.681
Provisão de Pessoal	207.045	208.025
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	189.859	196.910
Credores Diversos	122.500	201.473
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (1)	567.236	569.694
Provisões para Pagamentos a Efetuar	180.587	221.421
Rendas Antecipadas	110.097	110.094
Outros	3.544	4.895
Total	**1.700.083**	**1.832.076**

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R$8.300.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

Notas Explicativas

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Total em 01/01/2025	**205.064.841**	**100,00**	**1.373.091**	**100,00**	**202.536.545**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30/06/2025	**205.064.841**	**100,00**	**1.373.091**	**100,00**	**202.536.545**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
  - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
  - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
  - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
  - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em

Notas Explicativas

lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R$180.000, referente aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do período de reporte, imputado aos dividendos, líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R$81.000.

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2024 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	**618.879**
Ajuste	
Reserva Legal	(30.944)
Base de Cálculo dos Dividendos	**587.935**
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	146.984
Dividendo Adicional 15%	88.190
Total dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	**235.174**
Juros sobre Capital Próprio Pagos [1]	**168.769**
Ações Ordinárias – R$440,12526 por lote de mil ações	90.254
Ações Preferenciais A – R$440,12526 por lote de mil ações	604
Ações Preferenciais B – R$440,12526 por lote de mil ações	89.142
Imposto de Renda na Fonte	(11.231)
Distribuição de Dividendos [(1)]	**66.405**
Ações Ordinárias – R$162,36981 por lote de mil ações	33.296
Ações Preferenciais A – R$162,36981 por lote de mil ações	223
Ações Preferenciais B – R$162,36981 por lote de mil ações	32.886
Total de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	**235.174**

(1) Valores por lote de mil ações relativos ao período corrente.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Administração de Fundos	31.355	63.661
Cobrança e Custódia	27.532	27.548
Administração de Consórcios	-	62.410
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	266.640
Arrecadação	15.961	15.961
Comissões de Corretagem de Seguros	-	149.380
Cartão de Crédito	115.686	120.522
Serviços de Conta Corrente	294.938	303.749
Outras	18.974	37.072
Total	**504.446**	**1.046.943**

Notas Explicativas

Nota 27 – Despesas de Pessoal

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Remuneração Direta	657.146	664.603
Benefícios	223.041	224.147
Encargos Sociais	285.483	287.139
Treinamento	2.558	2.637
Participações dos Empregados no Resultado	135.605	135.605
Total	**1.303.833**	**1.314.131**

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Comunicações	35.366	37.244
Processamento de Dados	124.864	128.402
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	69.131	69.131
Amortização e Depreciação	177.173	199.577
Aluguéis e Condomínios	28.224	27.609
Materiais	5.301	5.360
Serviços de Terceiros	226.680	241.468
Serviços Técnicos Especializados	99.093	105.761
Propaganda, Promoções e Publicidade [1]	71.544	78.990
Manutenção e Conservação de Bens	56.832	57.024
Água, Energia e Gás	16.337	16.690
Serviços do Sistema Financeiro	19.958	21.028
Outras	55.902	57.078
Total	**986.405**	**1.045.362**

(1) É composto principalmente por R$29.390 e no Consolidado R$35.621 de despesa com propaganda institucional e R$40.474 e no Consolidado R$40.506 de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	110.051	11.642
Reversão de Provisões Operacionais	30.310	31.749
Tarifas Interbancárias	8.209	8.209
Títulos de Créditos a Receber	13.317	13.332
Receitas Diversas com Cartões	9.219	9.219
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	4.688	5.591
Atualização de Depósitos Judiciais	42.713	42.831
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	145.612
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	19.712	19.712
Atualização de Ativo Atuarial	26.160	26.277
Outras	19.936	23.162
Total	**284.315**	**337.336**

Notas Explicativas

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	49.248	49.248
Despesas com Cartões	5.364	5.364
Convênio INSS	150.613	150.613
Convênios Crédito Consignado	4.263	4.263
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	5.859	5.859
Despesas Associados a Transações de Pagamento	3.297	68.869
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	6.388	6.388
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	4.239	4.239
Bônus Banrisul de Vantagens	20.328	20.328
Tarifas Não Recebidas	9.991	9.991
Atualização de Passivo Atuarial	36	56
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	11.220	11.220
Outras	26.995	35.349
Total	**297.841**	**371.787**

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	647.218	827.217
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	**(291.248)**	**(315.412)**
Efeito no Cálculo dos Tributos	262.909	107.378
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	81.000	81.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	178.690	20.757
Outros Valores	3.219	5.621
Total de IR e CSLL	**(28.339)**	**(208.034)**
Corrente	(26.010)	(217.813)
Diferido	(2.329)	9.779

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	Individual e Consolidado
	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R$ Mil	**618.879**
Ações Ordinárias	310.293
Ações Preferenciais A	2.118
Ações Preferenciais B	306.468
Média Ponderada das Ações em Circulação	**408.974.477**
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R$	
Ação Ordinária	1,51
Ação Preferencial A	1,54
Ação Preferencial B	1,51

Notas Explicativas

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Instrução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

Notas Explicativas

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo revisadas periodicamente.

	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.) [1]			Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas – 30/06/2025	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**(% a.a.)**
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,67	2,23	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	100,00
Inflação Esperada	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58
Taxa de Desconto Nominal	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,41	4,58	7,37	7,37	6,91	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	7,37
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,89	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	5,63	5,63	4,58

	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.) [1]			Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**(% a.a.)**
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Notas Explicativas

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2025 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2024 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde [1]							
PAM	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência [2]
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Notas Explicativas

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 30/06/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;

- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por

Notas Explicativas

invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Notas Explicativas

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

30/06/2025	Alocação %					
Categorias	**PB I**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**Saúde**
Caixa e Equivalente	-	-	0,01	-	-	0,05
Renda Fixa	79,90	80,04	77,32	79,60	83,62	98,94
Renda Variável	6,23	4,20	4,18	3,02	4,21	1,01
Imóveis	6,48	3,82	-	1,32	6,69	-
Outros	7,39	11,94	18,49	16,06	5,48	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

31/12/2024	Alocação %					
Categorias	**PB I**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**Saúde**
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R$3.282 (31/12/2024 – R$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R$163.762 (31/12/2024 – R$163.762).

Notas Explicativas

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2025	31/12/2024
Planos de Previdência		
PBI	367.253	332.368
PBS	48.334	3.157
FBPREV	(6)	(2)
FBPREV II	(72)	(68)
FBPREV III	24.691	24.639
Planos de Saúde	(185.374)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	129.416	123.321
Total	**384.242**	**310.468**

Notas Explicativas

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.125.757	1.283.678	19.163	213.994	316.313	185.374	129.416
Valor Justo dos Ativos do Plano	(758.504)	(1.235.344)	(40.341)	(292.327)	(312.396)	(381.326)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**367.253**	**48.334**	**(21.178)**	**(78.333)**	**3.917**	**(195.952)**	**129.416**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.172	78.261	-	10.578	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	20.774	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**367.253**	**48.334**	**(6)**	**(72)**	**24.691**	**(185.374)**	**129.416**

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**332.368**	**3.157**	**(18.413)**	**(80.707)**	**(9.482)**	**(187.035)**	**123.321**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**

Resultado no Período – 01/01/2025 a 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.188	5.098	2.204	899	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	**20.136**	**(87)**	**54**	**146**	**1.506**	**(11.146)**	**8.268**

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	**33.779**	**13.764**	**623**	**79**	**2.743**	**(11.819)**	**20.032**

Notas Explicativas

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.573	(7.476)	(15.551)	(4.409)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	**38.493**	**49.798**	**229**	**68**	**96**	**5.266**	**2.609**

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	**(34.989)**	**(206.166)**	**41**	**91**	**(9.589)**	**(36.674)**	**(52.799)**

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	20.136	(87)	54	146	1.506	(11.146)	8.268
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	38.493	49.798	229	68	96	5.266	2.609
Contribuições do Empregador	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	(6.547)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(4.782)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**367.253**	**48.334**	**(6)**	**(72)**	**24.691**	**(185.374)**	**129.416**

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**376.813**	**203.355**	**(2)**	**(63)**	**34.245**	**(110.969)**	**162.215**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**

Notas Explicativas

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	**(768.593)**	**(1.222.761)**	**(37.864)**	**(282.121)**	**(310.284)**	**(359.982)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	93.035	60.137	1.038	10.255	20.488	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(38.436)	(4.733)	(295)	(219)	(1.192)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(758.504)**	**(1.235.344)**	**(40.341)**	**(292.327)**	**(312.396)**	**(381.326)**	**-**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	**(871.393)**	**(1.241.976)**	**(34.021)**	**(267.653)**	**(317.652)**	**(313.280)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(768.593)**	**(1.222.761)**	**(37.864)**	**(282.121)**	**(310.284)**	**(359.982)**	**-**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	**1.100.961**	**1.225.918**	**19.451**	**201.414**	**300.802**	**172.947**	**123.321**
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Contribuições de Participante Realizadas no Período	38.436	4.733	295	219	1.192	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Benefícios Pagos no Período	(93.035)	(60.137)	(1.038)	(10.255)	(20.488)	(6.547)	(4.782)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.125.757**	**1.283.678**	**19.163**	**213.994**	**316.313**	**185.374**	**129.416**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	**1.248.206**	**1.445.331**	**22.044**	**228.825**	**351.897**	**202.311**	**162.215**
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.100.961**	**1.225.918**	**19.451**	**201.414**	**300.802**	**172.947**	**123.321**

Notas Explicativas

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	8	-	249	(387)	(14)	812	1.845
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	62.368	71.295	1.062	11.852	17.444	10.691	6.061
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(42.175)	(68.781)	(2.325)	(16.478)	(17.301)	(22.850)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1.279	4.686	1.255	633	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	**20.201**	**2.514**	**265**	**(327)**	**1.384**	**(10.714)**	**7.906**

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	23.744	5.227	160	598	1.445	7.163	-
Contribuições do Participante	38.436	5.227	160	598	1.445	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	93.035	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	28.310

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	110.436	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	28.310
2026	207.429	129.119	1.964	18.730	37.991	13.886	33.242
2027	202.024	127.570	1.960	18.580	36.841	14.167	9.669
2028	195.201	125.604	1.920	18.363	35.643	14.387	8.845
2029	190.012	123.564	1.896	18.174	34.415	14.631	10.579
2030 a 2034	836.029	581.905	9.307	87.271	152.534	73.189	19.836

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

						Planos de Saúde			
***Duration* (em anos)**	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
30/06/2025	6,90	8,76	7,50	9,17	7,55	Conforme Planos de Previdência [1]	8,62	10,65	5,25
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência [1]	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Notas Explicativas

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

						Planos de Saúde			
Quantidade de Participantes – 31/12/2024	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	**2.948**	**2.857**	**4.922**	**4.730**	**1.554**	**8.622**	**3.274**	**13.503**	**9.360**

						Planos de Saúde			
Quantidade de Participantes – 31/12/2023	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	**2.998**	**2.877**	**5.003**	**4.763**	**1.571**	**8.803**	**3.394**	**13.742**	**9.138**

Notas Explicativas

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35.081)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	37.349
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(26.779)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.191
PBS		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(50.051)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	53.983
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(31.267)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	34.840
FBPREV		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(663)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	710
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(936)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	943
FBPREV II		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.420)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.118
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.683)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.026
FBPREV III		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.277)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.992
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7.612)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.306
Planos de Saúde		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7.824)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.560
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.913)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.367
Prêmio Aposentadoria		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.134)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.382
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(234)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	235

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R$15.940.832, dos quais R$9.895.835 foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

Notas Explicativas

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado
	30/06/2025
Fundos de Investimentos [(1)]	19.863.959
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	57.146
Fundos de Ações	127.097
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.021
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	14.974.433
Carteiras Administradas	483.719
Total	**35.516.375**

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 138 grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 78.643 consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

  O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Coligadas do Banrisul:
  - Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado; e

Notas Explicativas

- Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Individual	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.299.495)	(958.245)
Outros Ativos	5.032	-
Depósitos à Vista	(287.057)	-
Captações no Mercado Aberto [1]	(14.974.433)	(958.245)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [2]	(10.196)	-
Outros Passivos	(32.841)	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(2.842.963)	(50.026)
Outros Ativos Financeiros	11.304	65.068
Outros Ativos	20.150	11.004
Depósitos à Vista	(9.857)	-
Depósitos a Prazo	(1.010.863)	(61.521)
Captações no Mercado Aberto	(117.073)	(6.502)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(795.123)	(52.259)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [3]	(940.671)	-
Outros Passivos	(830)	(5.816)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(75.416)	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [2]	(75.317)	-
Outros Passivos	(99)	-
Total	**(18.217.874)**	**(1.008.271)**

	Consolidado	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.299.495)	(958.245)
Outros Ativos	5.032	-
Depósitos à Vista	(287.057)	-
Captações no Mercado Aberto [1]	(14.974.433)	(958.245)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [2]	(10.196)	-
Outros Passivos	(32.841)	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(75.416)	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [2]	(75.317)	-
Outros Passivos	(99)	-
Total	**(15.374.911)**	**(958.245)**

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.
(2) Contempla contratos de *leasing* financeiro no valor de R$85.513.
(3) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	Individual e Consolidado
	01/01 a 30/06/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	12.351
Remuneração	9.618
Encargos Sociais	2.733
Benefícios Pós-Emprego	502
Planos de Previdência Complementar [1]	502

Notas Explicativas

Total	**12.853**

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, sendo pago prêmio de seguro no montante de R$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 10.422 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações

a) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Nota 37 – Evento Subsequente

Emissão de Letras Financeiras

Em 14 de julho de 2025, em reunião do Conselho de Administração do Banrisul, foram aprovados os termos e condições da terceira emissão de Letra Financeira Subordinada (LFSN) no valor de R$700.000. Foram emitidas duas mil LFSN com valor nominal unitário de R$350, cuja remuneração é de CDI+1,65% a.a. O prazo de vencimento é de dez anos, com possibilidade de resgate a partir do quinto ano.

Notas Explicativas

banrisul

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

De acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB)

Junho de 2025

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	6	1.316.612	1.126.982
Ativos Financeiros		148.745.502	140.738.679
Ao Custo Amortizado		125.724.617	117.203.223
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	12.473.048	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	3.266.590	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	9	42.998.161	35.077.029
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.065.948	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	11	6.179.737	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.258.867)	(2.604.097)
(Operações de Crédito)	10	(3.205.188)	(2.552.871)
(Outros Ativos Financeiros)		(53.679)	(51.226)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		19.557.387	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	12	19.557.387	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		3.463.498	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	13	3.371.421	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	92.077	324.298
Ativos Fiscais		4.094.152	3.853.213
Correntes		356.226	158.520
Diferidos	15a	3.737.926	3.694.693
Outros Ativos	14	711.566	617.910
Investimentos		194.866	199.602
Investimentos em Participações em Coligadas	16	194.866	199.602
Imobilizado de Uso	17	900.794	934.546
Imobilizações de Uso		1.909.754	1.931.204
(Depreciação Acumulada)		(1.008.960)	(996.658)
Intangível	18	374.734	465.583
Ativos Intangíveis		1.911.063	1.893.179
(Amortização Acumulada)		(1.536.329)	(1.427.596)
Total do Ativo		**156.338.226**	**147.936.515**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Passivos Financeiros		139.910.304	132.392.030
Ao Custo Amortizado		138.154.332	130.340.792
Depósitos	19	92.711.902	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	19	23.698.954	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	9.286.453	6.936.464
Dívidas Subordinadas	19	456.385	421.812
Obrigações por Empréstimos	19	2.425.019	2.513.508
Obrigações por Repasses	19	3.870.359	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	20	5.705.260	6.969.934
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.664.457	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.180	-
Dívidas Subordinadas	21	1.663.277	1.880.714
Provisão para Perda Esperada		91.515	170.524
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		86.013	133.562
Garantias Financeiras Prestadas		5.502	36.962
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	3.000.471	2.902.896
Passivos Fiscais		758.327	660.285
Correntes		347.025	252.765
Diferidos	15b	411.302	407.520
Outros Passivos	24	1.832.076	1.562.551
Total do Passivo		**145.501.178**	**137.517.762**
Patrimônio Líquido	**25**		
Capital Social		8.300.000	8.000.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.672.086	2.519.308
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		(143.318)	(109.359)
Participação de Não Controladores		3.182	3.706
Total do Patrimônio Líquido		**10.837.048**	**10.418.753**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**156.338.226**	**147.936.515**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Receitas com Juros e Similares		5.354.288	10.112.111	3.947.858	7.729.347
Despesas com Juros e Similares		(3.620.705)	(6.903.461)	(2.685.714)	(5.068.342)
Receita Líquida com Juros e Similares	**26**	**1.733.583**	**3.208.650**	**1.262.144**	**2.661.005**
Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	**27**	**(107.382)**	**(253.528)**	**138.648**	**116.835**
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		**6.517**	**201.015**	**93.314**	**120.635**
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		**(113.401)**	**(470.779)**	**(223.336)**	**(526.390)**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(112.078)	(580.553)	(228.236)	(530.037)
Outros Instrumentos Financeiros		(1.323)	109.774	4.900	3.647
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(933.240)**	**(1.842.531)**	**(952.506)**	**(1.823.329)**
Receitas de Prestação de Serviços	28	525.460	1.046.943	511.516	1.028.790
Despesas de Pessoal	29	(674.616)	(1.314.131)	(630.632)	(1.236.599)
Outras Despesas Administrativas	30	(535.546)	(1.056.329)	(502.521)	(1.011.283)
Despesas Tributárias		(141.805)	(281.509)	(135.590)	(275.514)
Resultado de Participação em Coligadas	16	23.250	51.488	27.477	69.160
Outras Receitas Operacionais	31	201.301	337.336	155.101	291.559
Outras Despesas Operacionais	32	(199.618)	(371.787)	(234.755)	(424.690)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	(131.666)	(254.542)	(143.102)	(264.752)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		**586.077**	**842.827**	**318.264**	**548.756**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**33**	**(178.847)**	**(212.646)**	**(72.964)**	**(119.950)**
Corrente		(127.346)	(219.982)	(176.533)	(266.692)
Diferido		(51.501)	7.336	103.569	146.742
Lucro Líquido do Período		**407.230**	**630.181**	**245.300**	**428.806**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		407.087	629.877	245.197	428.538
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		143	304	103	268
Lucro por Ação	**34**				
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R$)					
Ação Ordinária		1,00	1,54	0,60	1,05
Ação Preferencial A		1,00	1,57	0,60	1,05
Ação Preferencial B		1,00	1,54	0,60	1,05

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Lucro Líquido do Período	**407.230**	**630.181**	**245.300**	**428.806**
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	**3.494**	**19.216**	**(1.179)**	**(2.855)**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3.494	19.216	(1.179)	(2.855)
Variação de Valor Justo	3.977	28.410	(2.700)	(5.862)
Efeito Fiscal	(483)	(9.194)	1.521	3.007
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração do Resultado	**(53.175)**	**(53.175)**	**100.814**	**100.814**
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(53.175)	(53.175)	100.814	100.814
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(96.559)	(96.559)	183.029	183.029
Efeito Fiscal	43.384	43.384	(82.215)	(82.215)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	**(49.681)**	**(33.959)**	**99.635**	**97.959**
Resultado Abrangente Líquido do Período	**357.549**	**596.222**	**344.935**	**526.765**
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	357.406	595.918	344.832	526.497
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	143	304	103	268

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

		Atribuível aos Acionistas da Controladora										
				Reservas de Lucros								
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	ORA	Lucros Acumulados	Total Individual	Participação de Não Controladores	Total Consolidado
Saldo em 01/01/2024		**5.200.000**	**5.098**	**759.328**	**2.884.337**	**1.313.712**	**-**	**(303.505)**	**-**	**9.858.970**	**6.803**	**9.865.773**
Aumento de Capital		**2.800.000**			**(1.682.801)**	**(1.117.199)**	**-**					
ORA												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	(2.855)	-	(2.855)	-	(2.855)
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	100.814	-	100.814	-	100.814
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.643)	(3.643)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	-	-	428.538	428.538	268	428.806
Destinação do Lucro Líquido												
Constituição de Reservas		-	-	21.731	108.652	129.937	-	-	(260.320)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)	-	(100.000)
Dividendos Provisionados		-	-	-	-	-	71.119	-	(71.119)	-	-	-
Saldo em 30/06/2024		**8.000.000**	**5.098**	**781.059**	**1.310.188**	**326.450**	**71.119**	**(205.546)**		**10.288.368**	**3.428**	**10.291.796**
Saldo em 01/01/2025		**8.000.000**	**5.098**	**805.107**	**1.430.430**	**283.771**	**-**	**(109.359)**	**-**	**10.415.047**	**3.706**	**10.418.753**
Aumento de Capital		300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
ORA												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	19.216	-	19.216	-	19.216
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(53.175)	-	(53.175)	-	(53.175)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	-	-	629.877	629.877	304	630.181
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	30.944	154.720	200.709	-	-	(386.373)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
Dividendos Provisionados		-	-	-	-	-	66.405	-	(66.405)	-	-	-
Saldo em 30/06/2025		**8.300.000**	**5.098**	**836.051**	**1.560.731**	**208.899**	**66.405**	**(143.318)**	**-**	**10.833.866**	**3.182**	**10.837.048**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**842.827**	**548.756**
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	**749.729**	**1.229.736**
Depreciação e Amortização	201.869	201.968
Resultado de Participações em Coligadas	(51.488)	(69.160)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	(125.973)	305.786
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	470.779	526.390
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	254.542	264.752
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	**2.368.066**	**2.976.627**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	763.835	1.032.770
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(756.118)	579.884
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.516.238	3.803.358
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	233.401	(155.789)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.077.651)	(1.411.513)
Outros Ativos Financeiros	2.015.620	(720.402)
Ativos Fiscais	(233.603)	95.637
Outros Ativos	(93.656)	(247.318)
Aumento/(Redução) em Passivos	**7.828.346**	**11.201.970**
Depósitos	4.517.012	8.305.799
Captações no Mercado Aberto	1.459.960	1.590.234
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.349.989	219.069
Obrigações por Empréstimos e Repasses	770.825	497.636
Outros Passivos Financeiros	(1.264.674)	553.237
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(156.967)	(148.515)
Passivos Fiscais	421.605	178.445
Outros Passivos	61.495	123.474
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(330.899)	(117.409)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**11.788.968**	**15.957.089**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Coligadas	64.614	7.186
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(1.207.339)	(17.319.799)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(8.590.307)	724.882
Alienação de Investimentos em Coligadas	2.946	-
Alienação de Imobilizado de Uso	14.677	6.352
Alienação de Intangível	186	88
Aquisição de Investimentos em Coligadas	(11.336)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(73.816)	(93.653)
Aquisição de Intangível	(18.315)	(39.226)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	**(9.818.690)**	**(16.714.170)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(56.891)	(47.345)
Dividendos Pagos	(35.978)	(74.926)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(180.000)	(100.000)
Liquidação de Arrendamentos	(54.145)	-
Variação na Participação de Não Controladores	(524)	(3.375)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	**(327.538)**	**(225.646)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	**1.642.740**	**(982.727)**
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.792.278	5.665.478
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.435.018	4.682.751

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Receitas (a)	**10.973.098**	**8.760.776**
Juros e Similares	10.059.598	7.966.817
Prestação de Serviços	1.046.943	1.028.790
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(470.779)	(526.390)
Outras	337.336	291.559
Despesas (b)	**(6.903.461)**	**(5.068.342)**
Juros e Similares	(6.903.461)	(5.068.342)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	**(1.454.270)**	**(1.480.476)**
Materiais, Energia e Outros	(1.107.041)	(1.268.208)
Serviços de Terceiros	(347.229)	(212.268)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	**2.615.367**	**2.211.958**
Depreciação e Amortização (e)	**(201.869)**	**(201.968)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	**2.413.498**	**2.009.990**
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	**51.488**	**69.160**
Resultado de Participações em Coligadas	51.488	69.160
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	**2.464.986**	**2.079.150**
Distribuição do Valor Adicionado	**2.464.986**	**2.079.150**
Pessoal	**1.149.242**	**1.080.090**
Remuneração Direta	800.208	749.874
Benefícios	297.761	282.908
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	51.273	47.308
Impostos, Taxas e Contribuições	**659.044**	**551.973**
Federais	618.021	506.957
Estaduais	196	86
Municipais	40.827	44.930
Remuneração de Capitais de Terceiros	**26.519**	**18.281**
Aluguéis	26.519	18.281
Remuneração de Capitais Próprios	**630.181**	**428.806**
Juros sobre o Capital Próprio	180.000	100.000
Dividendos	66.405	71.119
Lucros Retidos do Período	383.472	257.419
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	304	268

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras semestrais consolidadas em IFRS do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas da seguinte forma:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4° andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras semestrais consolidadas em IFRS (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis internacionais, com observância à International Accounting Standards 34 (IAS34) e às International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução CMN n° 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis adotadas em 2024 e 2025 estão consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (ORA) e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 09(R1) (CPC 09(R1)). As IFRS não requerem a apresentação da DVA, sendo apresentada de forma suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 08 de agosto de 2025.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação em 30/06/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. (1)	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação em 30/06/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Transações com Participações de Não Controladores: o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

(b) Informações para Efeito de Comparabilidade

Nas demonstrações financeiras de 2025 ocorreu reclassificação entre grupos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e consequentemente na Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2024 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

(b.1) Balanço Patrimonial

Ativo – Valores Reclassificados entre Grupos		
De	**Para**	**Reclassificação**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	Outros Ativos	19.859
Outros Ativos Financeiros	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	87.116

Notas Explicativas

Ativo – Saldos dos Grupos Reclassificados

Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.158.384	67.257	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	8.194.992
Outros Ativos	598.051	19.859	617.910

Passivo – Valores Reclassificados entre Grupos

De	Para	Reclassificação
Outros Passivos Financeiros	Obrigações por Empréstimos	251.274
Outros Passivos	Outros Passivos Financeiros	358.912

Passivo – Saldos dos Grupos Reclassificados

Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Outros Passivos Financeiros	6.862.296	107.638	6.969.934
Outros Passivos	1.921.463	(358.912)	1.562.551
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	251.274	2.513.508

(b.2) Demonstração do Resultado

Valores Reclassificados entre Grupos

De	Para	Reclassificações
Receita com Juros e Similares	Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	7.025
	Receita de Prestação de Serviços	9.044
	Outras Despesas Administrativas	141.477
	Outras Receitas Operacionais	44.100
	Outras Despesas Operacionais	15.403
Despesas com Juros e Similares	Outras Despesas Administrativas	6
Receita de Prestação de Serviços	Receita com Juros e Similares (Operações de Crédito)	47.875
	Outras Receitas Operacionais	138.778
	Outras Despesas Operacionais	890

Saldos dos Grupos Reclassificados

Grupos	Publicado em 30/06/2024	Reclassificação	Reapresentação de 30/06/2024
Receita com Juros e Similares	7.584.761	144.586	7.729.347
Despesas com Juros e Similares	(5.068.348)	6	(5.068.342)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	113.610	7.025	120.635
Receita de Prestação de Serviços	1.205.509	(176.719)	1.028.790
Outras Despesas Administrativas	(869.800)	(141.483)	(1.011.283)
Outras Receitas Operacionais	108.681	182.878	291.559
Outras Despesas Operacionais	(408.397)	(16.293)	(424.690)

Notas Explicativas

(b.3) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores Reclassificados entre Grupos				
De	**Para**	**Publicado em 30/06/2024**	**Reclassificação**	**Reapresentação de 30/06/2024**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(1.480.593)	69.080	(1.411.513)
	Outros Ativos Financeiros	(667.834)	(52.568)	(720.402)
	Outros Ativos	(230.806)	(16.512)	(247.318)
Outros Passivos Financeiros		753.840	(200.603)	553.237
Outros Passivos		132.372	(8.898)	123.474
	Obrigações por Empréstimos e Repasses	288.135	209.501	497.636

(b.4) Demonstração do Valor Adicionado

Valores Reclassificados entre Grupos				
De	**Para**	**Publicado em 30/06/2024**	**Reclassificação**	**Reapresentação de 30/06/2024**
Prestação de Serviços		1.205.509	(176.719)	1.028.790
	Receitas de Juros e Similares	7.815.206	151.611	7.966.817
	Outras Receitas	108.681	182.878	291.559
	Despesas de Juros e Similares	(5.068.348)	6	(5.068.342)
	Materiais, Energia e Outros	1.205.509	(176.719)	1.028.790

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na Demonstração do Resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas Notas Explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. A IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o que uma entidade relata como seu lucro ou prejuízo operacional.

As alterações da IFRS 18 têm vigência em, ou após, 1° de janeiro de 2027 e se aplica a informações comparativas. O Banrisul está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: este novo padrão permite que subsidiárias qualificadas usem Padrões de Contabilidade IFRS com divulgações reduzidas. Quando uma empresa controladora prepara demonstrações financeiras consolidadas que atendem aos Padrões de Contabilidade IFRS, suas subsidiárias são obrigadas a reportar à controladora usando os Padrões de Contabilidade IFRS. No entanto, para suas próprias demonstrações financeiras, as subsidiárias têm permissão para usar os Padrões de Contabilidade IFRS, o Padrão de Contabilidade IFRS para pequenas e médias empresas (PMEs) ou padrões de contabilidade nacionais.

Subsidiárias que usam o Padrão de Contabilidade IFRS para PMEs ou padrões de contabilidade nacionais para suas próprias demonstrações financeiras geralmente mantêm dois conjuntos de registros contábeis porque os requisitos nesses Padrões diferem daqueles nos Padrões de Contabilidade IFRS. Nesse sentido, subsidiárias que usam os Padrões de Contabilidade IFRS para suas próprias demonstrações financeiras fornecem divulgações que podem ser desproporcionais às necessidades de informação de seus usuários. O IFRS 19 resolverá esses desafios ao: permitir que as subsidiárias mantenham apenas um conjunto de registros contábeis para atender às necessidades tanto da empresa controladora quanto dos usuários de suas

Notas Explicativas

demonstrações financeiras; e reduzir os requisitos de divulgação, pois permite divulgações reduzidas mais adequadas às necessidades dos usuários das demonstrações financeiras.

A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade das informações para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 pode ser aplicado assim que for emitido.

As alterações têm vigência em, ou após, 1° de janeiro de 2027, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Alterações às IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgação e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: as alterações esclarecem os requisitos para o momento do reconhecimento e baixa de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; esclarecem e adicionam orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (*solely payment of principal and interest* – SPPI Test); adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características vinculadas às metas de Governança Ambiental e Social (Environmental Social and Governance – ESG)); e fazem atualizações nas divulgações de instrumentos patrimoniais designados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

As alterações também visam melhorar a forma de relatar os efeitos financeiros de "contratos referentes à eletricidade dependente da natureza", contratos que expõem uma entidade à variabilidade no montante subjacente de eletricidade em razão de que a fonte de geração depende de condições naturais incontroláveis (como o clima). As alterações incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de "uso próprio", possibilitando a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de *hedge* e adicionam requisitos para auxiliar investidores no entendimento dos impactos desses contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade.

As alterações têm vigência em, ou após, 1° de janeiro de 2026, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: a IFRS S1 prescreve como uma entidade deve preparar e relatar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes ao fornecimento de recursos à entidade, tais como as informações que possam afetar razoavelmente os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo, de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e o desempenho da entidade em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S1 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1° de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima também seja aplicada. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: a IFRS S2 prescreve como uma entidade deve divulgar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes aos riscos e oportunidades associadas ao clima que poderiam afetar razoavelmente os fluxos de caixa dessa entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio ou longo prazo de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados ao clima; e os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo se e como esses processos são integrados e informam o processo geral de gerenciamento de risco

da entidade; e o desempenho da entidade em relação aos seus riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S2 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1° de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade também seja aplicada. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
  - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada ORA. No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a Demonstração do Resultado.
  - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (*solely payment of principal and interest* – SPPI Test). Inicialmente são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (SPPI Test), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (SPPI Test).

Notas Explicativas

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no SPPI Test).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – SPPI Test

O SPPI Test consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

Notas Explicativas

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Notas Explicativas

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) *Default*

O IFRS 9 não define o *default*, mas contém uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição é superior a 90 dias de atraso, parâmetro este utilizado pelo Banrisul. Os ativos são baixados (*write-off*) quando não existem mais expectativas razoáveis de recuperar os fluxos de caixa contratuais sobre a totalidade ou parte do ativo financeiro.

(c.7) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação**: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação**: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação em vez da taxa de juros efetiva originalmente pactuada.

(c.8) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.9) Critérios para *Write-Off*

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

(c.10) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas

Notas Explicativas

demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.11) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados diariamente com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, essas operações passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.12) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas

Notas Explicativas

tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.13) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspendidos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	13,30

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações

Notas Explicativas

são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme a IFRS 16.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

Notas Explicativas

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor e Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul pode fazer a opção até 31/12/2025, por qual razão irá utilizar. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 33.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes, dos ativos contingentes são efetuados de acordo com a IAS 37, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram

Notas Explicativas

a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas periodicamente por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à

Notas Explicativas

soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados periodicamente por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

Notas Explicativas

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito na Nota item 3c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 28.

(p) Informações por Segmento

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços. A partir de 2024 a Administração passou a considerar os segmentos operacionais do Banrisul e suas controladas em quatro segmentos: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos, conforme apresentado na Nota 38.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com data de referência 30/06/2025.

Notas Explicativas

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 35.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando

Notas Explicativas

possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Notas Explicativas

Composição da Carteira por Setor de Atividade	30/06/2025	31/12/2024
Setor Público	**188.791**	**169.795**
Administração Pública - Direta e Indireta	188.791	169.795
Setor Privado	**63.877.157**	**62.055.846**
Pessoa Física	48.944.701	48.481.978
Pessoa Jurídica	14.932.456	13.573.868
Agropecuário	261.535	329.601
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.384.538	2.059.454
Automotivo	721.595	602.802
Celulose, Madeira e Móveis	364.577	336.487
Comércio Atacadista – Alimentício	1.077.148	931.015
Comércio Atacadista – não Alimentício	883.734	808.954
Comércio Varejista – Outros	1.504.263	1.435.118
Construção e Imobiliário	1.245.951	1.102.978
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.603.741	1.611.587
Eletroeletrônico e Informática	506.253	421.107
Financeiro e Seguro	187.733	210.172
Máquinas e Equipamentos	278.530	262.677
Metalurgia	434.276	375.621
Obras de Infraestrutura	28.304	39.229
Petróleo e Gás Natural	542.668	435.392
Químico e Petroquímico	889.066	638.660
Serviços Privados	582.927	542.263
Têxtil, Confecções e Couro	353.918	393.654
Transportes	454.043	422.352
Outros	627.656	614.745
Total	**64.065.948**	**62.225.641**

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas periodicamente e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

(d.3) Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	**128.406.614**	**119.174.853**
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.895.779	11.036.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	2.603.917
Títulos e Valores Mobiliários	42.998.507	35.113.312
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.065.948	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	6.179.737	8.194.992
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**19.557.387**	**18.350.048**
Títulos e Valores Mobiliários	19.557.387	18.350.048
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	**3.463.498**	**5.185.408**
Títulos e Valores Mobiliários	3.371.421	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	92.077	324.298
Off Balance	**23.128.969**	**23.353.749**
Garantias Financeiras	447.318	386.468
Crédito Imobiliário	533.731	573.622
Cheque Especial	6.129.987	6.081.939
Cartão de Crédito	4.713.958	4.486.235
Limites Pré-Datados Eletrônicos – Banricompras	5.861.041	5.687.386
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.910.394	4.950.146
Outros Limites Pré-Aprovados	532.540	1.187.953
Total	**174.556.468**	**166.064.058**

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	**45.882.825**	**792.558**	**616.662**	**125.963**	**2.445.214**	**1.430.472**	**48.944.701**	**2.348.993**
Cartão de Crédito	2.328.236	119.876	49.274	10.067	238.694	174.036	2.616.204	303.979
Crédito Consignado	19.552.708	110.517	134.749	18.221	989.245	519.079	20.676.702	647.817
Crédito Pessoal	2.634.454	32.421	74.790	12.659	323.708	185.888	3.032.952	230.968
Crédito Imobiliário	5.754.041	27.228	79.851	32.037	59.682	34.543	5.893.574	93.808
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	362.343	197.912	31.739	396.576	203.336	13.773.102	597.418
Outros	2.434.772	140.173	80.086	21.240	437.309	313.590	2.952.167	475.003
Pessoa Jurídica	**14.024.818**	**246.780**	**141.130**	**32.831**	**955.299**	**576.584**	**15.121.247**	**856.195**
Operações de Câmbio	2.233.392	8.250	171	7	87.010	7.006	2.320.573	15.263
Capital de Giro	4.158.988	29.445	22.509	3.676	202.021	104.650	4.383.518	137.771
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	93.921	23.147	6.792	106.164	77.212	2.418.438	177.925
Crédito Imobiliário	655.077	10.098	3.233	43	223	129	658.533	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	64.687	54.399	13.342	315.312	245.362	3.893.037	323.391
Outros	1.164.908	40.379	37.671	8.971	244.569	142.225	1.447.148	191.575
Total em 30/06/2025	**59.907.643**	**1.039.338**	**757.792**	**158.794**	**3.400.513**	**2.007.056**	**64.065.948**	**3.205.188**
Total em 31/12/2024	**56.546.276**	**913.526**	**4.367.308**	**614.185**	**1.312.057**	**1.025.160**	**62.225.641**	**2.552.871**

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	30/06/2025	31/12/2024
Não vencidos	58.070.363	55.381.446
Vencidos em até 30 dias	1.837.280	1.164.830
Total	**59.907.643**	**56.546.276**

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Avaliação Coletiva	59.897.485	56.546.276
Avaliação Individual	10.158	-
Total	**59.907.643**	**56.546.276**

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	30/06/2025	31/12/2024
Não Vencidos	73.427	3.659.038
Vencidos em até 30 dias	9.204	105.691
Vencidos de 31 a 60 dias	432.253	301.525
Vencidos de 61 a 90 dias	242.908	301.054
Total	**757.792**	**4.367.308**

	30/06/2025	31/12/2024
Avaliação Coletiva	756.169	3.966.548
Avaliação Individual	1.623	400.760
Total	**757.792**	**4.367.308**

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	30/06/2025	31/12/2024
Não Vencidos	1.190.901	127.488
Vencidos em até 30 dias	130.199	62.624
Vencidos de 31 a 60 dias	90.499	10.082
Vencidos de 61 a 90 dias	98.595	12.040
Vencidos a mais de 90 dias	1.890.319	1.099.823
Total	**3.400.513**	**1.312.057**

	30/06/2025	31/12/2024
Avaliação Coletiva	2.897.607	1.269.257
Avaliação Individual	502.906	42.800
Total	**3.400.513**	**1.312.057**

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R$514.687 (31/12/2024 – R$443.560), excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	30/06/2025	31/12/2024
Maior Devedor	20,57%	18,79%
Cinco Maiores Devedores	57,17%	58,50%
Dez Maiores Devedores	81,25%	78,64%
Vinte Maiores Devedores	98,67%	99,94%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociados: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

Notas Explicativas

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro renegociadas no período de reporte totalizaram R$567.742 (01/01 a 30/06/2024 – R$331.672).

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R$17.458 (01/01 a 30/06/2024 – R$10.205).

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado periodicamente aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução CMN nº 4.557/17 a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: https://ri.banrisul.com.br/.

Notas Explicativas

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle*/*backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de *Spread* (*Credit Spread Risk on the Banking Book* – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas

Notas Explicativas

associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o ΔNII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco			Total em 30/06/2025
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	Ações	
1	1%	2.797	4.639	-	**7.436**
2	25%	2.266	115.967	-	**118.233**
3	50%	1.624	231.933	-	**233.557**

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e
- Ações: exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R$5,4571 de 30/06/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas

Notas Explicativas

de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco "Moeda Estrangeira" a maior perda, que representa 37,6% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator "Moeda Estrangeira" representando respectivamente 98,1% e 99,3%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R$233.557.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/06/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/06/2025.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado em 30/06/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	*Trading*	Alta do dólar	16.644	416.092	832.184
		Item Objeto de Proteção			
Dívida	*Banking*	Alta do dólar	16.653	416.336	832.672
		Efeito Líquido	**(9)**	**(244)**	**(488)**
Operação	**Carteira**	**Risco**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Swap	*Trading*	Baixa do dólar	(16.644)	(416.092)	(832.184)
		Item Objeto de Proteção			
Dívida	*Banking*	Baixa do dólar	(16.653)	(416.336)	(832.672)
		Efeito Líquido	**9**	**244**	**488**

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/06/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	*Trading*	Alta da Taxa Futura de DI	(638)	(15.413)	(30.096)
FUT DI1	*Trading*	Baixa da Taxa Futura de DI	622	16.171	33.200

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

As operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento

Notas Explicativas

inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	388
Cupom de Índices	IGP-M	-
Total		**388**

A tabela a seguir demonstra o resultado do ΔNII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	(62.864)
Cupom de Índices	TLP	183
	Outros	71
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	8.248
	Euro	35
	Libra Esterlina	10
Cupom de Taxas	TR	(97.194)
	TJLP	(122)
DI	CDI	(2.389.508)
Selic	Selic	3.053.648
Total		**512.507**

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R$365.588 (31/12/2024 – R$426.714). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R$83.377 (31/12/2024 – R$98.973).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM}, sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R$1.042.909 (31/12/2024 – R$1.235.190).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

Notas Explicativas

	Circulante		Não Circulante			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025	Total em 31/12/2024
Ativos Financeiros	**32.155.854**	**26.099.772**	**76.027.767**	**17.144.106**	**151.427.499**	**142.710.309**
Ao Custo Amortizado	31.336.670	23.750.504	56.190.396	17.129.044	128.406.614	119.174.853
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.895.779	-	-	-	11.895.779	11.036.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.034.026	757.006	475.611	-	3.266.643	2.603.917
Títulos e Valores Mobiliários	4.961.627	5.071.049	25.277.238	7.688.593	42.998.507	35.113.312
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12.445.238	14.270.646	27.909.613	9.440.451	64.065.948	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	-	3.651.803	2.527.934	-	6.179.737	8.194.992
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387	18.350.048
Ao Valor Justo por meio do Resultado	757.456	2.349.268	341.712	15.062	3.463.498	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	757.456	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	92.077	-	-	92.077	324.298
Passivos Financeiros	**55.382.531**	**18.311.027**	**49.531.329**	**13.781.917**	**137.006.804**	**127.834.472**
Ao Custo Amortizado	55.333.883	16.695.218	49.531.329	13.781.917	135.342.347	125.953.758
Depósitos	28.440.699	4.820.250	43.979.908	12.659.060	89.899.917	83.807.856
Captações no Mercado Aberto	23.676.774	22.180	-	-	23.698.954	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.321.453	3.849.179	3.115.821	-	9.286.453	6.936.464
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385	421.812
Obrigações por Empréstimos	613.608	1.626.299	176.414	8.698	2.425.019	2.513.508
Obrigações por Repasses	281.349	674.219	2.257.017	657.774	3.870.359	3.065.190
Outros Passivos Financeiros		5.703.091	2.169	-	5.705.260	6.969.934
Ao Valor Justo por meio do Resultado	48.648	1.615.809	-	-	1.664.457	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.180	-	-	1.180	-
Dívidas Subordinadas	48.648	1.614.629	-	-	1.663.277	1.880.714
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	**(23.226.677)**	**7.788.745**	**26.496.438**	**3.362.189**	**14.420.695**	**14.875.837**

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta

Notas Explicativas

liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025	Total em 31/12/2024
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	**58.383.645**	**18.606.750**	**50.597.081**	**14.064.877**	**141.652.353**	**133.729.010**
Ao Custo Amortizado	58.339.647	16.925.622	50.597.081	14.064.877	139.927.227	131.718.914
Depósitos	31.355.222	4.893.305	44.652.404	12.852.927	93.753.858	88.990.180
Captações no Mercado Aberto	23.693.000	22.195	-	-	23.715.195	22.250.892
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.363.103	3.918.239	3.171.723	-	9.453.065	6.964.312
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385	421.812
Obrigações por Empréstimos	619.862	1.640.567	226.159	13.506	2.500.094	2.513.508
Obrigações por Repasses	308.460	748.068	2.544.114	742.059	4.342.701	3.445.372
Outros Passivos Financeiros	-	5.703.248	2.681	-	5.705.929	7.132.838
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126	2.010.096
Dívidas Subordinadas	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126	2.010.096
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	**30.995.994**	**26.996.423**	**91.279.158**	**26.639.991**	**175.911.566**	**166.943.870**
Disponibilidades	1.316.612	-	-	-	1.316.612	1.126.982
Ativos Financeiros	29.679.382	26.996.423	91.279.158	26.639.991	174.594.954	165.816.888
Ao Custo Amortizado	28.860.198	24.739.232	71.441.787	26.624.929	151.666.146	142.605.730
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	757.456	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421	4.861.110

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R$9.895.835 (31/12/2024 – R$9.895.835). No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

Notas Explicativas

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	30/06/2025				31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Mensurados ao Valor Justo	**22.868.419**	**151.062**	**1.404**	**23.020.885**	**23.137.678**	**397.778**	**23.535.456**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.370.017	-	1.404	3.371.421	4.844.287	16.823	4.861.110
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.683.359	-	-	1.683.359	3.219.291	-	3.219.291
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.530.274	-	-	1.530.274	1.428.159	-	1.428.159
Cotas de Fundo de Investimento	156.384	-	1.404	157.788	196.837	16.823	213.660
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.495.659	61.728		19.557.387	18.293.391	56.657	18.350.048
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.495.659	-	-	19.495.659	18.291.507	-	18.291.507
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.759	-	39.759	1.884	34.688	36.572
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.743	89.334	-	92.077	-	324.298	324.298
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swaps)	2.743	89.334	-	92.077	-	324.298	324.298
Passivo Mensurado ao Valor Justo	**1.180**	**1.663.277**	**-**	**1.664.457**	**-**	**1.880.714**	**1.880.714**
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.180	1.663.277	-	1.664.457	-	1.880.714	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	-	-	1.180	-	-	-
Dívidas Subordinadas	-	1.663.277	-	1.663.277	-	1.880.714	1.880.714

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	**128.983.883**	**126.376.915**	**119.854.792**	**117.418.217**
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	12.473.048	12.473.048	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.298.145	2.603.917	2.609.240
Títulos e Valores Mobiliários	42.998.507	42.805.821	35.113.312	34.999.793
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.065.948	61.620.164	62.225.641	59.810.146
Outros Ativos Financeiros	6.179.737	6.179.737	8.194.992	8.282.108
Passivos ao Custo Amortizado	**138.154.332**	**137.938.459**	**130.340.792**	**129.640.061**
Depósitos	92.711.902	92.415.083	88.194.890	87.792.063
Captações no Mercado Aberto	23.698.954	23.698.954	22.238.994	22.238.973
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	9.286.453	9.302.437	6.936.464	6.947.511
Dívidas Subordinadas	456.385	521.347	421.812	471.794
Obrigações por Empréstimos	2.425.019	2.425.019	2.513.508	2.262.234
Obrigações por Repasses	3.870.359	3.870.359	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.705.260	5.705.260	6.969.934	6.862.296

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Notas Explicativas

- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Notas Explicativas

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk-Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 7,00%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o

Notas Explicativas

mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMNN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital ($ICAAP_{SIMP}$) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do $ICAAP_{SIMP}$, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma

Notas Explicativas

ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o $ICAAP_{SIMP}$ e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Notas Explicativas

Conglomerado Prudencial	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência (PR)	**11.759.426**	**11.564.576**
Nível 1	**9.639.763**	**9.262.050**
Capital Principal (CP)	**9.639.763**	**9.262.050**
Capital Social	8.301.859	8.001.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.495.204	2.517.353
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(148.108)	(106.259)
Contas de Resultado Credoras	-	-
Ajustes Prudenciais	(1.128.192)	(1.150.903)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	119.000	-
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	-	-
Nível 2	**2.119.663**	**2.302.526**
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.119.663	2.302.526
RWA	**72.709.140**	**67.207.633**
RWA_{CPAD} (Risco de Crédito)	60.417.901	56.303.565
RWA_{SP} (Serviços de Pagamento)	1.117.867	1.049.365
RWA_{MPAD} (Risco de Mercado)	1.056.354	1.296.019
RWA_{JUR1} (Risco de Juros)	6.761	4.634
RWA_{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.042.909	1.235.190
RWA_{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	6.684	56.195
RWA_{OPAD} (Risco Operacional)	10.117.018	8.558.684
Carteira *Banking* (IRRBB)	**538.997**	**264.259**
Margem sobre o PR considerando Carteira *Banking* após o Adicional de Capital Principal	3.585.970	4.243.516
Índices de Capital		
Índice de Basileia	16,17%	17,21%
Índice de Nível 1	13,26%	13,78%
Índice de Capital Principal	13,26%	13,78%
Índice de Imobilização	11,70%	9,47%
Razão de Alavancagem	6,99%	7,22%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB, 6,00% para o índice de Nível 1 e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R$11.759.426, apresentando um aumento de R$194.850 frente a dezembro de 2024.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity* – ΔEVE) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – ΔNII).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R$538.997.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 16,17% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram de 13,26% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Notas Explicativas

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	1.316.612	1.126.982
Disponibilidades em Moeda Nacional	851.994	948.147
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	464.618	178.835
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	2.033.999	607.396
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	599.996
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	7.400
Títulos e Valores Mobiliários	84.407	57.858
Cotas de Fundos de Investimento	84.407	57.858
Total	**3.435.018**	**1.792.236**

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista	Não Remunerado	577.269	679.939
Depósitos de Poupança	Poupança	335.428	-
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	10.897.436	9.970.513
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	406.841	460.204
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	6.075	6.274
Outros Depósitos	Taxa Selic	249.999	600.000
Total		**12.473.048**	**11.716.930**

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025	31/12/2024
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	-	-	799.999	599.996
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	799.999	-	-	799.999	599.996
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	799.999	-	-	799.999	599.996
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	756.990	475.601	2.466.591	1.992.732
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	756.990	475.601	2.466.591	1.992.732
Total em 30/06/2025	**2.033.999**	**756.990**	**475.601**	**3.266.590**	
Total em 31/12/2024	**607.396**	**1.354.480**	**630.852**		**2.592.728**

Notas Explicativas

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.545.319	3.733.594	14.086.235	10.712.157	7.399.463	40.476.768	-	40.476.768	40.554.880
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	35.202	-	-	35.202	-	35.202	31.926
Letras Financeiras (LF)	416.308	1.327.157	143.755	105.108	-	1.992.328	(341)	1.991.987	1.802.400
Debêntures	-	10.298	20.157	174.624	287.772	492.851	(5)	492.846	415.363
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.358	1.358	-	1.358	1.252
Total	**4.961.627**	**5.071.049**	**14.285.349**	**10.991.889**	**7.688.593**	**42.998.507**	**(346)**	**42.998.161**	**42.805.821**

									31/12/2024
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.689.431	4.271.054	14.218.236	6.238.670	5.125.059	32.542.450	(21.270)	32.521.180	32.606.995
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	45.832	-	-	45.832	(33)	45.799	40.297
Letras Financeiras (LF)	-	1.503.153	186.023	126.690	-	1.815.866	(233)	1.815.633	1.650.262
Debêntures	5.005	56.588	65.424	276.944	286.931	690.892	(181)	690.711	698.641
Títulos de Capitalização	2.179	-	-	-	-	2.179	-	2.179	2.173
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	16.093	16.093	(14.566)	1.527	1.425
Total	**2.696.615**	**5.830.795**	**14.515.515**	**6.642.304**	**5.428.083**	**35.113.312**	**(36.283)**	**35.077.029**	**34.999.793**

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Notas Explicativas

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2025 (1)	31/12/2024
Pessoa Física	**45.882.825**	**616.662**	**2.445.214**	**48.944.701**	**48.481.978**
Cartão de Crédito	2.328.236	49.274	238.694	2.616.204	2.520.810
Crédito Consignado	19.552.708	134.749	989.245	20.676.702	20.218.343
Crédito Pessoal	2.634.454	74.790	323.708	3.032.952	3.530.972
Crédito Imobiliário	5.754.041	79.851	59.682	5.893.574	6.026.569
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	197.912	396.576	13.773.102	13.779.757
Outros	2.434.772	80.086	437.309	2.952.167	2.405.527
Pessoa Jurídica	**14.024.818**	**141.130**	**955.299**	**15.121.247**	13.743.663
Operações de Câmbio	2.233.392	171	87.010	2.320.573	2.116.007
Capital de Giro	4.158.988	22.509	202.021	4.383.518	3.776.067
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	23.147	106.164	2.418.438	1.880.234
Crédito Imobiliário	655.077	3.233	223	658.533	522.628
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	54.399	315.312	3.893.037	4.152.772
Outros	1.164.908	37.671	244.569	1.447.148	1.295.955
Total	**59.907.643**	**757.792**	**3.400.513**	**64.065.948**	**62.225.641**
(Provisão)	(1.039.338)	(158.794)	(2.007.056)	(3.205.188)	(2.552.871)
Total Líquido da Provisão em 30/06/2025	**58.868.305**	**598.998**	**1.393.457**	**60.860.760**	
Total Líquido da Provisão em 31/12/2024	**55.632.750**	**3.753.123**	**286.897**		**59.672.770**

(1) A partir de 01/01/2025 a taxonomia utilizada para o enquadramento das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foi ajustada.

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	30/06/2025	31/12/2024
Vencidas a partir de 1 dia	1.918.976	935.473
A vencer até 3 meses	10.526.262	8.468.877
A vencer de 3 a 12 meses	14.270.646	16.068.496
A vencer acima de 1 ano	37.350.064	36.752.795
Total	**64.065.948**	**62.225.641**

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	30/06/2025		31/12/2024	
Concentração dos Maiores Tomadores	**Total**	**% da Carteira**	**Total**	**% da Carteira**
Maior Devedor	258.181	0,40	261.100	0,42
10 Maiores Devedores	1.639.788	2,56	1.467.089	2,36
20 Maiores Devedores	2.714.739	4,24	2.381.398	3,83
50 Maiores Devedores	4.661.916	7,28	4.165.006	6,70
100 Maiores Devedores	6.359.597	9,94	5.681.095	9,14

Notas Explicativas

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**579.908**	**(13.256)**	**(34.886)**	**17.355**	**88.830**	**-**	**154.607**	**792.558**
Cartão de Crédito	100.441	(776)	(12.138)	-	2.691	-	29.658	119.876
Crédito Consignado	128.627	(676)	(2.943)	693	6.325	-	(21.509)	110.517
Crédito Pessoal	197.402	(943)	(2.553)	407	3.652	-	(165.544)	32.421
Crédito Imobiliário	36.473	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(37.134)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	66.373	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	296.116	362.343
Outros	50.592	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	53.020	140.173
Pessoa Jurídica	**333.618**	**(7.433)**	**(14.618)**	**2.201**	**70.289**	**-**	**(137.277)**	**246.780**
Operações de Câmbio	90.076	-	(273)	-	-	-	(81.553)	8.250
Capital de Giro	69.589	(468)	(1.692)	31	5.183	-	(43.198)	29.445
Conta Empresarial/Garantida	90.210	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	9.598	93.921
Crédito Imobiliário	156	(50)	-	-	-	-	9.992	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	40.107	(4.050)	(4.709)	1.714	4.773	-	26.852	64.687
Outros	43.480	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(58.968)	40.379
Total	**913.526**	**(20.689)**	**(49.504)**	**19.556**	**159.119**	**-**	**17.330**	**1.039.338**

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**233.931**	**(17.355)**	**(38.057)**	**13.256**	**3.136**	**-**	**(68.948)**	**125.963**
Cartão de Crédito	7.780	-	(1)	776	376	-	1.136	10.067
Crédito Consignado	106.155	(693)	(2.569)	676	51	-	(85.399)	18.221
Crédito Pessoal	20.696	(407)	(3.791)	943	542	-	(5.324)	12.659
Crédito Imobiliário	908	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	43.743	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	45.670	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	1.311	31.739
Outros	52.722	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	(24.415)	21.240
Pessoa Jurídica	**380.254**	**(2.201)**	**(8.198)**	**7.433**	**1.773**	**-**	**(346.230)**	**32.831**
Operações de Câmbio	17.509	-	-	-	-	-	(17.502)	7
Capital de Giro	43.019	(31)	(1.316)	468	48	-	(38.512)	3.676
Conta Empresarial/Garantida	2.112	(67)	(786)	1.717	21	-	3.795	6.792
Crédito Imobiliário	273	-	-	50	-	-	(280)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	55.511	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	(41.116)	13.342
Outros	261.830	(389)	(1.488)	1.148	485	-	(252.615)	8.971
Total	**614.185**	**(19.556)**	**(46.255)**	**20.689**	**4.909**	**-**	**(415.178)**	**158.794**

Notas Explicativas

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**793.313**	**(88.830)**	**(3.136)**	**34.886**	**38.057**	**(71.890)**	**728.072**	**1.430.472**
Cartão de Crédito	85.106	(2.691)	(376)	12.138	1	-	79.858	174.036
Crédito Consignado	327.637	(6.325)	(51)	2.943	2.569	(58.692)	250.998	519.079
Crédito Pessoal	231.833	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	(43.940)	185.888
Crédito Imobiliário	6.824	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	44.446	34.543
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	72.567	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	115.460	203.336
Outros	69.346	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	281.250	313.590
Pessoa Jurídica	**231.847**	**(70.289)**	**(1.773)**	**14.618**	**8.198**	**(8.649)**	**402.632**	**576.584**
Operações de Câmbio	3.884	-	-	273	-	-	2.849	7.006
Capital de Giro	54.226	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	52.647	104.650
Conta Empresarial/Garantida	29.136	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	43.102	77.212
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	129	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	82.315	(4.773)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	168.343	245.362
Outros	62.286	(59.176)	(485)	2.550	1.488	-	135.562	142.225
Total	**1.025.160**	**(159.119)**	**(4.909)**	**49.504**	**46.255**	**(80.539)**	**1.130.704**	**2.007.056**

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2024	*Write-Off*	Constituição/(Reversão) [1]	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	**1.607.152**	**(71.890)**	**813.731**	**2.348.993**
Cartão de Crédito	193.327	-	110.652	303.979
Crédito Consignado	562.419	(58.692)	144.090	647.817
Crédito Pessoal	449.931	(4.155)	(214.808)	230.968
Crédito Imobiliário	44.205	(1.452)	51.055	93.808
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.610	(79)	412.887	597.418
Outros	172.660	(7.512)	309.855	475.003
Pessoa Jurídica	**945.719**	**(8.649)**	**(80.875)**	**856.195**
Operações de Câmbio	111.469	-	(96.206)	15.263
Capital de Giro	166.834	-	(29.063)	137.771
Conta Empresarial/Garantida	121.458	(28)	56.495	177.925
Crédito Imobiliário	429	-	9.841	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	177.933	(8.621)	154.079	323.391
Outros	367.596	-	(176.021)	191.575
Total	**2.552.871**	**(80.539)**	**732.856**	**3.205.188**

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R$580.553 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$152.303.

Notas Explicativas

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2024
Pessoa Física	**294.032**	**(8.334)**	**(12.504)**	**11.976**	**5.107**	**-**	**10.233**	**300.510**
Cartão de Crédito	33.170	(56)	(454)	1	-	-	(5.650)	27.011
Crédito Consignado	103.135	(1.375)	(7.998)	920	503	-	(41.989)	53.196
Crédito Pessoal	82.142	(879)	(2.617)	422	1.466	-	35.491	116.025
Crédito Imobiliário	28.336	(147)	(128)	1.234	1.114	-	156	30.565
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	25.794	(3.948)	(224)	4.122	1.919	-	18.578	46.241
Outros	21.455	(1.929)	(1.083)	5.277	105	-	3.647	27.472
Pessoa Jurídica	**276.875**	**(14.076)**	**(7.039)**	**42.856**	**2.284**	**-**	**13.943**	**314.843**
Operações de Câmbio	37.188	(1.653)	(166)	1.368	-	-	17.720	54.457
Capital de Giro	119.034	(4.918)	(559)	3.422	41	-	42.687	159.707
Conta Empresarial/Garantida	42.129	(610)	(3.336)	103	71	-	(27.569)	10.788
Crédito Imobiliário	427	(77)	-	143	-	-	(148)	345
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	53.723	(2.610)	(567)	2.841	2.156	-	(808)	54.735
Outros	24.374	(4.208)	(2.411)	34.979	16	-	(17.939)	34.811
Total	**570.907**	**(22.410)**	**(19.543)**	**54.832**	**7.391**	**-**	**24.176**	**615.353**

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2024
Pessoa Física	**118.513**	**(11.976)**	**(43.399)**	**8.334**	**343**	**-**	**42.341**	**114.156**
Cartão de Crédito	8.271	(1)	(5.194)	56	-	-	(1.564)	1.568
Crédito Consignado	35.286	(920)	(18.681)	1.375	35	-	19.051	36.146
Crédito Pessoal	13.846	(422)	(11.322)	879	112	-	5.821	8.914
Crédito Imobiliário	1.747	(1.234)	(75)	147	139	-	(280)	444
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	25.454	(4.122)	(4.118)	3.948	45	-	7.570	28.777
Outros	33.909	(5.277)	(4.009)	1.929	12	-	11.743	38.307
Pessoa Jurídica	**621.536**	**(42.856)**	**(118.601)**	**14.076**	**468**	**-**	**(26.553)**	**448.070**
Operações de Câmbio	55.848	(1.368)	(10.055)	1.653	-	-	(6.832)	39.246
Capital de Giro	37.202	(3.422)	(5.861)	4.918	415	-	7.281	40.533
Conta Empresarial/Garantida	2.103	(103)	(1.740)	610	4	-	(514)	360
Crédito Imobiliário	363	(143)	-	77	-	-	311	608
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	33.944	(2.841)	(20.002)	2.610	33	-	21.452	35.196
Outros	492.076	(34.979)	(80.943)	4.208	16	-	(48.251)	332.127
Total	**740.049**	**(54.832)**	**(162.000)**	**22.410**	**811**	**-**	**15.788**	**562.226**

Notas Explicativas

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	*Write-Off*	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2024
Pessoa Física	**669.734**	**(5.107)**	**(343)**	**12.504**	**43.399**	**(463.779)**	**561.268**	**817.676**
Cartão de Crédito	75.704	-	-	454	5.194	(54.853)	63.917	90.416
Crédito Consignado	263.315	(503)	(35)	7.998	18.681	(203.772)	237.381	323.065
Crédito Pessoal	213.340	(1.466)	(112)	2.617	11.322	(110.615)	123.970	239.056
Crédito Imobiliário	8.099	(1.114)	(139)	128	75	(2.354)	6.403	11.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	46.348	(1.919)	(45)	224	4.118	(29.253)	56.986	76.459
Outros	62.928	(105)	(12)	1.083	4.009	(62.932)	72.611	77.582
Pessoa Jurídica	**219.474**	**(2.284)**	**(468)**	**7.039**	**118.601**	**(211.535)**	**167.546**	**298.373**
Operações de Câmbio	2.679	-	-	166	10.055	(1.941)	4.429	15.388
Capital de Giro	58.183	(41)	(415)	559	5.861	(43.305)	30.898	51.740
Conta Empresarial/Garantida	27.885	(71)	(4)	3.336	1.740	(22.071)	23.806	34.621
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	96.735	(2.156)	(33)	567	20.002	(60.354)	52.875	107.636
Outros	33.992	(16)	(16)	2.411	80.943	(83.864)	55.538	88.988
Total	**889.208**	**(7.391)**	**(811)**	**19.543**	**162.000**	**(675.314)**	**728.814**	**1.116.049**

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2023	*Write-Off*	Constituição/(Reversão) [1]	Saldo Final 30/06/2024
Pessoa Física	**1.082.279**	**(463.779)**	**613.842**	**1.232.342**
Cartão de Crédito	117.145	(54.853)	56.703	118.995
Crédito Consignado	401.736	(203.772)	214.443	412.407
Crédito Pessoal	309.328	(110.615)	165.282	363.995
Crédito Imobiliário	38.182	(2.354)	6.279	42.107
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	97.596	(29.253)	83.134	151.477
Outros	118.292	(62.932)	88.001	143.361
Pessoa Jurídica	**1.117.885**	**(211.535)**	**154.936**	**1.061.286**
Operações de Câmbio	95.715	(1.941)	15.317	109.091
Capital de Giro	214.419	(43.305)	80.866	251.980
Conta Empresarial/Garantida	72.117	(22.071)	(4.277)	45.769
Crédito Imobiliário	790	-	163	953
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.402	(60.354)	73.519	197.567
Outros	550.442	(83.864)	(10.652)	455.926
Total	**2.200.164**	**(675.314)**	**768.778**	**2.293.628**

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R$530.037 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$238.741.

Notas Explicativas

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	2.951	(1.594)	2.582
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	5.653	(2.939)	3.922
Total em 30/06/2025	**8.604**	**(4.533)**	**6.504**
Total em 31/12/2024	**9.213**	**(5.001)**	**6.919**

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024
Relações Interfinanceiras	3.236.178	1.035.010	4.271.188	3.129.610	1.021.844	4.151.454
Créditos Vinculados ao SFH [1]	-	1.035.010	1.035.010	-	1.021.844	1.021.844
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar [2]	3.226.809	-	3.226.809	3.121.720	-	3.121.720
Outros	9.369	-	9.369	7.890	-	7.890
Relações Interdependências	9.936	-	9.936	56.238	-	56.238
Operações de Câmbio	-	-	-	1.849.842	189.675	2.039.517
Rendas a Receber	116.644	-	116.644	117.582	-	117.582
Negociação e Intermediação de Valores	9.036	-	9.036	3.781	-	3.781
Devedores por Depósitos em Garantia		1.225.371	1.225.371	-	1.114.808	1.114.808
Pagamentos a Ressarcir	22.617	-	22.617	22.184	-	22.184
Títulos e Créditos a Receber [3]	240.309	267.553	507.862	414.420	255.477	669.897
Outros	17.083	-	17.083	19.531	-	19.531
Total	**3.651.803**	**2.527.934**	**6.179.737**	**5.613.188**	**2.581.804**	**8.194.992**

(1) Créditos vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R$41.005 (31/12/2024 – R$52.979) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R$991.593 (31/12/2024 – R$965.558) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R$2.412 (31/12/2024 – R$3.307) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R$1.032.598 (31/12/2024 – R$1.018.537). O seu valor de face é de R$1.035.321 (31/12/2024 – R$1.023.147). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.
Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R$3.071.926 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R$246.589 (31/12/2024 – R$237.166) e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R$53.802 (31/12/2024 – R$54.109) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R$50.025 (31/12/2024 – R$49.245); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R$128.461 (31/12/2024 - R$110.807).

Notas Explicativas

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						30/06/2025
	Sem Vencimento	**Até 3 Anos**	**De 3 a 5 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) [1]	-	-	19.495.659	-	19.495.659	19.444.159
Cotas de Fundos de Investimento	39.759	-	-	-	39.759	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total [2]	**61.728**	**-**	**19.495.659**	**-**	**19.557.387**	**19.494.837**

						31/12/2024
	Sem Vencimento	**Até 3 Anos**	**De 3 a 5 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) [1]	-	-	4.801.342	13.490.165	18.291.507	18.257.580
Cotas de Fundos de Investimento	36.572	-	-	-	36.572	27.696
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total [2]	**58.541**	**-**	**4.801.342**	**13.490.165**	**18.350.048**	**18.307.245**

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.
(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Notas Explicativas

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

							30/06/2025
	Sem Vencimento	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.326.585	341.712	15.062	1.683.359	1.678.194
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	599.668	930.606	-	-	1.530.274	1.543.272
Cotas de Fundo de Investimento	157.788	-	-	-	-	157.788	157.788
Total	**157.788**	**599.668**	**2.257.191**	**341.712**	**15.062**	**3.371.421**	**3.379.254**

							31/12/2024
	Sem Vencimento	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 5 Anos**	**Valor Justo**	**Custo Atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.935.370	1.265.078	18.843	3.219.291	3.219.705
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	562.466	865.693	-	1.428.159	1.461.499
Cotas de Fundo de Investimento	213.660	-	-	-	-	213.660	213.660
Total	**213.660**	**-**	**2.497.836**	**2.130.771**	**18.843**	**4.861.110**	**4.894.864**

Notas Explicativas

Nota 14 – Outros Ativos

	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Empregados	48.868	5.534
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 35e)	185.452	173.017
Devedores Diversos	177.918	183.864
Bens Destinados à Venda	110.092	129.672
Despesas Antecipadas	175.643	115.226
Outros	13.593	10.597
Total	**711.566**	**617.910**

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	31/12/2024	Constituição	Realização	30/06/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.829.025	458.761	(499.402)	1.788.384
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	8.170	(1.622)	254.485
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	98.384	(56.693)	831.491
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	7.844	(13.522)	124.422
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.252	200	-	5.452
Benefício Pós-Emprego	170.697	41.061	(39)	211.719
Outras Provisões Temporárias	279.352	185.408	(162.301)	302.459
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(13.077)	123.707
Arrendamento Mercantil – IFRS 16	105.746	11.525	(21.464)	95.807
Total de Créditos Tributários Registrados	**3.694.693**	**811.353**	**(768.120)**	**3.737.926**
Obrigações Fiscais Diferidas	(407.520)	(78.635)	74.853	(411.302)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	**3.287.173**	**732.718**	**(693.267)**	**3.326.624**

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total Registrados
2025	234.264	187.411	421.675
2026	440.471	352.376	792.847
2027	338.144	270.515	608.659
2028	298.418	238.735	537.153
2029	364.459	291.567	656.026
2030 a 2032	216.408	173.127	389.535
2033 a 2035	184.462	147.569	332.031
Total em 30/06/2025	**2.076.626**	**1.661.300**	**3.737.926**
Total em 31/12/2024	**2.052.607**	**1.642.086**	**3.694.693**

O valor presente total dos créditos tributários é de R$2.717.802 (31/12/2024 – R$2.660.473), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	30/06/2025	31/12/2024
Superveniência de Depreciação	3.705	6.637
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	28.149	19.228
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	400	392
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – *Hedge Accounting*	6.619	5.815
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	163.495	166.134
Superávit Atuarial	99.817	90.390
Outros Débitos Temporários	13.311	13.179
Arrendamento Mercantil IFRS 16	95.806	105.745
Total	**411.302**	**407.520**

Notas Explicativas

Nota 16 – Investimentos em Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Patrimônio Líquido 30/06/2025	Participação do Capital Social (%) 30/06/2025	Valor do Invest. 30/06/2025	Resultado Líquido 01/01 a 30/06/2025	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/06/2025 (1)
Empresas Coligadas					
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	64.060	49,90	31.966	7.691	3.838
Banrisul Icatu Participações S.A.	325.866	49,99	162.900	95.320	47.650
Total	**389.926**		**194.866**	**103.011**	**51.488**

	Patrimônio Líquido 31/12/2024	Participação do Capital Social (%) 31/12/2024	Valor do Invest. 31/12/2024	Resultado Líquido 01/01 a 30/06/2024	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/06/2024 (1)
Empresas Coligadas					
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	61.326	49,90	30.602	14.071	7.021
Banrisul Icatu Participações S.A.	338.069	49,99	169.000	124.303	62.139
Total	**399.395**		**199.602**	**138.374**	**69.160**

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 31/12/2024							
Custo	654.571	39.498	332.644	187.931	687.186	29.374	1.931.204
Depreciação Acumulada	(329.338)	-	(134.732)	(98.171)	(412.164)	(22.253)	(996.658)
Valor Contábil Líquido	**325.233**	**39.498**	**197.912**	**89.760**	**275.022**	**7.121**	**934.546**
Aquisições	25.392	20.472	18.874	6.350	2.400	328	73.816
Alienações – Baixas Custo	(43.773)	(49)	(3.457)	(1.483)	(46.400)	(104)	(95.266)
Alienações – Baixas da Depreciação	37.691	-	1.276	1.311	40.207	104	80.589
Depreciação	(40.808)	-	(6.974)	(4.381)	(39.966)	(762)	(92.891)
Transferências Líquido Custo	(1)	(24.648)	-	1.797	22.846	6	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(176)	154	22	-
Movimentação Líquida no Período	**(21.499)**	**(4.225)**	**9.719**	**3.418**	**(20.759)**	**(406)**	**(33.752)**
Total em 30/06/2025							
Custo	636.189	35.273	348.061	194.595	666.032	29.604	1.909.754
Depreciação Acumulada	(332.455)	-	(140.430)	(101.417)	(411.769)	(22.889)	(1.008.960)
Valor Contábil Líquido	**303.734**	**35.273**	**207.631**	**93.178**	**254.263**	**6.715**	**900.794**

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Até 12 Meses	74.724	81.740
De 1 a 5 Anos	147.458	164.093
Acima de 5 Anos	8.698	5.440
Total [(1)]	**230.880**	**251.273**

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R$85.513 (Nota 35b).

Nota 18 – Intangível

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento [(1)]	Outros	Total
Total em 31/12/2024				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.627)	(1.228.094)	(875)	(1.427.596)
Valor Contábil Líquido	**117.340**	**348.243**	**-**	**465.583**
Aquisições	5.820	12.495	-	18.315
Alienações – Baixas Custo	(38)	(393)	-	(431)
Alienações – Baixas da Amortização	38	207	-	245
Amortização do Período	(13.669)	(95.309)	-	(108.978)
Movimentação Líquida no Período	**(7.849)**	**(83.000)**	**-**	**(90.849)**
Total em 30/06/2025				
Custo	321.749	1.588.439	875	1.911.063
Amortização Acumulada	(212.258)	(1.323.196)	(875)	(1.536.329)
Valor Contábil Líquido	**109.491**	**265.243**	**-**	**374.734**

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Notas Explicativas

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos	24.103.029	7.149.655	4.820.250	30.224.051	13.755.857	12.659.060	92.711.902	88.194.890
À Vista	2.811.985	-	-	-	-	-	2.811.985	4.387.034
Poupança	11.201.622	-	-	-	-	-	11.201.622	11.402.348
Interfinanceiros	-	1.639.078	179.970	243.437	-	-	2.062.485	1.697.092
A Prazo [1]	-	5.510.577	4.640.280	29.980.614	13.755.857	12.659.060	66.546.388	62.213.911
Judiciais e Administrativos [2]	9.852.536	-	-	-	-	-	9.852.536	8.221.103
Outros Depósitos	236.886	-	-	-	-	-	236.886	273.402
Captações no Mercado Aberto	-	23.676.774	22.180	-	-	-	23.698.954	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.321.453	3.849.179	3.091.029	24.792	-	9.286.453	6.936.464
Dívidas Subordinadas (LFSN) [3]	-	-	-	-	-	456.385	456.385	421.812
Obrigações por Empréstimos [4]	-	613.608	1.626.299	135.950	40.464	8.698	2.425.019	2.513.508
Obrigações por Repasses [5]	-	281.349	674.219	1.377.413	879.604	657.774	3.870.359	3.065.190
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	5.703.091	-	2.169	-	-	5.705.260	6.969.934
Total	**24.103.029**	**39.745.930**	**10.992.127**	**34.830.612**	**14.700.717**	**13.781.917**	**138.154.332**	**130.340.792**

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,11% e 17,89% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,05% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 36a).

(3) Em 16 de setembro de 2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R$300.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência (PR) do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme IFRS 16.

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Notas Explicativas

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024
Relações Interfinanceiras	891.417	-	891.417	713.328	-	713.328
Relações Interdependências	686.098	-	686.098	215.281	-	215.281
Operações de Câmbio	126.276	-	126.276	1.817.436	-	1.817.436
Negociação e Intermediação de Valores	9.110	-	9.110	3.417	-	3.417
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-	-	-	15.358	-	15.358
Credores por Recursos a Liberar	64.253	-	64.253	123.952	-	123.952
Transações com Cartões a Pagar	1.230.816	-	1.230.816	1.221.824	-	1.221.824
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.401.253	-	2.401.253	2.411.049	-	2.411.049
Outros	293.868	2.169	296.037	445.672	2.617	448.289
Total	**5.703.091**	**2.169**	**5.705.260**	**6.967.317**	**2.617**	**6.969.934**

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo (Nota 22) [1]	(90.897)	-	(90.897)	(12.665)	(311.633)	(324.298)
Operações de Swap	(89.334)	-	(89.334)	(12.665)	(311.633)	(324.298)
Operações de Câmbio	(1.577)	-	(1.577)	-	-	-
Operações Futuros DI	14	-	14			
Dívidas Subordinadas [2]	1.663.277	-	1.663.277	97.136	1.783.578	1.880.714
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota22)	1.660.292	-	1.660.292	89.845	1.787.873	1.877.718
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	2.985	-	2.985	7.291	(4.295)	2.996
Total	**1.572.380**	**-**	**1.572.380**	**84.471**	**1.471.945**	**1.556.416**

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.
(2) Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier* 2) no mercado externo no montante de US$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 30/06/2025	Valor Justo 31/12/2024
Swap		**105.017**	**(15.683)**	**89.334**	**324.298**
Ativo	1.493.020	187.032	(15.684)	171.348	392.201
Passivo	(1.493.020)	(82.015)	1	(82.014)	(67.903)
Futuros de DI [1]	**1.529.895**	**1.131.426**	**398.469**	**1.529.895**	**1.427.442**

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Notas Explicativas

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Swap		**89.334**	**(636)**	**89.970**
Ativo	1.493.020	171.348	4.488	166.860
Passivo	(1.493.020)	(82.014)	(5.124)	(76.890)
Futuros de DI	**1.529.895**	**1.529.895**	**599.670**	**930.225**
Ajuste Líquido *Swap* 30/06/2025		**89.334**	**(636)**	**89.970**
Ajuste Líquido *Swap* 31/12/2024		**324.298**	**6.808**	**5.858**

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma "casada" com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset* (*ratio analysis*) para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

***Hedge* e Risco de Mercado**	**Valor de Referência (US$)**	**Index Ativo**	**Index Passivo**	**MTM**	**MTM DV1**	**Efeito MTM**
Instrumento de *Hedge*						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	59.384	59.348	36
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	29.950	29.932	18
Total				**89.334**	**89.280**	**54**
Objeto de *Hedge*						
Tier 2	300.000		USD+5,375%	(1.660.292)	(1.660.238)	(54)
DV01						**-99,94%**

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R$111.110 (31/12/2024 – R$37.217).

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação. A tabela a seguir apresenta as operações de câmbio na data de reporte:

Notas Explicativas

			30/06/2025
Operações de Câmbio	**Nocional**	**Valor Justo**	**MTM**
Compra			
Liquidação Pronta	30.197	29.958	(239)
Liquidação Futura	11.339	10.911	(428)
Subtotal	**41.536**	**40.869**	**(667)**
Venda			
Liquidação Pronta	(126.206)	(124.458)	1.748
Liquidação Futura	(100.979)	(100.483)	496
Subtotal	**(227.185)**	**(224.941)**	**2.244**
Total	**(185.649)**	**(184.072)**	**1.577**

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial em 31/12/2024	**849.648**	**1.755.876**	**289.917**	**7.455**	**2.902.896**
Constituição e Atualização Monetária	18.905	218.330	29.026	103	266.364
Reversão da Provisão	-	-	(11.822)	-	(11.822)
Baixas por Pagamento	(1.432)	(125.707)	(29.828)	-	(156.967)
Saldo Final em 30/06/2025	**867.121**	**1.848.499**	**277.293**	**7.558**	**3.000.471**
Devedores por Depósitos em Garantia em 36/06/2025	167.740	906.444	151.187	-	1.225.371

	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial em 31/12/2023	**816.654**	**1.594.772**	**254.705**	**1.972**	**2.668.103**
Constituição e Atualização Monetária	13.579	215.021	36.160	28	264.788
Reversão da Provisão	-	-	(36)	-	(36)
Baixas por Pagamento	(734)	(129.938)	(17.843)	-	(148.515)
Saldo Final em 30/06/2024	**829.499**	**1.679.855**	**272.986**	**2.000**	**2.784.340**
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/06/2024	145.265	815.769	84.570	-	1.045.604

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R$838.039 (31/12/2024 – R$821.312); e
- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R$1.519 (31/12/2024 – R$1.458).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R$840.936 (31/12/2024 – R$827.112). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da

Notas Explicativas

Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R$242.676 (31/12/2024 – R$135.972), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R$215.393 (31/12/2024 – R$109.367) e como perda provável o montante de R$27.283 (31/12/2024 – R$26.605), que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$802.907 (31/12/2024 – R$764.809). Adicionalmente, o valor de R$103.537 (31/12/2024 – R$102.577) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R$1.082.954 (31/12/2024 – R$1.680.118), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tíquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R$151.187 (31/12/2024 – R$87.665).

Existem ainda R$401.919 (31/12/2024 – R$397.136) relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela,

Notas Explicativas

cuja condenação permaneceu, houve a reversão da provisão em R$158.929, restando provisionado o valor de R$7.558 (31/12/2024 – R$7.455).

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	30/06/2025	31/12/2024
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	181.883	13.615
Obrigações Sociais e Estatutárias	137.681	194.674
Provisão de Pessoal	208.025	159.424
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	196.910	102.098
Credores Diversos	201.473	318.901
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego [(1)]	569.694	483.485
Provisões para Pagamentos a Efetuar	221.421	169.300
Rendas Antecipadas	110.094	115.571
Outros	4.895	5.483
Total	**1.832.076**	**1.562.551**

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 35e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R$8.300.000 (31/12/2024 – R$8.000.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Total em 31/12/2024	**205.064.841**	**100,00**	**1.373.091**	**100,00**	**202.536.545**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30/06/2025	**205.064.841**	**100,00**	**1.373.091**	**100,00**	**202.536.545**	**100,00**	**408.974.477**	**100,00**

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
  - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
  - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro

Notas Explicativas

distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
  - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
  - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R$180.000, referente aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do período de reporte (01/01 a 30/06/2024 – R$100.000), imputado aos dividendos, líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R$81.000 (01/01 a 30/06/2024 – R$45.000).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2025 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Notas Explicativas

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	**618.879**	**434.610**
Ajuste		
Reserva Legal	(30.944)	(21.731)
Base de Cálculo dos Dividendos	**587.935**	**412.879**
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	146.984	103.220
Dividendo Adicional 15%	88.190	61.932
Total dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	**235.174**	**165.152**
Juros sobre Capital Próprio Pagos [1]	**168.769**	**94.033**
Ações Ordinárias – R$440,12526 por lote de mil ações	90.254	50.141
Ações Preferenciais A – R$440,12526 por lote de mil ações	604	336
Ações Preferenciais B – R$440,12526 por lote de mil ações	89.142	49.523
Imposto de Renda na Fonte	(11.231)	(5.967)
Distribuição de Dividendos [(1)]	**66.405**	**71.119**
Ações Ordinárias – R$162,36981 por lote de mil ações	33.296	35.660
Ações Preferenciais A – R$162,36981 por lote de mil ações	223	239
Ações Preferenciais B – R$162,36981 por lote de mil ações	32.886	35.220
Total de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	**235.174**	**165.152**

(1) Valores por lote de mil ações relativos ao período corrente.

Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Receitas com Juros e Similares	**5.354.288**	**10.112.111**	**3.947.858**	**7.729.347**
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo	660.899	1.299.674	491.860	779.017
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	4.693.389	8.812.437	3.455.998	6.950.330
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	428.307	796.551	285.455	580.533
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	156.024	270.633	101.279	255.428
Títulos e Valores Mobiliários	1.417.593	2.476.103	813.627	1.685.390
Operações de Crédito	2.699.537	5.238.865	2.212.288	4.378.788
Outros Ativos Financeiros	(8.072)	30.285	43.349	50.191
Despesas com Juros e Similares	**(3.620.705)**	**(6.903.461)**	**(2.685.714)**	**(5.068.342)**
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	59.541	158.759	(191.092)	(242.994)
Resultado de Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(3.680.246)	(7.062.220)	(2.494.622)	(4.825.348)
Depósitos	(2.441.502)	(4.578.746)	(1.652.093)	(3.237.224)
Captação no Mercado Aberto	(848.759)	(1.552.260)	(479.535)	(966.186)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(291.595)	(518.389)	(166.886)	(339.194)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(98.390)	(412.825)	(196.108)	(282.744)
Total	**1.733.583**	**3.208.650**	**1.262.144**	**2.661.005**

Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	545	1.786	(1.101)	(37.003)
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	8.964	20.934	(37.113)	(51.954)
Ganhos/(Perdas) com Derivativos	(116.891)	(276.248)	176.862	205.792
Total	**(107.382)**	**(253.528)**	**138.648**	**116.835**

Notas Explicativas

Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Administração de Fundos	33.380	63.661	27.071	54.516
Cobrança e Custódia	13.762	27.548	13.789	25.837
Administração de Consórcios	31.426	62.410	34.744	71.130
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	131.752	266.640	139.698	277.526
Arrecadação	8.247	15.961	8.468	17.802
Comissões de Corretagem de Seguros	74.973	149.380	72.886	142.391
Cartão de Crédito	61.506	120.522	51.755	104.853
Serviços de Conta Corrente	151.496	303.749	143.008	296.284
Outras	18.918	37.072	20.097	38.451
Total	**525.460**	**1.046.943**	**511.516**	**1.028.790**

Nota 29 – Despesas de Pessoal

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/6/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Remuneração Direta	336.241	664.603	320.663	628.206
Benefícios	112.344	224.147	106.947	218.783
Encargos Sociais	147.831	287.139	138.896	265.016
Treinamento	2.207	2.637	1.491	2.926
Participações dos Empregados no Resultado	75.993	135.605	62.635	121.668
Total	**674.616**	**1.314.131**	**630.632**	**1.236.599**

Nota 30 – Outras Despesas Administrativas

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Comunicações	19.616	37.244	13.757	27.077
Processamento de Dados	65.350	128.402	75.534	133.472
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	36.095	69.131	32.883	65.633
Amortização e Depreciação	100.958	201.869	102.265	201.968
Aluguéis e Condomínios	19.979	36.245	13.455	24.622
Materiais	2.988	5.360	2.426	4.919
Serviços de Terceiros	124.791	241.468	123.408	255.763
Serviços Técnicos Especializados	58.720	105.761	44.225	96.559
Propaganda, Promoções e Publicidade [1]	38.253	78.990	35.868	80.639
Manutenção e Conservação de Bens	26.839	57.024	17.455	38.338
Água, Energia e Gás	6.867	16.690	5.852	14.990
Serviços do Sistema Financeiro	10.775	21.028	11.215	22.009
Outras	24.315	57.117	24.178	45.294
Total	**535.546**	**1.056.329**	**502.521**	**1.011.283**

(1) É composto principalmente por R$35.621 (01/01 a 30/06/2024 – R$33.097) de despesa com propaganda institucional e R$40.506 (01/01 a 30/06/2024 – R$37.725) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Notas Explicativas

Nota 31 – Outras Receitas Operacionais

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01a 30/06/2024
Recuperação de Encargos e Despesas	2.251	11.642	5.417	12.662
Reversão de Provisões Operacionais	27.595	31.749	(1.058)	776
Tarifas Interbancárias	4.040	8.209	5.318	13.186
Títulos de Créditos a Receber	7.064	13.332	5.930	11.729
Receitas Diversas com Cartões	4.531	9.219	5.651	9.735
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	234	5.591	(384)	5.294
Atualização de Depósitos Judiciais	23.420	42.831	16.496	31.288
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	81.925	145.612	74.200	138.778
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	8.570	19.712	22.159	41.721
Atualização de Ativo Atuarial	26.277	26.277	12.850	12.850
Outras	15.394	23.162	8.522	13.540
Total	**201.301**	**337.336**	**155.101**	**291.559**

Nota 32 – Outras Despesas Operacionais

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Descontos Concedidos em Renegociações	37.715	49.248	57.965	95.356
Despesas com Cartões	1.990	5.364	2.790	5.333
Convênio INSS	76.300	150.613	93.261	172.102
Convênios Crédito Consignado	2.269	4.263	1.676	3.394
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.867	5.859	2.672	5.326
Despesas Associados a Transações de Pagamento	34.821	68.869	29.753	60.461
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	2.540	6.388	11.757	15.333
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	1.781	4.239	2.448	5.368
Bônus Banrisul de Vantagens	10.376	20.328	6.857	14.391
Tarifas Não Recebidas	5.891	9.991	5.872	11.576
Atualização de Obrigações Atuariais	56	56	6.838	6.838
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	4.903	11.220	4.646	10.300
Outras	17.109	35.349	8.220	18.912
Total	**199.618**	**371.787**	**234.755**	**424.690**

Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	586.077	842.827	318.264	548.756
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	**(234.001)**	**(322.437)**	**(128.831)**	**(219.761)**
Efeito no Cálculo dos Tributos	**55.154**	**109.791**	**55.867**	**99.811**
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	40.500	81.000	39.967	78.443
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.463	23.170	12.365	31.122
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	-	-	(22.869)	(43.884)
Outros Valores	4.191	5.621	26.404	34.130
Total de IR e CSLL	**(178.847)**	**(212.646)**	**(72.964)**	**(119.950)**
Corrente	(127.346)	(219.982)	(176.533)	(266.692)
Diferido	(51.501)	7.336	103.569	146.742

Notas Explicativas

Nota 34 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2024
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R$ Mil	**407.087**	**629.877**	**245.197**	**428.538**
Ações Ordinárias	204.118	315.806	122.945	214.874
Ações Preferenciais A	1.367	2.159	823	1.439
Ações Preferenciais B	201.602	311.912	121.429	212.225
Média Ponderada das Ações em Circulação	**408.974.477**	**408.974.477**	**408.974.477**	**408.974.477**
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R$				
Ação Ordinária	1,00	1,54	0,60	1,05
Ação Preferencial A	1,00	1,57	0,60	1,05
Ação Preferencial B	1,00	1,54	0,60	1,05

Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV,

Notas Explicativas

FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Instrução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

Notas Explicativas

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo revisadas periodicamente.

	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.)[1]			Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas – 30/06/2025	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**(% a.a.)**
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,67	2,23	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	100,00
Inflação Esperada	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58
Taxa de Desconto Nominal	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,41	4,58	7,37	7,37	6,91	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	7,37
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,89	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	5,63	5,63	4,58

	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.) [1]			Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**(% a.a.)**
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano [2]	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Notas Explicativas

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2025 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2024 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde [1]							
PAM	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	Conforme Planos de Previdência [2]	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência [2]
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Notas Explicativas

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 30/06/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por

Notas Explicativas

invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Notas Explicativas

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

30/06/2025	Alocação %					
Categorias	**PB I**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**Saúde**
Caixa e Equivalente	-	-	0,01	-	-	0,05
Renda Fixa	79,90	80,04	77,32	79,60	83,62	98,94
Renda Variável	6,23	4,20	4,18	3,02	4,21	1,01
Imóveis	6,48	3,82	-	1,32	6,69	-
Outros	7,39	11,94	18,49	16,06	5,48	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

31/12/2024	Alocação %					
Categorias	**PB I**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**Saúde**
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R$3.282 (31/12/2024 – R$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R$163.762 (31/12/2024 – R$163.762).

Notas Explicativas

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com a IAS 19, é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2025	31/12/2024
Planos de Previdência		
PBI	367.253	332.368
PBS	48.334	3.157
FBPREV	(6)	(2)
FBPREV II	(72)	(68)
FBPREV III	24.691	24.639
Planos de Saúde	(185.374)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	129.416	123.321
Total	**384.242**	**310.468**

Notas Explicativas

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com a IAS 19 é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.125.757	1.283.678	19.163	213.994	316.313	185.374	129.416
Valor Justo dos Ativos do Plano	(758.504)	(1.235.344)	(40.341)	(292.327)	(312.396)	(381.326)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**367.253**	**48.334**	**(21.178)**	**(78.333)**	**3.917**	**(195.952)**	**129.416**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.172	78.261	-	10.578	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	20.774	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**367.253**	**48.334**	**(6)**	**(72)**	**24.691**	**(185.374)**	**129.416**

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	**332.368**	**3.157**	**(18.413)**	**(80.707)**	**(9.482)**	**(187.035)**	**123.321**
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**

Resultado no Período – 01/01/2025 a 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.188	5.098	2.204	899	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	**20.136**	**(87)**	**54**	**146**	**1.506**	**(11.146)**	**8.268**

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	**33.779**	**13.764**	**623**	**79**	**2.743**	**(11.819)**	**20.032**

Notas Explicativas

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.573	(7.476)	(15.551)	(4.409)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	**38.493**	**49.798**	**229**	**68**	**96**	**5.266**	**2.609**

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	**(34.989)**	**(206.166)**	**41**	**91**	**(9.589)**	**(36.674)**	**(52.799)**

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	20.136	(87)	54	146	1.506	(11.146)	8.268
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	38.493	49.798	229	68	96	5.266	2.609
Contribuições do Empregador	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	(6.547)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(4.782)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**367.253**	**48.334**	**(6)**	**(72)**	**24.691**	**(185.374)**	**129.416**

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	**376.813**	**203.355**	**(2)**	**(63)**	**34.245**	**(110.969)**	**162.215**
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	**332.368**	**3.157**	**(2)**	**(68)**	**24.639**	**(172.947)**	**123.321**

Notas Explicativas

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	**(768.593)**	**(1.222.761)**	**(37.864)**	**(282.121)**	**(310.284)**	**(359.982)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	93.035	60.137	1.038	10.255	20.488	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(38.436)	(4.733)	(295)	(219)	(1.192)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(758.504)**	**(1.235.344)**	**(40.341)**	**(292.327)**	**(312.396)**	**(381.326)**	**-**

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	**(871.393)**	**(1.241.976)**	**(34.021)**	**(267.653)**	**(317.652)**	**(313.280)**	**-**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	**(768.593)**	**(1.222.761)**	**(37.864)**	**(282.121)**	**(310.284)**	**(359.982)**	**-**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	**1.100.961**	**1.225.918**	**19.451**	**201.414**	**300.802**	**172.947**	**123.321**
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Contribuições de Participante Realizadas no Período	38.436	4.733	295	219	1.192	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Benefícios Pagos no Período	(93.035)	(60.137)	(1.038)	(10.255)	(20.488)	(6.547)	(4.782)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.125.757**	**1.283.678**	**19.163**	**213.994**	**316.313**	**185.374**	**129.416**

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	**1.248.206**	**1.445.331**	**22.044**	**228.825**	**351.897**	**202.311**	**162.215**
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	**1.100.961**	**1.225.918**	**19.451**	**201.414**	**300.802**	**172.947**	**123.321**

Notas Explicativas

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	8	-	249	(387)	(14)	812	1.845
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	62.368	71.295	1.062	11.852	17.444	10.691	6.061
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(42.175)	(68.781)	(2.325)	(16.478)	(17.301)	(22.850)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1.279	4.686	1.255	633	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	**20.201**	**2.514**	**265**	**(327)**	**1.384**	**(10.714)**	**7.906**

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	23.744	5.227	160	598	1.445	7.163	-
Contribuições do Participante	38.436	5.227	160	598	1.445	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	93.035	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	28.310

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	110.436	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	28.310
2026	207.429	129.119	1.964	18.730	37.991	13.886	33.242
2027	202.024	127.570	1.960	18.580	36.841	14.167	9.669
2028	195.201	125.604	1.920	18.363	35.643	14.387	8.845
2029	190.012	123.564	1.896	18.174	34.415	14.631	10.579
2030 a 2034	836.029	581.905	9.307	87.271	152.534	73.189	19.836

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

						Planos de Saúde			
***Duration* (em anos)**	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
30/06/2025	6,90	8,76	7,50	9,17	7,55	Conforme Planos de Previdência [(1)]	8,62	10,65	5,25
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência [(1)]	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Notas Explicativas

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

						Planos de Saúde			
Quantidade de Participantes – 31/12/2024	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
Ativos	109	295	4801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	**2.948**	**2.857**	**4.922**	**4.730**	**1.554**	**8.622**	**3.274**	**13.503**	**9.360**

						Planos de Saúde			
Quantidade de Participantes – 31/12/2023	**PBI**	**PBS**	**FBPREV**	**FBPREV II**	**FBPREV III**	**PAM**	**POD**	**PROMED**	**Prêmio Aposentadoria**
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	**2.998**	**2.877**	**5.003**	**4.763**	**1.571**	**8.803**	**3.394**	**13.742**	**9.138**

Notas Explicativas

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35.081)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	37.349
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(26.779)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.191
PBS		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(50.051)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	53.983
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(31.267)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	34.840
FBPREV		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(663)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	710
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(936)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	943
FBPREV II		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.420)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.118
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.683)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.026
FBPREV III		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.277)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.992
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7.612)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.306
Planos de Saúde		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7.824)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.560
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.913)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.367
Prêmio Aposentadoria		**Impacto**
Descrição da Premissa	**Análise de Sensibilidade**	**Efeito no VPOA**
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.134)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.382
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(234)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	235

Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual n º 12.069, alterada pela Lei n º 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R$15.940.832 (31/12/2024 – R$15.206.900), dos quais R$9.895.835 (31/12/2024 – R$9.895.835) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e

Notas Explicativas

Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	30/06/2025	31/12/2024
Fundos de Investimentos [1]	19.863.959	17.892.456
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	57.146	65.735
Fundos de Ações	127.097	127.344
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.021	9.983
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	14.974.433	14.165.236
Carteiras Administradas	483.719	599.837
Total	**35.516.375**	**32.860.591**

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de grupos de consórcios 138 (31/12/2024 – 133) para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem consorciados ativos 78.643 (31/12/2024 – 77.832).

Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

  O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23 de julho de 2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Coligadas do Banrisul:

Notas Explicativas

- Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado; e
- Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2025	31/12/2024	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.299.495)	(15.743.183)	(958.245)	(687.232)
Outros Ativos	5.032	5.244	-	-
Depósitos à Vista	(287.057)	(1.563.324)	-	-
Captações no Mercado Aberto [1]	(14.974.433)	(14.165.236)	(958.245)	(687.232)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [2]	(10.196)	(2.002)	-	-
Outros Passivos	(32.841)	(17.865)	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(75.416)	(83.546)	-	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado [2]	(75.317)	(83.449)	-	-
Outros Passivos	(99)	(97)	-	-
Total	**(15.374.911)**	**(15.826.729)**	**(958.245)**	**(687.232)**

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.
(2) Contempla contratos de *leasing* financeiro no valor de R$85.513.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2024
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	12.351	11.916
Remuneração	9.618	9.273
Encargos Sociais	2.733	2.643
Benefícios Pós-Emprego	502	313
Planos de Previdência Complementar [1]	502	313
Total	**12.853**	**12.229**

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, sendo pago prêmio de seguro no montante de R$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 10.422 ações, conforme Nota 25a.

Nota 38 – Informações por Segmentos

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços.

Notas Explicativas

A Administração, considerando as operações realizadas por meio do Banrisul e suas controladas, apresenta quatro segmentos de negócio: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos.

As informações dos segmentos, demonstradas na tabela a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

O Consolidado Gerencial do Banrisul apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, sendo estes resultados reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos no segmento e de avaliação do desempenho do segmento.

O Banrisul não possui cliente que representam mais de 10% da sua receita líquida total.

Segmento Bancário: esse segmento compreende produtos e serviços como captação de recursos por meio de depósitos e letras de crédito, operações de crédito, serviços de conta corrente, cartão de crédito e arrecadação de tributos. Também fazem parte do segmento bancário os serviços de meios de pagamentos com prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), produtos e serviços esses que geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários através da empresa controlada Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. Os serviços ofertados dentro do segmento bancário são disponibilizados aos clientes por meio da rede de agências e canais de distribuição.

Segmento de Seguridade: nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul. O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização.

Segmento de Consórcios: esse segmento é responsável pela criação e administração de grupos de consórcios nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola, dentre outros bens e serviços.

Outros Segmentos: esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores. Compreende os segmentos que realizam a intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável de clientes junto à B3 S.A., administração de fundos de investimentos, locação de espaços, armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, sendo apresentados agregados por não serem individualmente representativos.

Notas Explicativas

								30/06/2025
	Bancário	Seguridade	Consórcios	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de GAAP	Consolidado IFRS
Receitas de Juros	10.121.705	29.188	37.182	13.692	(62.804)	10.138.963	(26.852)	10.112.111
Despesas de Juros	(6.966.205)	-	(64)	-	62.808	(6.903.461)	-	(6.903.461)
Receita Líquida de Juros	**3.155.500**	**29.188**	**37.118**	**13.692**	**4**	**3.235.502**	**(26.852)**	**3.208.650**
Perda Líquida Esperada	(519.169)	-	(24)	110		(519.083)	48.304	(470.779)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	**2.636.331**	**29.188**	**37.094**	**13.802**	**4**	**2.716.419**	**21.452**	**2.737.871**
Receita não de Juros	**1.169.104**	**192.913**	**68.887**	**51.336**	**(104.347)**	**1.377.893**	**5.361**	**1.383.254**
Receitas de Prestação de Serviços	785.564	149.380	67.270	48.447	(3.718)	1.046.943	-	1.046.943
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(253.545)	-	-	21	(4)	(253.528)	-	(253.528)
Resultado de Participação em Coligadas	3.838	42.289	-	-	-	46.127	5.361	51.488
Outras Receitas Operacionais	633.247	1.244	1.617	2.868	(100.625)	538.351	-	538.351
Despesas não de Juros	**(3.254.899)**	**(46.730)**	**(40.159)**	**(29.629)**	**104.322**	**(3.267.095)**	**(11.203)**	**(3.278.298)**
Despesas de Pessoal	(1.307.622)	(1.735)	(1.496)	(7.414)	4.136	(1.314.131)	-	(1.314.131)
Outras Despesas Administrativas	(1.076.026)	(23.340)	(27.186)	(19.059)	100.249	(1.045.362)	(10.967)	(1.056.329)
Contribuições, Taxas e Outros Impostos	(245.064)	(21.628)	(11.327)	(3.257)	3	(281.273)	(236)	(281.509)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(254.818)	(2)	14	264	-	(254.542)	-	(254.542)
Outras Despesas Operacionais	(371.369)	(25)	(164)	(163)	(66)	(371.787)	-	(371.787)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**550.536**	**175.371**	**65.822**	**35.509**	**(21)**	**827.217**	**15.610**	**842.827**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**(129.094)**	**(45.231)**	**(20.080)**	**(13.629)**	**-**	**(208.034)**	**(4.612)**	**(212.646)**
Lucro Líquido do Período	**421.442**	**130.140**	**45.742**	**21.880**	**(21)**	**619.183**	**10.998**	**630.181**
Ativo	**156.663.667**	**425.401**	**737.052**	**279.174**	**(2.051.058)**	**156.054.236**	**283.990**	**156.338.226**
Passivo	**146.064.491**	**134.824**	**216.647**	**44.377**	**(1.054.967)**	**145.405.372**	**95.806**	**145.501.178**
Patrimônio Líquido	**10.599.176**	**290.577**	**520.405**	**234.797**	**(996.091)**	**10.648.864**	**188.184**	**10.837.048**

Notas Explicativas

	30/06/2024							
	Bancário	**Seguridade**	**Consórcios**	**Outros Segmentos**	**Transações Intersegmentos**	**Consolidado Gerencial**	**Ajustes de GAAP**	**Consolidado IFRS**
Receitas de Juros	7.720.618	21.839	26.789	10.446	(48.378)	7.731.314	(1.967)	7.729.347
Despesas de Juros	(5.108.134)	-	-	(1)	47.294	(5.060.841)	(7.501)	(5.068.342)
Receita Líquida de Juros	**2.612.484**	**21.839**	**26.789**	**10.445**	**(1.084)**	**2.670.473**	**(9.468)**	**2.661.005**
Perda Líquida Esperada	(471.902)	-	-	-	-	(471.902)	(54.488)	(526.390)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	**2.140.582**	**21.839**	**26.789**	**10.445**	**(1.084)**	**2.198.571**	**(63.956)**	**2.134.615**
Receita não de Juros	**1.410.357**	**181.593**	**71.734**	**40.134**	**(100.809)**	**1.603.009**	**23.970**	**1.626.979**
Receitas de Prestação de Serviços	781.479	142.391	71.130	38.998	(5.208)	1.028.790	-	1.028.790
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	116.835	-	-	(1.379)	1.379	116.835	-	116.835
Resultado de Participação em Coligadas	7.021	38.169	379	-	(379)	45.190	23.970	69.160
Outras Receitas Operacionais	505.022	1.033	225	2.515	(96.601)	412.194	-	412.194
Despesas não de Juros	**(3.218.169)**	**(40.179)**	**(36.076)**	**(29.550)**	**101.802**	**(3.222.172)**	**9.334**	**(3.212.838)**
Despesas de Pessoal	(1.229.158)	(10.998)	(666)	(7.523)	11.746	(1.236.599)	-	(1.236.599)
Outras Despesas Administrativas	(1.057.489)	(10.349)	(23.686)	(18.711)	89.618	(1.020.617)	9.334	(1.011.283)
Contribuições, Taxas e Outros Impostos	(242.872)	(18.813)	(11.094)	(2.738)	3	(275.514)	-	(275.514)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(264.244)	(11)	(46)	(451)	-	(264.752)	-	(264.752)
Outras Despesas Operacionais	(424.406)	(8)	(584)	(127)	435	(424.690)	-	(424.690)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**332.770**	**163.253**	**62.447**	**21.029**	**(91)**	**579.408**	**(30.652)**	**548.756**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**(79.731)**	**(42.556)**	**(16.336)**	**(5.907)**	**-**	**(144.530)**	**24.580**	**(119.950)**
Lucro Líquido do Período	**253.039**	**120.697**	**46.111**	**15.122**	**(91)**	**434.878**	**(6.072)**	**428.806**
Ativo em 31/12/2024	**148.043.261**	**463.161**	**648.196**	**250.379**	**(1.987.049)**	**147.417.948**	**518.567**	**147.936.515**
Passivo em 31/12/2024	**137.633.259**	**260.435**	**162.268**	**32.445**	**(1.084.167)**	**137.004.240**	**513.522**	**137.517.762**
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	**10.410.002**	**202.726**	**485.928**	**217.934**	**(902.882)**	**10.413.708**	**5.045**	**10.418.753**

Notas Explicativas

Nota 39 – Outras Informações

Em acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresenta-se a seguir as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (demonstrações financeiras individuais em BRGAAP):

Demonstrações Financeiras Individuais	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
1 – Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros	
A provisão para perda esperada de ativos financeiros é constituída a partir dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, dentre os quais há provisão mínima para os créditos considerados problemáticos de acordo com a classificação em carteiras (C1 a C5) e conforme o período de atraso.	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS9), onde todos os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários e limites de crédito concedidos são classificados em três estágios, com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da *probability of default* (PD) vezes a *loss given default* (LGD) vezes a *exposure at default* (ED).
2 – Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	
As operações de crédito e arrendamento mercantil foram registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no indexador e na taxa de juros pactuados no contrato até 31/12/2024. Em 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 adota prospectivamente o critério de taxa efetiva de juros.	As receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua originação, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação sendo a receita contabilizada pela taxa de juros efetiva.
3 – IR/CS Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de IR e CSLL diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras para o padrão IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável. A partir de 01 de janeiro 2023 houve alteração na IAS 12 sobre o reconhecimento do imposto diferido sobre ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Nota 2b).
4 – Contratos Seguros – IFRS 17	
Não Requerido.	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação de contratos de seguro. O Banrisul não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, entretanto, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., investida operacional indireta, é afetada pelas referidas normas contábeis. Desta forma o Banrisul reconhece através de equivalência patrimonial os efeitos da aplicação da norma nos contratos de seguros da referida empresa.
5 – Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
Segmentos de Negócios: Não Requerido	Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os ajustes de GAAP demonstrando as contas contábeis onde os ajustes ocorreram. As indicações contidas remetem à tabela anterior:

Balanço Patrimonial			**30/06/2025**
Ativo	**BRGAAP**	**Ajustes**	**IFRS**
Disponibilidades	1.316.612	-	1.316.612
Ativos Financeiros	148.510.974	234.528	148.745.502
Ao Custo Amortizado	125.490.089	234.528	125.724.617
Depósitos Compulsórios no Banco Central	12.473.048	-	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez [1]	3.266.590	-	3.266.590
Títulos e Valores Mobiliários [1]	42.998.161	-	42.998.161
Operações de Crédito [2]	64.018.274	47.674	64.065.948
Outros Ativos Financeiros	6.179.737	-	6.179.737
(Provisões para Perdas Esperadas) [1]	(3.445.721)	186.854	(3.258.867)
(Operações de Crédito)	(3.392.042)	186.854	(3.205.188)
(Outros Ativos Financeiros)	(53.679)	-	(53.679)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – TVM	19.557.387	-	19.557.387
Ao Valor Justo por meio do Resultado – TVM e Instrumentos Financeiros	3.463.498	-	3.463.498
Ativos Fiscais	4.116.017	(21.865)	4.094.152
Correntes	356.226	-	356.226
Diferidos [3]	3.759.791	(21.865)	3.737.926
Outros Ativos	711.566	-	711.566
Investimentos [4]	157.746	37.120	194.866
Imobilizado de Uso	866.104	34.690	900.794
Intangível	375.217	(483)	374.734
Total do Ativo	**156.054.236**	**283.990**	**156.338.226**
Passivo			
Passivos Financeiros	139.910.304	-	139.910.304
Ao Custo Amortizado	138.154.332	-	138.154.332
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.664.457	-	1.664.457
Provisão para Perda Esperada [1]	91.515	-	91.515
Compromissos de Empréstimos	86.013	-	86.013
Garantias Financeiras	5.502	-	5.502
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	3.000.471	-	3.000.471
Passivos Fiscais	662.521	95.806	758.327
Correntes	347.025	-	347.025
Diferidos [3]	315.496	95.806	411.302
Outros Passivos	1.832.076	-	1.832.076
Total do Passivo	**145.405.372**	**95.806**	**145.501.178**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.300.000	-	8.300.000
Reservas de Capital	5.098	-	5.098
Reservas de Lucros	2.488.738	183.348	2.672.086
Outros Resultados Abrangentes (ORA) [4]	(148.154)	4.836	(143.318)
Participação de Não Controladores	3.182	-	3.182
Patrimônio Líquido	**10.648.864**	**188.184**	**10.837.048**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**156.054.236**	**283.990**	**156.338.226**

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado			01/01 a 30/06/2025
	BRGAAP	Ajuste	IFRS
Receita com Juros e Similares [2]	10.138.963	(26.852)	10.112.111
Despesas com Juros e Similares	(6.903.461)	-	(6.903.461)
Receita Líquida com Juros e Similares	**3.235.502**	**(26.852)**	**3.208.650**
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	**(253.528)**	**-**	**(253.528)**
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	**201.015**	**-**	**201.015**
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida [1]	**(519.083)**	**48.304**	**(470.779)**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(603.399)	22.846	(580.553)
Outros Instrumentos Financeiros	84.316	25.458	109.774
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(1.836.689)**	**(5.842)**	**(1.842.531)**
Receita de Prestação de Serviços	1.046.943	-	1.046.943
Despesas de Pessoal	(1.314.131)	-	(1.314.131)
Outras Despesas Administrativas	(1.045.362)	(10.967)	(1.056.329)
Despesas Tributárias	(281.273)	(236)	(281.509)
Resultado de Participação em Coligadas [4]	46.127	5.361	51.488
Outras Receitas Operacionais	337.336	-	337.336
Outras Despesas Operacionais	(371.787)	-	(371.787)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(254.542)	-	(254.542)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**827.217**	**15.610**	**842.827**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**(208.034)**	**(4.612)**	**(212.646)**
Lucro Líquido do Período	**619.183**	**10.998**	**630.181**

Notas Explicativas

Nota 40 – Evento Subsequente

Emissão de Letras Financeiras

Em 14 de julho de 2025, em reunião do Conselho de Administração do Banrisul, foram aprovados os termos e condições da terceira emissão de Letra Financeira Subordinada (LFSN) no valor de R$700.000. Foram emitidas duas mil LFSN com valor nominal unitário de R$350, cuja remuneração é de CDI+1,65% a.a. O prazo de vencimento é de dez anos, com possibilidade de resgate a partir do quinto ano.

Notas Explicativas

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Guidance

As perspectivas divulgadas do *Guidance* em 31 de dezembro de 2024 estão mantidas, conforme tabela a seguir.

	Ano 2025 Projetado
Carteira de Crédito Total	6% a 10%
Margem Financeira (1)	7% a 12%
Custo de Crédito (2)	1,2% a 2,2%
Despesas Administrativas (3)	7% a 11%

(1) Excluídas as Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo.
(2) Despesas de Provisão para Perdas de Crédito líquidas das Receitas de Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo.
(3) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

As informações refletem os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Guidance* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não o atualizar mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2025.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Atendendo ao disposto nas Práticas de Governança Corporativa Nível 1, apresentamos a seguir, a posição acionária atualizada.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Banrisul									30.06.2025	
Acionista	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL	PN	%PN
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	751.479	0	201.976.838	98,13%	54,73%	0,00%	49,39%	751.479	0,37%
Real Investor Asset Management	0	0	10.794.700	10.794.700	0,00%	0,00%	5,33%	2,64%	10.281.926	5,04%
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%
Outros	3.839.482	621.612	191.741.845	196.202.939	1,87%	45,27%	94,67%	47,97%	192.363.457	94,59%
Total	**205.064.841**	**1.373.091**	**202.536.545**	**408.974.477**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**203.909.636**	**100,00%**
Última atualização:26/02/2025. Posição em 30.06.2025.										

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINSTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO					30.06.2025			
Acionista	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	751.479	0	201.976.838	98,13%	54,73%	0,00%	49,39%
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês	10.306	11	105	10.422	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	3.829.176	621.601	202.536.440	206.987.217	1,86%	45,27%	100,00%	50,61%
Total	**205.064.841**	**1.373.091**	**202.536.545**	**408.974.477**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Ações em circulação (free float)[2]	3.829.176	621.601	202.536.440	206.987.217	1,87%	45,27%	100,00%	50,61%
Última atualização: 26/02/2025. Posição em 30.06.2025								

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINSTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO					30.06.2024			
Acionista	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	751.479	0	201.976.838	98,13%	54,73%	0,00%	49,39%
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês	10305	0	105	10.410	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	3.829.177	621.612	202.536.440	206.987.229	1,86%	45,27%	100,00%	50,61%
Total	**205.064.841**	**1.373.091**	**202.536.545**	**408.974.477**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Ações em circulação (free float)	3.829.177	621.612	202.536.440	206.987.229	1,86%	45,27%	100,00%	50,61%
Posição em 30.06.2024.								

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução
Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações individuais do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase – informações comparativas
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias individuais, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário
Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As informações financeiras intermediárias individuais anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações individuais do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução
Revisamos as informações financeiras intermediárias consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado consolidadas
As informações financeiras intermediárias consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 , elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional de contabilidade IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo período, nos relatórios sem ressalvas sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, emitidos pela Deloitte Auditores Independentes, nesta data, concluem não terem conhecimento de fato algum que os leve a acreditar que os documentos anteriormente citados não foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

André Flores Coronel
Conselheiro

Mateus José de Lima Wesp
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
30 DE JUNHO DE 2025

1. INTRODUÇÃO
Em atendimento à Resolução CMN n° 4.910, de 27 de maio de 2021, e em conformidade com a Lei n° 13.303/2016 (Lei das Estatais), com o Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e por seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria elabora semestralmente relatório, contendo a descrição de suas atividades no período, a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, das auditorias independente e interna. Avalia, ainda, a qualidade das demonstrações financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, evidenciando as deficiências encontradas.

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2019 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 4.910/2021 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

Sua atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), identificados como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição; e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e as Diretorias do Banco.

É responsabilidade da Administração manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu Limited) cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul, Empresas Controladas e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira.

2. ATIVIDADES E DESTAQUES DO PERÍODO
O planejamento dos trabalhos para o ano de 2025, aprovado em 09 de dezembro de 2024, foi realizado considerando as principais atribuições do Comitê, e é revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. No período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025, o Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis pela auditoria, contabilidade, o controle interno, o gerenciamento de riscos, entre outros. Nesse período realizou 10 reuniões, contemplando 43 sessões, devidamente formalizadas em atas. Foram recebidas 172 matérias para análise.

Ao longo do 1º semestre de 2025 foram realizadas reuniões o Comitê de Riscos, Diretores do Banrisul e das Empresas Controladas, Auditores Independentes, a Auditoria Interna, os executivos das Unidades de Contabilidade, Controles, Compliance e Inspetoria, Estratégia e Inteligência de Crédito, Agronegócios, entre outras áreas que integram a Instituição.

Entre os assuntos tratados, importante ressaltar a avaliação e monitoramento sobre: os mecanismos de controle interno; as demonstrações financeiras, transações com partes relacionadas, informações e medições divulgadas; as constatações relevantes em acompanhamento pela Auditoria Interna; os indicadores de risco de crédito; as ações de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD/FT); as ocorrências e tentativas de golpes e fraudes contra clientes; a avaliação atuarial; o canal de denúncias; a ouvidoria; e o atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Além disso, o Comitê tomou ciência das atas das reuniões da Diretoria.

O Comitê encaminhou regularmente as atas das reuniões ao Conselho Fiscal, reunindo-se com seus integrantes.

Trimestralmente, foram apresentados ao Conselho de Administração relatórios sobre as atividades do Comitê, abrangendo os temas dentro do escopo de sua atuação. Além disso, foram recomendadas ao Conselho correções e aprimoramentos em políticas, práticas e procedimentos identificados no exercício de suas atribuições.

Os representantes do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central do Brasil participaram de reunião do Comitê com o objetivo de se inteirarem das atividades desenvolvidas, bem como de atualizarem os integrantes sobre o andamento de suas próprias ações e o atendimento aos respectivos apontamentos.

O Comitê de Auditoria analisou os relatórios mensais emitidos pela Auditoria Interna. Reuniu-se frequentemente para esclarecimentos e tomada de providências corretivas em relação aos apontamentos, realizando alinhamentos contínuos dos trabalhos. Também analisou e aprovou o Relatório Anual das Atividades desenvolvidas.

O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles internos. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a Auditoria Independente para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados, bem como a independência dos auditores.

Importante destacar que, (i) não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que possam colocar em risco a continuidade da instituição e; (ii) não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

3. CONCLUSÕES
A análise dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna, pela Unidade de Controles, Compliance e Inspetoria, e pela Unidade de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Governança em Privacidade – considerada dentro das limitações naturais do escopo de atuação de cada órgão – não identificou elementos que comprometam a efetividade do sistema de controles internos.
Com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco.

O sistema de controle interno do Banrisul é adequado ao porte e à complexidade das operações do Conglomerado, recebendo atenção contínua da Administração.

A Auditoria Independente e a Auditoria Interna atuam de maneira efetiva, com objetividade e independência, contribuindo significativamente para a qualidade dos controles internos.

O exame regular das demonstrações financeiras, que são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e o contato frequente com a Unidade de Contabilidade, com a Auditoria Interna e com os Auditores Independentes, permite ao Comitê avaliar a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Considerando o escopo de suas atividades, os trabalhos e as avaliações realizadas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e com as demais práticas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, adotadas no Brasil, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2025, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2025.

Carlos Biedermann

Urbano Schmitt
Coordenador

João Zani

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA Nº 11213

Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (CNPJ nº 92.702.067/0001-96 – NIRE nº 43300001083 – sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em 06 de setembro de 1928) realizada no dia 05 de agosto de 2025, às 14h, com a presença dos Diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foram examinados os seguintes assuntos:

UNIDADE DE CONTABILIDADE
Demonstrações Financeiras BRGaap e IFRS junho/2025
A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras de junho/2025.
A Diretoria encaminhou ao Conselho de Administração, com parecer favorável.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pela Secretária-Geral. Ass.: Fernando Guerreiro de Lemos – Presidente, Carlos Aluisio Vaz Malafaia, Elizabete Rejane Sodré Tavares, Fernando Postal, Irany de Oliveira Sant' Anna Junior – Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na ata nº 11213, de 15-08-2025, lavrada no próprio livro de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025.

Luiz Gonzaga Veras Mota
Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA Nº 11219

Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (CNPJ nº 92.702.067/0001-96 – NIRE nº 43300001083 – sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em 06 de setembro de 1928) realizada no dia 11 de agosto de 2025, às 13h, com a presença dos Diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foram examinados os seguintes assuntos:

GABINETE DA DIRETORIA
Relatório dos Auditores Independentes
A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras de junho de 2025.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pela Secretária-Geral. Ass.: Fernando Guerreiro de Lemos – Presidente, Luiz Gonzaga Veras Mota – Vice-Presidente, Carlos Aluisio Vaz Malafaia, Elizabete Rejane Sodré Tavares, Fernando Postal, Ivanor Antonio Duranti, Irany de Oliveira Sant' Anna Junior, Márcia Adriana Celestino – Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 11219, de 11-08-2025, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025.

Luiz Gonzaga Veras Mota
Vice-Presidente